



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA</b> <b>DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES</b>	
<b>PROCESSO:</b>	<b>23/2025</b>
<b>MODALIDADE:</b>	<b>INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025</b>
<b>SOLICITANTE (S):</b>	<b>SECRETARIA GERAL.</b>
<b>OBJETO:</b>	<b>CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER TREINAMENTO CONTÍNUO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA GARANTIR A EXCELÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E APRIMORAR OS PROCESSOS LICITATÓRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ.</b>
<b>TIPO:</b>	<b>COMPRAS/MATERIAIS ( )</b> <b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/OBRAS (X)</b> <b>LOCAÇÃO DE IMÓVEIS ( )</b> <b>ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE BENS PÚBLICOS ( )</b>
<b>INTERESSADO(S):</b>	<b>SECRETARIA GERAL.</b>
<b>DATA:</b>	<b>26/02/2025</b>



**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 001/2025**

<b>Órgão Requisitante:</b> <i>Secretaria Geral</i>	<b>Data:</b> <i>23/01/2025</i>
<b>Responsável pela Demanda:</b> <i>José Carlos Pestana da Cunha</i>	<b>Assinatura:</b>
<b>E-mail do Responsável:</b> <i>secgeral@perola.pr.gov.br</i>	<b>Telefone/Ramal:</b> <i>(44)3636-8300/2222</i>
<b>Objeto:</b> (X) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado <u>sem</u> dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Serviço continuado <u>com</u> dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Material de consumo ( ) Material permanente/equipamento ( ) Outros/ Qual?	
<b>Forma de contratação sugerida:</b> ( ) Pregão ( ) Concorrência ( ) Concurso ( ) Leilão ( ) Diálogo Competitivo ( ) Chamada Pública	( ) Credenciamento ( ) Registro de Preços ( ) Dispensa de Licitação (X) Inexigibilidade de Licitação ( ) Contratação direta – Artigo 95, § 2º
<b>Valor estimado da contratação:</b> <i>R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).</i>	
<p><b>1. Justificativa da necessidade da contratação:</b> <i>A Prefeitura Municipal de Pérola-PR reconhece a importância de aprimorar continuamente a gestão dos processos licitatórios e contratuais, promovendo eficiência, transparência e o cumprimento da legislação vigente. Nesse contexto, justifica-se a necessidade de contratação da empresa MK Consultoria &amp; Capacitação para implementar um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com o objetivo de desenvolver e capacitar os funcionários responsáveis pela elaboração dos documentos relativos a licitações e contratos, garantindo excelência na análise e execução desses processos, conforme as exigências da Lei nº 14.133/21.</i></p> <p><i>O programa proposto será estruturado em módulos mensais, abrangendo encontros presenciais e virtuais com aulas expositivas, workshops práticos para a resolução de problemas reais enfrentados pela administração pública e análise de estudos de caso baseados em jurisprudência e boas práticas. Essa abordagem permitirá o equilíbrio entre conteúdos teóricos e práticos, capacitando os servidores para enfrentar os desafios impostos pela nova legislação e aprimorar os processos licitatórios.</i></p> <p><i>A necessidade de capacitação contínua decorre das exigências da Lei nº 14.133/21, que requer atualização constante dos agentes públicos, a fim de evitar falhas que possam comprometer a legalidade, eficiência e economicidade dos processos administrativos. Além disso, o treinamento proporcionará ferramentas que contribuirão para a elaboração de documentos mais claros e objetivos, promovendo a competitividade e a isonomia nos certames. Isso resultará em uma gestão pública mais eficiente, com redução de riscos de impugnações, anulações e questionamentos por órgãos de controle.</i></p> <p><i>A escolha da MK Consultoria &amp; Capacitação justifica-se pela expertise comprovada da empresa na área de licitações e contratos, com um histórico de formação de equipes e melhoria da gestão de processos administrativos. Essa experiência a torna a parceira ideal para atender às demandas específicas da Prefeitura, garantindo a qualidade e a eficácia do programa de capacitação.</i></p> <p><i>Com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, que prevê a contratação de serviços especializados para promover a capacitação de agentes públicos no planejamento, gestão e execução de contratos administrativos, a contratação da MK Consultoria &amp; Capacitação possui respaldo legal e se apresenta como medida indispensável para assegurar o cumprimento das exigências normativas e a eficiência administrativa. Assim, essa iniciativa reflete o compromisso da Administração Pública com a legalidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos.</i></p>	
<b>2. Objetivo/finalidade da contratação:</b> <i>O objetivo da contratação da MK Consultoria &amp; Capacitação é desenvolver e capacitar os funcionários responsáveis pela elaboração dos documentos relacionados a</i>	





licitações e contratos administrativos da Prefeitura de Pérola-PR, assegurando excelência nos processos licitatórios e na gestão de contratos. Por meio de um programa estruturado em módulos mensais, a iniciativa busca proporcionar atualização contínua e aperfeiçoamento técnico, alinhando a atuação dos servidores às exigências da Lei nº 14.133/21.

A capacitação inclui aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso, permitindo que os participantes adquiram habilidades para elaborar documentos claros, objetivos e em conformidade com a legislação vigente. Essa abordagem prática e teórica é essencial para prevenir erros que possam comprometer a legalidade e a eficiência dos processos, além de fortalecer a transparência e a isonomia nos certames licitatórios.

Ao promover o aprimoramento das práticas administrativas, a contratação visa otimizar o uso dos recursos públicos, reduzindo riscos de questionamentos e impugnações, e contribuindo para a eficiência da gestão pública. Assim, a parceria com a MK Consultoria & Capacitação reflete o compromisso da administração municipal com a melhoria contínua, a legalidade e a transparência na condução de suas atividades.

**3. Quantidade de material/serviço a ser contratado:**

Conforme Estudo Técnico Preliminar nº 001/2025.

**4. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual:**

Após trâmite regular do processo.

**5. Prazo/condições/forma de pagamento:**

**Prazo:** 15 (quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Condições:** Pagamento mensal.

**Forma:** Depósito em conta bancária.

**6. Local da entrega dos equipamentos/materiais ou da prestação de serviços:**

Os serviços serão realizados nas dependências da Prefeitura de Perola/PR, localizada na Av. Pérola Byington, nº 1731, Centro, CEP: 87.540-000.

**7. Dotação Orçamentária:**

Conforme indicação do Planejamento Orçamentário.

**8. Vigência do contrato/ata:**

06 (seis) meses a contar a partir da assinatura do contrato.

**9. Indicação do Gestor do contrato:**

<b>Titular:</b> José Carlos Pestana da Cunha	<b>Matrícula:</b> 17523/1	<b>E-mail:</b> secgeral@perola.pr.gov.br	<b>Telefone:</b> (44)3636-8300/2222
<b>Suplente:</b> Claudemir de Oliveira Caravinho	<b>Matrícula:</b> 2456/2	<b>E-mail:</b> gabinete@perola.pr.gov.br	<b>Telefone:</b> (44)3636-8300/2202

**10. Indicação do Fiscal do contrato:**

<b>Titular:</b> Yasmim de Freitas Marsola	<b>Matrícula:</b> 26484/1	<b>E-mail:</b> gestaocontratos@perola.pr.gov.br	<b>Telefone:</b> (44)3636-8300/2230
<b>Suplente:</b> Yasmim Fernanda Rissato Martins	<b>Matrícula:</b> 29041/1	<b>E-mail:</b> gestaocontratos@perola.pr.gov.br	<b>Telefone:</b> (44)3636-8300/2210

**11. Autorização:**

**CARLOS ROBERTO DOMINGUES DOS SANTOS**  
Secretário de Fazenda e Administração

**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 340A-5D78-8C1B-64D3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA (CPF 036.XXX.XXX-27) em 29/01/2025 16:49:34 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS ROBERTO DOMINGUES DOS SANTOS (CPF 513.XXX.XXX-91) em 30/01/2025 15:14:38 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA (CPF 524.XXX.XXX-72) em 30/01/2025 16:44:08 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/340A-5D78-8C1B-64D3>



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

# PROCESSO

## Nº 001/2025

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

**ÁREA REQUISITANTE:** Buscando atender ao Art. 181 da Lei 14.133/2021, que trata das Centrais de Compras, a equipe responsável de cada Secretaria fez o levantamento de todos os itens necessários.

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Geral	José Carlos Pestana da Cunha
Secretaria de Chefia de Gabinete	Claudemir de Oliveira Carvalho
Departamento de Planejamento e Compras	Yasmim de Freitas Marsola

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso, bem como consultoria técnica pelo período das capacitações. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

##### 2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação da MK Consultoria & Capacitação está fundamentada na necessidade de promover a qualificação contínua dos servidores da Prefeitura de Pérola-PR, especialmente daqueles responsáveis pela elaboração de documentos e condução de processos de licitações e contratos administrativos. A entrada em vigor da Lei nº 14.133/21 trouxe novas exigências legais, demandando atualização e aprimoramento técnico para assegurar a conformidade com os princípios de eficiência, transparência e legalidade que regem a administração pública.

A descrição da necessidade reforça a importância de um programa de capacitação estruturado, que aborde de maneira prática e teórica os aspectos mais relevantes da nova legislação. A solução proposta contempla 6 módulos mensais, com aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso, permitindo o desenvolvimento de competências fundamentais para a gestão eficiente dos processos licitatórios e contratuais.

Essa capacitação é indispensável para prevenir falhas que possam comprometer a economicidade e a segurança jurídica dos certames, além de promover a melhoria na qualidade dos documentos elaborados. A experiência da MK Consultoria & Capacitação na formação de equipes em gestão pública garante a implementação de um programa que atende às especificidades do município, proporcionando resultados imediatos e duradouros.

##### 2.2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A contratação da empresa MK Consultoria & Capacitação é necessária para atender à crescente demanda de aprimoramento técnico dos servidores da Prefeitura de Pérola-PR, especialmente daqueles

Assinado por 3 pessoas: YASMIM DE FREITAS MARSOLA, JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA e CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://perola.1doc.com.br/verificacao/F7D7-E609-9B05-88F4> e informe o código F7D7-E609-9B05-88F4

responsáveis pela elaboração de documentos e condução dos processos de licitações e contratos administrativos. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/21, torna-se imprescindível garantir que os profissionais estejam devidamente capacitados para lidar com as exigências dessa nova legislação, promovendo a eficiência, a legalidade e a transparência nos procedimentos licitatórios.

O programa proposto pela MK Consultoria & Capacitação oferece uma abordagem estruturada em módulos mensais, contemplando aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso, permitindo que os servidores desenvolvam habilidades técnicas e práticas essenciais. Essa capacitação contínua é fundamental para assegurar que os documentos produzidos sejam claros, objetivos e em conformidade com as normas, prevenindo falhas que possam comprometer a legalidade e a economicidade dos processos.

Além disso, a experiência da MK Consultoria & Capacitação na formação de equipes e na melhoria da gestão pública garante um alto padrão de qualidade no serviço oferecido. A iniciativa busca otimizar o uso dos recursos públicos, reduzir riscos de impugnações e questionamentos por órgãos de controle e assegurar a eficiência administrativa. Assim, a contratação é indispensável para que a Prefeitura de Pérola-PR alcance níveis elevados de excelência na gestão de licitações e contratos, refletindo o compromisso da administração municipal com a melhoria contínua e a boa governança.

### 3. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

Observando-se a obrigatoriedade da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual do Município conforme a Nova Lei de Licitações Nº 14.133/21, encontra-se em elaboração.

### 4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação da MK Consultoria & Capacitação deverá atender aos seguintes requisitos para garantir a efetividade do programa de treinamento e o cumprimento dos objetivos pretendidos pela Prefeitura de Pérola-PR:

- a. Conteúdo Programático:** O programa de capacitação deverá ser estruturado em 6 módulos mensais, cobrindo aspectos teóricos e práticos da Lei nº 14.133/21, incluindo elaboração de documentos licitatórios, gestão e fiscalização de contratos, planejamento e gestão eficiente de recursos públicos;
- b. Metodologia:** As atividades devem incluir aulas expositivas, workshops práticos, estudos de caso baseados em situações reais e encontros presenciais e virtuais. Essa abordagem deverá equilibrar teoria e prática, proporcionando uma capacitação abrangente e aplicável às demandas da administração pública;
- c. Equipe Técnica:** A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais com comprovada experiência em capacitação na área de licitações e contratos, com formação acadêmica compatível e conhecimento atualizado da legislação vigente;
- d. Material Didático:** Deverão ser fornecidos materiais didáticos de qualidade, que facilitem o acompanhamento dos conteúdos e sirvam de referência para os servidores no desempenho de suas funções;
- e. Resultados Esperados:** O programa deverá assegurar o desenvolvimento técnico dos servidores, promovendo a melhoria da eficiência e da qualidade dos processos licitatórios e contratuais, além de reduzir riscos de impugnações e questionamentos;
- f. Capacidade de Personalização:** A empresa deverá adaptar o conteúdo às especificidades e necessidades do município, abordando casos práticos relacionados à realidade da Prefeitura de Pérola-PR;



**g. Relatórios e Avaliação:** A MK Consultoria & Capacitação deverá fornecer relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação de desempenho dos servidores, além de indicadores que demonstrem os avanços alcançados ao longo do programa;

O cumprimento desses requisitos é essencial para garantir que a contratação atenda às necessidades da Prefeitura de Pérola-PR, promovendo o aprimoramento das práticas administrativas e assegurando conformidade com os princípios de eficiência, economicidade e transparência.

## 5. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**5.1.** A estimativa da quantidade de treinamentos para a contratação da MK Consultoria & Capacitação prevê, inicialmente, a realização de 6 módulos, sendo um módulo por mês, ao longo dos 6 (seis) meses de vigência contratual. Cada módulo contemplará atividades teóricas e práticas, incluindo aulas expositivas, workshops e análise de estudos de caso, garantindo o desenvolvimento contínuo e progressivo das competências dos servidores responsáveis pela elaboração e condução dos processos de licitações e contratos administrativos da Prefeitura de Pérola-PR. Essa periodicidade mensal foi estabelecida com base na necessidade de uma capacitação consistente e alinhada às exigências da Lei nº 14.133/21, assegurando o aprimoramento gradual das práticas administrativas e a eficácia do programa de treinamento.

## 6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

- a. As possíveis soluções para atender à demanda de capacitação em licitações e contratos incluem: Capacitação Interna, com treinamentos realizados por servidores com expertise na área; Contratação de Consultorias Pontuais, para apoio técnico em etapas específicas do processo licitatório; Parcerias Interinstitucionais, envolvendo cooperação com outras entidades públicas ou privadas para compartilhamento de conhecimentos; e a Capacitação In Company, que consiste na contratação de uma empresa especializada para fornecer treinamentos contínuos e customizados diretamente à equipe da Prefeitura Municipal de Pérola-PR;
- b. Entre essas alternativas, a Capacitação In Company é a melhor escolha, pois oferece um programa estruturado e abrangente, com abordagem prática e teórica, totalmente adaptada às demandas e especificidades do município. Diferentemente da Capacitação Interna, que depende da disponibilidade e expertise de servidores, a modalidade in company garante acesso a especialistas altamente qualificados e atualizados com as melhores práticas e legislações aplicáveis. Além disso, ao contrário das Consultorias Pontuais, que focam em etapas isoladas, o treinamento contínuo promove uma evolução uniforme e consistente do corpo técnico. Por fim, enquanto as Parcerias Interinstitucionais podem ser limitadas pela disponibilidade e interesse de outras entidades, a contratação de uma empresa especializada assegura a exclusividade, a personalização do conteúdo e a flexibilidade para atender diretamente às necessidades da gestão. A metodologia in company ainda facilita a interação direta entre os treinadores e a equipe, potencializando o aprendizado por meio de casos práticos reais e promovendo o alinhamento aos objetivos institucionais da Prefeitura;
- c. Pesquisa de preços, baseada nos valores praticados pela empresa em outras administrações municipais. Atestados apresentados, os quais contêm informações sobre os montantes relativos aos serviços anteriormente prestados pela empresa;
- d. Pesquisa realizada pelo(a) Servidor(a) Público(a) **YASMIM DE FREITAS MARSOLA**, matrícula sob nº **2648-4/1**, certifico a relevância desta pesquisa, e para mais anexo ainda a este Estudo Técnico Preliminar todos os documentos necessários para melhor verificação.



## 7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, conforme proposta enviada pela empresa;

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	SERVIÇO	06	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	R\$ 6.000,00

## 8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**8.1.** A solução proposta pela MK Consultoria & Capacitação consiste na implementação de um programa de treinamento contínuo e estruturado para os servidores da Prefeitura de Pérola-PR, com o objetivo de aprimorar as competências técnicas relacionadas à gestão de licitações e contratos administrativos. O programa será desenvolvido ao longo de 6 (seis) meses, por meio de módulos mensais que equilibram teoria e prática, proporcionando uma capacitação abrangente e alinhada às exigências da Lei nº 14.133/21;

**8.2.** O conteúdo programático incluirá aulas expositivas, workshops práticos e estudos de caso baseados em situações reais, abordando desde a elaboração de documentos licitatórios até a fiscalização e gestão eficiente de contratos. Essa metodologia permitirá aos servidores adquirir conhecimentos sólidos e habilidades práticas para enfrentar os desafios diários da administração pública, contribuindo para a eficiência e a legalidade dos processos;

**8.3.** A equipe técnica disponibilizada pela MK Consultoria & Capacitação contará com profissionais experientes e qualificados na área, garantindo que o treinamento seja conduzido com excelência e alinhado às necessidades específicas do município. Além disso, serão fornecidos materiais didáticos de alta qualidade, que servirão como referência para os servidores no desempenho de suas funções e na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos;

**8.4.** Outro aspecto essencial da solução é a personalização do conteúdo, adaptando-o à realidade e às particularidades da Prefeitura de Pérola-PR, para que o programa de capacitação seja diretamente aplicável às demandas locais. A empresa também se compromete a fornecer relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação de desempenho, permitindo que a administração municipal monitore os avanços alcançados e identifique oportunidades de melhoria ao longo do programa;

**8.5.** Com essa abordagem, a solução proposta pela MK Consultoria & Capacitação visa não apenas o desenvolvimento técnico dos servidores, mas também a modernização e o fortalecimento institucional da Prefeitura de Pérola-PR, promovendo maior eficiência, economicidade e transparência na gestão pública.

## 9. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica, por se tratar de item único.

## 10. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Cumpra ressaltar que cada Secretário deverá designar, no mínimo, um servidor para integrar os treinamentos.

## 11. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O demonstrativo dos resultados pretendidos com a contratação da MK Consultoria & Capacitação está diretamente relacionado à melhoria da eficiência e da qualidade nos processos licitatórios e de gestão de contratos administrativos da Prefeitura de Pérola-PR. O programa de capacitação visa desenvolver as habilidades técnicas dos servidores responsáveis pela elaboração de documentos e pela condução dos certames, garantindo conformidade com a Lei nº 14.133/21 e promovendo maior transparência e segurança jurídica.

Com a realização de 6 módulos mensais, espera-se que os participantes adquiram conhecimentos teóricos e práticos sobre os aspectos mais relevantes da legislação, além de técnicas para elaboração de documentos claros, objetivos e bem estruturados. Esse aprimoramento permitirá prevenir erros formais e materiais que possam comprometer a eficiência, a economicidade e a legalidade dos processos licitatórios.

Outro resultado esperado é a redução de riscos de questionamentos, impugnações e anulações, fortalecendo a credibilidade e a competitividade nos certames realizados pelo município. Além disso, a capacitação contínua proporcionará aos servidores maior autonomia e confiança para enfrentar os desafios administrativos, resultando em uma gestão pública mais eficiente e orientada para a excelência. Por fim, o programa pretende consolidar a cultura da capacitação e do aprendizado contínuo na administração pública municipal, contribuindo para a modernização e o fortalecimento institucional da Prefeitura de Pérola-PR, refletindo seu compromisso com a eficiência, a legalidade e a boa governança. Os resultados esperados com a contratação da MK Consultoria vão além da capacitação imediata. O impacto se refletirá em benefícios duradouros para a gestão pública municipal, tais como:

- **Fortalecimento Institucional:** Servidores mais bem preparados tornam a administração pública mais eficiente e confiável.
- **Transparência e Legalidade:** A conformidade com as normas legais assegura processos mais transparentes e evita questionamentos jurídicos.
- **Otimização dos Recursos Públicos:** A redução de falhas e retrabalhos promove um uso mais eficaz dos recursos municipais.
- **Melhoria na Prestação de Serviços:** Processos licitatórios ágeis e eficientes impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

A contratação da MK Consultoria & Capacitação é uma medida estratégica para a Prefeitura Municipal de Pérola. Ela não apenas qualifica os servidores, mas também fortalece a administração pública como um todo, assegurando que os princípios de eficiência, legalidade e transparência sejam plenamente atendidos. Através dessa parceria, a gestão municipal estará mais bem preparada para enfrentar os desafios impostos pela Nova Lei de Licitações e para promover uma administração pública de excelência, comprometida com os interesses e o bem-estar da população local.

## 12. DA CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Para a presente aquisição/contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

## 13. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbra impactos ambientais diretos ou potenciais com a contratação pretendida, face às características do objeto.

**14. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Não se aplica.

**15. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

**16. DA JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável e necessária em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

**17. DOS RESPONSÁVEIS:**

Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.

Pérola/PR, 30 de janeiro de 2025.

**YASMIM DE FREITAS MARSOLA**  
Chefe da Div. De Planejamento e Compras

**CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO**  
Secretário de Chefia de Gabinete

**JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA**  
Secretário Geral

Assinado por 3 pessoas: YASMIM DE FREITAS MARSOLA, JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA e CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://perola.1doc.com.br/verificacao/F7D7-E609-9B05-88F4> e informe o código F7D7-E609-9B05-88F4

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA-PR

**TREINAMENTO PRÁTICO E  
CONSULTORIA TÉCNICA, COM ÊNFASE  
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS Nº 14.133/2021**

PROPOSTA PARA TREINAMENTO  
PRÁTICO E CONSULTORIA  
TÉCNICA PARA A ÁREA DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PÉROLA-PR.



Consultoria e Capacitação



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



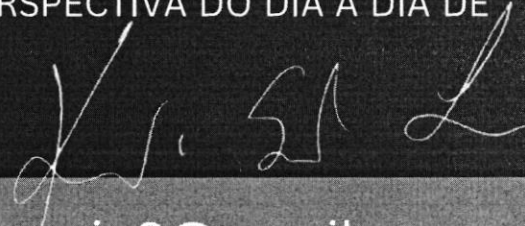
# APRESENTAÇÃO

A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA SEGUE UM NOVO MARCO LEGAL COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESDE 1º DE ABRIL DE 2021, A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA PASSOU A OPERAR SOB UM NOVO MARCO LEGAL, QUE SUBSTITUIU AS LEIS Nº 8.666/1993 (LEI DE LICITAÇÕES), 10.520/2002 (LEI DO PREGÃO) E 12.462/2011 (REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC), ALÉM DE ABORDAR TEMAS RELACIONADOS.

EMBORA AINDA ESTEJA EM EVOLUÇÃO E POR ISSO PRECISE SER COMPREENDIDA EM DETALHES, A NOVA LEI DE LICITAÇÕES DEIXA CLARO O PAPEL FUNDAMENTAL QUE O PREGÃO ELETRÔNICO DESEMPENHARÁ NO NOVO REGIME. COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133/21, É EVIDENTE QUE O LEGISLADOR ENFATIZOU O MODELO OPERACIONAL DO PREGÃO, ESTENDENDO-O ATÉ MESMO PARA CONCORRÊNCIAS.

COMPREENDER A ESTRUTURA E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PREGÃO ELETRÔNICO É FUNDAMENTAL PARA QUALQUER PESSOA ENVOLVIDA EM PROCESSOS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, ESPECIALMENTE DIANTE DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO, COMO A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022

O CURSO TEM UM CARÁTER EMINENTEMENTE PRÁTICO, COM EXPLICAÇÕES DOS ASSUNTOS A PARTIR DE PROBLEMAS REAIS, TRAZENDO O ALUNO SEMPRE PARA UMA PERSPECTIVA DO DIA A DIA DE QUEM TRABALHA NA ÁREA.



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



## PÚBLICO ALVO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, SECRETARIAS E MAIS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE COMPRAS E PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS DE FORMA REMOTA E PRESENCIAL, SEM CARGA HORÁRIA DEFINIDA, CONFORME CRONOGRAMA.

## SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

- CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS
- ANÁLISE DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
- REVISÃO DE PROCESSOS INTERNOS
- GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS
- AUXILIO NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS, TR, ETP, DFD, PESQUISA DE PREÇOS.
- REVISÃO DA REGULAMENTAÇÃO
- TREINAMENTO PRATICO PRESENCIAL E REMOTO, DISTRIBUIDO EM MODULOS



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com

# PROFESSORAS

**JHENNIFFER MARIANE ROMIG:** ADVOGADA, OAB/PR 89.618. PÓS GRADUADA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, DOCÊNCIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. ASSESSORA DE LICITAÇÕES DESDE 2021 NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA SERVIDORA CAPACITADA NA LEI 14133/21, ATUANTE NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA DESDE 2021, PREGOEIRA E MEMBRO DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO, COM VASTA EXPERIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESPECIFICAMENTE NO SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

**KATIA SILVA TRIVES:** ACADEMICA DE DIREITO. GRADUADA EM GESTÃO PÚBLICA E LETRAS. OFICIAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS DESDE 2006 NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL. SERVIDORA CAPACITADA NA LEI 14133/21, ATUANTE NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL DESDE 2006, PREGOEIRA E MEMBRO DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO, COM VASTA EXPERIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESPECIFICAMENTE NO SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS COM MAIS DE 3.000 PROCESSOS DE LICITAÇÕES REALIZADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE.



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com

# INVESTIMENTO

EM CONTRAPARTIDA AO SERVIÇO PROPÕE-SE O VALOR TOTAL DE R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), A SEREM PAGOS PARCELADAMENTE EM 06 MESES, APÓS A CONCLUSÃO DE CADA MODULO, ESTES DEVERÃO SER PAGOS EM ATÉ 05 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NFE.

OS VALORES REFERENTE AOS MODULOS DE TREINAMENTO FICARÃO DA SEGUINTE FORMA:

MODULO 01 -----R\$ 6.000,00  
MODULO 02 -----R\$ 6.000,00  
MODULO 03 -----R\$ 6.000,00  
MODULO 04 -----R\$ 6.000,00  
MODULO 05-----R\$ 6.000,00  
MODULO 06 -----R\$ 6.000,00

*K. S. L*



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



# VALIDADE DA PROPOSTA

A VALIDADE DA PROPOSTA É DE 30 (TRINTA) DIAS

## FORMA DE PAGAMENTO E DADOS INSTITUCIONAIS

Transferência Bancária, Nota de empenho ou Pix.

A contratação e o pagamento serão realizados em nome de  
MK CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA.,  
CNPJ/ME nº 48.173.712/0001-39.

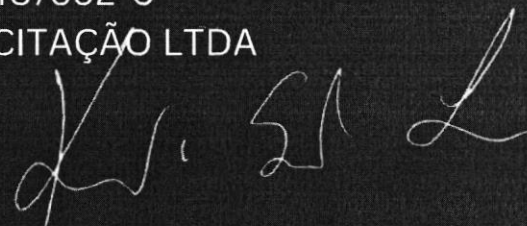
### Dados Bancários

Banco Inter

Agencia 00001

Conta Corrente 34487592-0

MK ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA



Cafezal do Sul, 20 de janeiro de 2025



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



Consultoria e Capacitação

 mkconsultoria2022



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



## ORÇAMENTO CURSO IN COMPANY

### Plano de Aula - Capacitação Continuada em Licitações e Contratos com Base na Lei 14.133/21

**Duração:** 06 meses (módulos mensais)

**Público-alvo:** Servidores públicos envolvidos em processos de compras, licitações e contratos administrativos.

**Objetivo Geral:** Proporcionar capacitação contínua e prática para o entendimento e aplicação eficaz da Lei 14.133/21, promovendo conformidade, eficiência e transparência nas contratações públicas.

### Estrutura Geral dos Módulos

**Carga Horária:** 08 horas semanais presencial.

**Metodologia:**

- Aulas expositivas com slides e exemplos práticos;
- Estudo de casos reais;
- Dinâmicas de grupo;
- Exercícios de aplicação prática.

**Material de Apoio:** Apostila, legislação, manuais e simulados.

**Avaliação:** Questionários mensais, participação nas atividades práticas e apresentação de um projeto final.

### Conteúdo Programático

#### **Módulo 1: Introdução à Lei 14.133/21**

- Contexto histórico e objetivos da nova lei.
- Principais diferenças em relação à Lei 8.666/93.
- Princípios norteadores da Lei 14.133/21.
- Estrutura geral da lei.

#### **Módulo 2: Planejamento nas Contratações Públicas**

- Importância do planejamento.
- Plano Anual de Contratações (PAC).
- Estudos Técnicos Preliminares (ETP): conceito e aplicação.
- Gerenciamento de riscos e matriz de risco.

#### **Módulo 3: Termo de Referência e Projeto Básico**

- Diferenças entre termo de referência e projeto básico.
- Elementos essenciais e boas práticas.
- Impacto no sucesso da contratação.



## **Módulo 4: Modalidades de Licitação e suas Aplicações**

- Breve revisão das modalidades tradicionais.
- Novas modalidades: diálogo competitivo.
- Escolha da modalidade mais adequada.
- Casos práticos de aplicação.

## **Módulo 5: Critérios de Julgamento**

- Menor preço, maior desconto, técnica e preço, melhor técnica.
- Contratação por maior retorno econômico.
- Estudos de casos sobre a aplicação de critérios.

## **Módulo 6: Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade**


- Requisitos legais para dispensa e inexigibilidade.
- Procedimentos obrigatórios.
- Exemplos e simulações práticas.

## **Recursos Necessários**

- Sala equipada com projetor e acesso à internet.
- Computadores ou tablets para atividades práticas.
- Material didático digital e impresso.

## **Resultados Esperados**

- Melhoria na qualidade e conformidade das licitações municipais.
- Capacitação de servidores para aplicar a Lei 14.133/21 com segurança.
- Redução de erros e riscos nos processos licitatórios.



MK Consultoria & Capacitação,  
CNPJ: 48.173.712/0001-39

Endereço: Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul/PR



	<b>MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL</b>		Nota Fiscal de Serviços Eletrônica		
	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>		Número:		
	ITALO ORCELLI, 604 - 87565000 - CENTRO - Cafetal do Sul - PR		26		
			Data Prestação:		
	Núm. do RPS:	Série do RPS:	Tipo do RPS:	Emissão RPS:	15/07/2024
					Autenticidade:
					928428071

SITE AUTENTICIDADE: <https://cafezaldosul.oxy.elotech.com.br/iss/autenticar-documento-fiscal>

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal: 00578887	CNPJ/CPF: 48.173.712/0001-39	Regime Fiscal: SIMPLES NACIONAL
Nome/Razão Social: M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA		
Nome Fantasia: M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO		
Endereço:		Insc. Estadual:
RUA ESPIRITO SANTO, 1112 - CENTRO		
Município/UF: Cafetal do Sul-PR		CEP: 87.565-000
Fone/Fax:	E-Mail: lckatia@hotmail.com	

#### DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:	CNPJ/CPF: 72.540.487/0001-06	Insc. Estadual:
Nome/Razão Social: Camara Municipal de Maria Helena		
Endereço: Praça Brasil, 1690 - centro		
Município/UF: Maria Helena-PR		CEP: 87.480-000
Fone/Fax:	E-Mail:	

#### DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:		CNAE:
1724 APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E CONGÊNERES.		8599604
Competência:	Local da Prestação do Serviço:	Situação da NFS-e:
7/2024	Cafetal do Sul-PR	EMITIDA
		Natureza da Operação:
		EXIGÍVEL

#### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Curso de capacitação "In Company", sobre a Nova lei de licitações e contratos, para os servidores da Câmara Municipal de Maria Helena-Pr.

Dados para pagamento:

Banco Inter

Agencia 00001

Conta Corrente 34487592-0

MK ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

#### ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	curso de capacitação "In Company", sobre a Nova lei de licitações e contratos, para os servidores da Câmara Municipal de Maria Helena-Pr	1,00000	4.000,00	0,00	4.000,00



#### TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	80,40000	Não
PIS	0,17000	6,67000	Não
COFINS	0,77000	30,77000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	9,60000	Não
CSLL	0,21000	8,40000	Não
CPP	2,60000	104,16000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

#### TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN:	Valor Total Descontos:	Valor Total das Deduções:	Valor Líquido da NFS-e:	Valor Total da NFS-e:
4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00

NFS-E Nº	Recebemos de M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.
26	DATA: ____/____/____ Assinatura: _____

	<b>MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL</b>		Nota Fiscal de Serviços Eletrônica		
	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>		Número:		
	ITALO ORCELLI, 604 - 87565000 - CENTRO - Cafetal do Sul - PR		13		
			Data Prestação:		
	Núm. do RPS:	Série do RPS:	Tipo do RPS:	Emissão RPS:	Autenticidade:
					728124134

SITE AUTENTICIDADE: <https://cafezaldosul.oxy.elotech.com.br/iss/autenticar-documento-fiscal>

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

<b>Insc. Municipal:</b> 00578887 <b>CNPJ/CPF:</b> 48.173.712/0001-39 <b>Regime Fiscal:</b> SIMPLES NACIONAL <b>Nome/Razão Social:</b> M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA <b>Nome Fantasia:</b> M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO <b>Endereço:</b> RUA ESPIRITO SANTO, 1112 - CENTRO <b>Município/UF:</b> Cafetal do Sul-PR <b>Insc. Estadual:</b> CEP: 87.565-000 <b>Fone/Fax:</b> <b>E-Mail:</b> lckatia@hotmail.com
--

#### DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

<b>Insc. Municipal:</b> <b>CNPJ/CPF:</b> 75.377.200/0001-67 <b>Insc. Estadual:</b> <b>Nome/Razão Social:</b> Prefeitura de Cidade Gaucha <b>Endereço:</b> Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2394 - centro <b>Município/UF:</b> Cidade Gaúcha-PR <b>CEP:</b> 87.820-000 <b>Fone/Fax:</b> <b>E-Mail:</b>
--

#### DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

<b>Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:</b> 1701 ASSESSORIA OU CONSULTORIA DE QUALQUER NATUREZA, NÃO CONTIDA EM OUTROS ITENS DESTA LISTA; ANÁLISE, EXAME, PESQUISA, COLETA, COMPILAÇÃO E FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE CADASTRO E SIMILARES.			<b>CNAE:</b> 8219999
<b>Competência:</b> 4/2024	<b>Local da Prestação do Serviço:</b> Cafetal do Sul-PR	<b>Situação da NFS-e:</b> EMITIDA	<b>Natureza da Operação:</b> EXIGÍVEL

#### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Treinamento com entrega de modelos de documentos para o setor de licitação, no período de 01/03/24 à 31/03/2024.

Dados para pagamento:  
 Banco Inter  
 Agência 00001  
 Conta Corrente 34487592-0  
 MK ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

#### ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	Treinamento com entrega de modelos de documentos para o setor de licitação, no período de 01/03/24 à 31/03/2024.	1,00000	7.000,00	0,00	7.000,00

#### TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	140,70000	Não
PIS	0,17000	11,68000	Não
COFINS	0,77000	53,84000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	16,80000	Não
CSLL	0,21000	14,70000	Não
CPP	2,60000	182,28000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

#### TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN:	Valor Total Descontos:	Valor Total das Deduções:	Valor Líquido da NFS-e:	Valor Total da NFS-e:
7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00

<b>NFS-E Nº</b> 13	Recebemos de M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico. <b>DATA:</b> ____/____/____ <b>Assinatura:</b> _____
-----------------------	---

	<b>MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL</b>		<b>Nota Fiscal de Serviços Eletrônica</b>		
	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>		<b>Número:</b>		
	ITALO ORCELLI, 604 - 87565000 - CENTRO - Cafetal do Sul - PR		<b>49</b>		
			<b>Data Prestação:</b> 18/11/2024		
<b>Núm. do RPS:</b>		<b>Série do RPS:</b>	<b>Tipo do RPS:</b>	<b>Emissão RPS:</b>	<b>Autenticidade:</b> 402275631

**SITE AUTENTICIDADE:** <https://cafezaldosul.oxy.elotech.com.br/iss/autenticar-documento-fiscal>

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

<b>Insc. Municipal:</b> 00578887 <b>CNPJ/CPF:</b> 48.173.712/0001-39 <b>Regime Fiscal:</b> SIMPLES NACIONAL <b>Nome/Razão Social:</b> M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA <b>Nome Fantasia:</b> M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO <b>Endereço:</b> RUA ESPIRITO SANTO, 1112 - CENTRO <b>Município/UF:</b> Cafetal do Sul-PR <b>Insc. Estadual:</b> <b>Fone/Fax:</b> <b>E-Mail:</b> lckatia@hotmail.com <b>CEP:</b> 87.565-000
---

#### DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

<b>Insc. Municipal:</b> <b>CNPJ/CPF:</b> 75.377.200/0001-67 <b>Insc. Estadual:</b> <b>Nome/Razão Social:</b> Prefeitura de Cidade Gaucha <b>Endereço:</b> Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2394 - centro <b>Município/UF:</b> Cidade Gaúcha-PR <b>CEP:</b> 87.820-000 <b>Fone/Fax:</b> <b>E-Mail:</b>
--

#### DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

<b>Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:</b> 1701 ASSESSORIA OU CONSULTORIA DE QUALQUER NATUREZA, NÃO CONTIDA EM OUTROS ITENS DESTA LISTA; ANÁLISE, EXAME, PESQUISA, COLETA, COMPILAÇÃO E FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE CADASTRO E SIMILARES.			<b>CNAE:</b> 8219999
<b>Competência:</b> 11/2024	<b>Local da Prestação do Serviço:</b> Cafetal do Sul-PR	<b>Situação da NFS-e:</b> EMITIDA	<b>Natureza da Operação:</b> EXIGÍVEL

#### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Capacitação prática em gestão de licitações e contratações públicas, com ênfase na aplicação de procedimentos licitatórios e melhores práticas para o setor de compras, conforme a Lei 14.133/21.

Dados para pagamento:

Banco Inter  
 Agência 00001  
 Conta Corrente 34487592-0  
 MK ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

#### ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	Capacitação prática em gestão de licitações e contratações públicas, com ênfase na aplicação de procedimentos licitatórios e melhores práticas para o setor de compras, conforme a Lei 14.133/21	1,00000	9.000,00	0,00	9.000,00

#### TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	180,90000	Não
PIS	0,17000	15,01000	Não
COFINS	0,77000	69,23000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	21,60000	Não
CSLL	0,21000	18,90000	Não
CPP	2,60000	234,36000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

#### TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

<b>Base de Cálculo do ISSQN:</b> 9.000,00	<b>Valor Total Descontos:</b> 0,00	<b>Valor Total das Deduções:</b> 0,00	<b>Valor Líquido da NFS-e:</b> 9.000,00	<b>Valor Total da NFS-e:</b> 9.000,00
--	---------------------------------------	--	--	--

NFS-E N°

Recebemos de M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.



000023

49

Recebemos de M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

	<b>MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL</b>		Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	
	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>		Número:	
	ITALO ORCELLI, 604 - 87565000 - CENTRO - Cafetal do Sul - PR		8	
	Núm. do RPS:      Série do RPS:      Tipo do RPS:      Emissão RPS:		Data Prestação: 07/03/2024	
			Autenticidade: 623987842	

SITE AUTENTICIDADE: <https://cafezaldosul.oxy.elotech.com.br/iss/autenticar-documento-fiscal>

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal: 00578887	CNPJ/CPF: 48.173.712/0001-39	Regime Fiscal: SIMPLES NACIONAL
Nome/Razão Social: M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA		
Nome Fantasia: M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO		
Endereço:		Insc. Estadual:
RUA ESPIRITO SANTO, 1112 - CENTRO		
Município/UF: Cafetal do Sul-PR		CEP: 87.565-000
Fone/Fax:	E-Mail: lckatia@hotmail.com	

#### DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:	CNPJ/CPF: 75.377.200/0001-67	Insc. Estadual:
Nome/Razão Social: Prefeitura de Cidade Gaucha		
Endereço: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2394 - centro		
Município/UF: Cidade Gaúcha-PR		CEP: 87.820-000
Fone/Fax:	E-Mail:	

#### DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:	CNAE:		
1701 ASSESSORIA OU CONSULTORIA DE QUALQUER NATUREZA, NÃO CONTIDA EM OUTROS ITENS DESTA LISTA; ANÁLISE, EXAME, PESQUISA, COLETA, COMPILAÇÃO E FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE CADASTRO E SIMILARES.	8219999		
Competência:	Local da Prestação do Serviço:	Situação da NFS-e:	Natureza da Operação:
3/2024	Cafetal do Sul-PR	EMITIDA	EXIGÍVEL

#### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Serviços de aprimoramento de processos internos do setor de compras e licitações e das Secretarias Municipais.

Dados para pagamento:

Banco Inter

Agencia 00001

Conta Corrente 34487592-0

MK ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

#### ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	Serviços de aprimoramento de processos internos do setor de compras e licitações e das Secretarias Municipais	1,00000	7.000,00	0,00	7.000,00



#### TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
ISSQN	2,01000	140,70000	Não
PIS	0,17000	11,68000	Não
COFINS	0,77000	53,84000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,24000	16,80000	Não
CSLL	0,21000	14,70000	Não
CPP	2,60000	182,28000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

#### TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN:	Valor Total Descontos:	Valor Total das Deduções:	Valor Líquido da NFS-e:	Valor Total da NFS-e:
7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00

NFS-E Nº 8	Recebemos de M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico.
	DATA: ____/____/____ Assinatura: _____

	<b>MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL</b>		Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	
	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>		Número:	
	TALO ORCELLI, 604 - 87565000 - CENTRO - Cafetal do Sul - PR		4	
	Emissão:		26/02/2024	
Núm. do RPS:	Série do RPS:	Tipo do RPS:	Emissão RPS:	Autenticidade:
				138567407

SITE AUTENTICIDADE: <https://cafezaldosul.oxy.elotech.com.br/iss/autenticar-documento-fiscal>

#### DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:	00578887	CNPJ/CPF:	48.173.712/0001-39	Regime Fiscal:	SIMPLES NACIONAL
Nome/Razão Social:	M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA				
Nome Fantasia:	M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO				
Endereço:	RUA ESPIRITO SANTO, 1112 - CENTRO				Insc. Estadual:
Município/UF:	Cafetal do Sul-PR	CEP:	87.565-000		
Fone/Fax:	E-Mail: lckatia@hotmail.com				

#### DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

Insc. Municipal:	CNPJ/CPF:	76.247.360/0001-54	Insc. Estadual:
Nome/Razão Social:	Prefeitura Municipal de Xambre		
Endereço:	Av. Alberto Binyngton, 505 - centro		
Município/UF:	Xambrê-PR	CEP:	87.535-000
Fone/Fax:	(44) 3632-1557	E-Mail:	

#### DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

Item da Lista de Serviços da LC nº 116/03:	CNAE:		
1701 ASSESSORIA OU CONSULTORIA DE QUALQUER NATUREZA, NÃO CONTIDA EM OUTROS ITENS DESTA LISTA; 8219999 ANÁLISE, EXAME, PESQUISA, COLETA, COMPILAÇÃO E FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE CADASTRO E SIMILARES.			
Competência:	Local da Prestação do Serviço:	Situação da NFS-e:	Natureza da Operação:
2/2024	Cafetal do Sul-PR	EMITIDA	EXIGÍVEL

#### DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Regulamento no município dos seguinte pontos:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS -

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS -DA DESIGNAÇÃO, ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Do Agente de Contratação; Da equipe de apoio; Da Comissão de Contratação; Do Pregoeiro; Dos Gestores e Fiscais de Contratos; Das vedações

DOS BENS DE QUALIDADE COMUM E DE LUXO

DA PESQUISA DE PREÇOS - geral

DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

DAS REGRAS ESPECÍFICAS - contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

DA CONTRATAÇÃO DIRETA - Do Processo de Contratação Direta; Da Dispensa de licitação que tenham por objeto a aquisição de bens e serviços com fundamento nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Dos procedimentos especiais para a dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia enquadrados como produtos de pesquisa e desenvolvimento;

DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELO RITO SIMPLIFICADO

DA CONTRATAÇÃO DIRETA DE PEQUENO VALOR

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Envio do modelo de ETP, Termo de referência, DFD, bem como instrução básica para elaboração dos instrumentos.

Envio do modelo da portaria de nomeação do Agente de Contratação, Comissão e Contratação e Equipe de Apoio.

Dados para pagamento:

BANCO 260 Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento AGENCIA 0001 CONTA CORRENTE 35296931-0

#### ITENS DO SERVIÇO

Tributável	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Desconto	Valor Total
SIM	Serviços prestados na regulamentação de vários pontos da nova Lei 14.133/21, conforme especificado na nota.	1,00	7.000,00	0,00	7.000,00

#### TRIBUTOS INCIDENTES

Tributo	Aliquota	Valor	Retido
ISSQN	2,00000	140,00000	Não
PIS	0,00000	0,00000	Não
COFINS	0,00000	0,00000	Não
INSS	0,00000	0,00000	Não
IR	0,00000	0,00000	Não

Tributo	Alíquota	Valor	Retido
CSLL	0,00000	0,00000	Não
CPP	0,00000	0,00000	Não
Impostos Federais	0,00000	0,00000	Não
Outras Retenções		0,00000	Não

## TOTALIZAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

Base de Cálculo do ISSQN:	Valor Total Descontos:	Valor Total das Deduções:	Valor Líquido da NFS-e:	Valor Total da NFS-e:
7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00

NFS-E Nº 4	Recebemos de M K ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, os serviços constantes nesta documento fiscal eletrônico. DATA: ____/____/____ Assinatura: _____
---------------	---



PREFEITURA  
DE  
PÉROLA

## Proc. Administrativo 1- 037/2025

---

**De:** Yasmim M. - SEG-DCL-DPC

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 30/01/2025 às 17:28:58

**Setores envolvidos:**

SEG, SEG-DCL-DPC, CG, FAZADM, GAB

**Processo nº 001/2025 - Contratação de empresa para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos.**

Boa tarde, prezados(as),

Segue em anexo para assinatura o Estudo Técnico Preliminar.

At.te

—  
Yasmim de Freitas Marsola  
Chefe da D. de P. e Compras

**Anexos:**

02\_ESTUDO\_TECNICO\_PRELIMINAR.pdf





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F7D7-E609-9B05-88F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ YASMIM DE FREITAS MARSOLA (CPF 109.XXX.XXX-57) em 30/01/2025 17:29:21 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA (CPF 036.XXX.XXX-27) em 31/01/2025 14:23:55 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO (CPF 523.XXX.XXX-06) em 03/02/2025 08:06:59 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/F7D7-E609-9B05-88F4>



# PROCESSO

## Nº 001/2025

Ofício Circular nº 003/2025

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa MK Consultoria e Capacitação, inscrita no CNPJ nº 48.173.712/0001-39, para a realização de um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos administrativos, estruturado em módulos mensais. A capacitação incluirá sessões presenciais e online, com aulas teóricas, workshops práticos e análise de estudos de caso. O objetivo é desenvolver competências técnicas, garantir a qualidade na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, em conformidade com o artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21 e com o Decreto nº 422/2023.

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº 001/2025, apêndice deste Termo de Referência.

#### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº 001/2025, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº 001/2025, apêndice deste Termo de Referência.

#### 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1.** O modelo de execução do objeto será estruturado para garantir o cumprimento dos objetivos propostos na contratação da MK Consultoria & Capacitação, considerando as especificidades e necessidades da Prefeitura de Pérola-PR. A execução seguirá as etapas e diretrizes abaixo:

**5.1.1. Estruturação do Programa de Capacitação:** O programa será estruturado em 6 módulos mensais, cada um com 4 encontros semanais de 8 horas, realizados presencialmente, nos demais dias da semana serão realizados encontros remotos. Os temas serão previamente definidos e alinhados às exigências da Lei nº 14.133/21. Durante cada módulo, serão abordados tópicos relevantes, como planejamento de licitações, elaboração de editais, gestão de contratos administrativos, fiscalização, conformidade legal e melhores práticas na administração pública.

**5.1.2. Metodologia de Capacitação:** A capacitação combinará diferentes formatos de aprendizado:

**5.1.2.1. Aulas Expositivas:** Apresentação teórica dos conceitos essenciais, realizada presencialmente ou online;

**5.1.2.2. Workshops Práticos:** Atividades práticas para aplicação direta dos conteúdos em situações simuladas ou reais, baseadas na realidade da Prefeitura;



**5.1.2.3. Estudos de Caso:** Análise detalhada de exemplos concretos de processos licitatórios e contratuais, incentivando a solução de problemas e a tomada de decisão informada;

**5.1.2.4. Realização dos Encontros:** Os encontros serão realizados de forma híbrida, com sessões presenciais nas dependências da Prefeitura e encontros online, em horários definidos previamente, para facilitar a participação de todos os servidores envolvidos. A logística será planejada para garantir a maior adesão e aproveitamento possível;

**5.1.2.5. Material Didático e Recursos de Apoio:** A MK Consultoria & Capacitação disponibilizará materiais didáticos completos, incluindo apostilas, manuais, apresentações e recursos digitais, que servirão de suporte tanto durante os treinamentos quanto para consultas posteriores pelos servidores;

**5.1.2.6. Monitoramento e Avaliação:** A cada módulo, será realizado um acompanhamento contínuo dos participantes, com a aplicação de instrumentos de avaliação para medir a absorção dos conteúdos e a aplicação prática das competências adquiridas;

**5.1.2.7. Suporte Técnico e Consultoria:** Durante o período contratual, a MK Consultoria & Capacitação prestará suporte técnico para esclarecer dúvidas ou auxiliar os servidores em situações específicas relacionadas a licitações e contratos, garantindo a aplicação correta das orientações transmitidas;

**5.2.** Este modelo de execução assegura uma capacitação abrangente, eficiente e diretamente alinhada às necessidades operacionais da Prefeitura de Pérola-PR, promovendo melhorias significativas na gestão de licitações e contratos administrativos.

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

**6.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.8.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



- 6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);
- 6.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);
- 6.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 6.16.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);
- 6.17.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- 6.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 6.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 6.20.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);





**6.21.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será realizado dentro de 5 (cinco) dias corridos, após a efetiva realização de cada módulo mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2.** Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade;

**7.3.** Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão por meio de Ordem Bancária, devendo ficar especificado: nome do banco; agência; conta corrente, localidade;

**7.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida;

**7.5.** As Notas Fiscais/faturas devem indicar, ainda, os seguintes dados:

- a. número do Contrato ou da Ata;
- b. número do Termo Aditivo, quando houver;
- c. número do Empenho;
- d. número da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- e. descrição do(s) bem(ns) ou serviço(s); e
- f. demais dados necessários para demonstrar o vínculo entre a Nota Fiscal e o respectivo.

## **8. DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal de Licitações, n.º 14.133, de 2021.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Prestar os serviços no prazo e nas condições estabelecidas;
- b. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- c. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços prestados;
- d. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;



f. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

g. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **10.1. Compete Ao Município De Pérola:**

**10.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**10.1.5.** A CONTRATANTE será responsável por efetuar o pagamento em até 5 (cinco) dias corridos após a apresentação da nota fiscal e o cumprimento de todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência para o pagamento.

**10.1.6.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**10.1.7.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

**10.1.8.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar na aplicação de sanções;

**11.2.** A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c. Dar causa à inexecução total do contrato;

d. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3.** Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:
  - a. Advertência;
  - b. Multa;
  - c. Impedimento de licitar e contratar;
  - d. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.
- 11.4.** As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO;
- 11.4.1.** Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada;
- 11.5.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente;
- 11.5.1.** Ao valor da multa poderá ainda ser aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso;
- 11.5.2.** A multa compensatória poderá ser de:
  - a. 3% (três por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida do Contrato por ocorrência, até o limite de 9% (nove por cento), em caso de inexecução parcial do CONTRATO;
  - b. 10% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 11.6.** As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.

## **12. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

- 12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade INEXIGIBILIDADE;
- 12.2. Habilitação jurídica:**
  - 12.2.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 12.2.2.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
  - 12.2.3.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 12.2.4.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 12.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
  - 12.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**12.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

**12.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.3.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**12.3.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contratado;

**12.3.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contratado;

**12.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

**12.4.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da Pessoa Jurídica. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**12.5. Qualificação Técnica:**

**12.5.1. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, expedido por órgão da Administração Pública, direta ou indireta ou por pessoa jurídica de direito privado, contendo informações que a empresa licitante interessada realizou/executou/entregou ou realiza/executa/entrega os produtos/materiais/serviços, com critérios do objeto desta licitação;

**12.5.2.** Documentos que comprovem a notória especialização da empresa contratada.

**13. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, conforme proposta enviada pela empresa:

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO	6	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso, bem como consultoria técnica pelo período das capacitações. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	R\$ 6.000,00	R\$ 36.000,00



**14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação serão indicadas pelo Departamento de Contabilidade na próxima fase do processo licitatório.

**15. DOS RESPONSÁVEIS:**

Pérola/PR, 05 de fevereiro de 2025.

**YASMIM DE FREITAS MARSOLA**  
Chefe da Div. De Planejamento e Compras

**JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA**  
Secretário Geral

**CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO**  
Secretário de Chefe de Gabinete

Assinado por 3 pessoas: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO, JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA e YASMIM DE FREITAS MARSOLA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://perola.1doc.com.br/verificacao/A349-0999-E132-CC8A>



PREFEITURA  
DE  
PÉROLA

## Proc. Administrativo 4- 037/2025

**De:** Yasmim M. - SEG-DCL-DPC

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 05/02/2025 às 11:31:58

**Setores envolvidos:**

SEG, SEG-DCL-DPC, CG, FAZADM, GAB

**Processo nº 001/2025 - Contratação de empresa para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos.**

Processo reaberto devido a ajustes com relação a execução do objeto e prazos de pagamento.

Segue TR para análise e assinatura.

Grata.

Att,

—

**Yasmim Fernanda Rissato Martins**  
*Assessora de Gabinete*

**Anexos:**

4\_TR\_Modelo\_Perola.pdf



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A349-0999-E132-CC8A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLAUDEMIR DE OLIVEIRA CARVALHO (CPF 523.XXX.XXX-06) em 05/02/2025 13:49:22 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA (CPF 036.XXX.XXX-27) em 05/02/2025 13:57:42 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ YASMIM DE FREITAS MARSOLA (CPF 109.XXX.XXX-57) em 05/02/2025 15:57:29 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/A349-0999-E132-CC8A>

**Inexigibilidade de Licitação**

**COMUNICADO INTERNO**

**Do: Gabinete da Prefeita**

**Para: Diretor do Departamento de Compras e Licitação**

**ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO**

Pérola/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Nos termos do Documento de Formalização de Demanda, emitido mediante a solicitação, expedido pela Secretaria Municipal Geral em 06/02/2025, autorizo a abertura do procedimento administrativo de Inexigibilidade.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes, na seguinte sequência:

1. Secretaria Municipal de Fazenda e Administração e Departamento de Contabilidade e, para indicação de recursos de ordem orçamentária que farão frente à despesa;
2. Departamento de Licitação para elaboração da minuta contratual e comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
3. Procuradoria Jurídica, para emissão de Parecer Jurídico sobre a legalidade e a conveniência da contratação.
4. Departamento de Compras e Licitações para confecção do Termo de Autorização e posterior assinatura, contrato e extrato de contrato e devidas publicações;

Determina-se providências de estilo.



**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal



**COMUNICADO INTERNO**

**Do:**

**Departamento de Compras e Licitação.**

**Para:**

**Secretaria Municipal de Fazenda e Administração.**

Pérola/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Prezado Senhor:

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria a indicação de **recursos financeiros** para fazer face ao ônus decorrente da realização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando a contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

Informamos ainda que a referida contratação fora estimada em um valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Atenciosamente,

*Yasmim F. R. MARTINS*  
**YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS**  
Diretora do Departamento de Compras e Licitações

**COMUNICADO INTERNO****Da:****Secretaria Municipal de Fazenda e Administração.****Para:****Departamento de Compras e Licitação.**

Pérola/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Prezado Senhor:

Pelo presente informamos haver **recursos financeiros**, para fazer face ao ônus decorrente da realização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando a contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

Informamos ainda que a referida contratação fora estimada em um valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Atenciosamente,



**CARLOS ROBERTO DOMINGUES DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

**FONTE(s) DE RECURSO(s):** \_\_\_\_\_

**COMUNICADO INTERNO**

**Do:**

**Departamento de Compras e Licitação.**

**Para:**

**Departamento de Contabilidade.**

Pérola/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Prezado Senhor:

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria a indicação de **recursos orçamentários** para fazer face ao ônus decorrente da realização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando a contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

Informamos ainda que a referida contratação fora estimada em um valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Atenciosamente,

*Yasmim F. R. MARTINS*

**YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS**

Diretora do Departamento de Compras e Licitações

Pérola, 10 de março de 2025.

**COMUNICADO INTERNO – CI 22/2025**

De: Divisão de Contabilidade  
Para: Departamento de Compras e Licitações

Prezado Senhor

Pelo presente informamos a funcional programática orçamentária para o **Processo de Inexigibilidade**, visando à contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

DESPESA PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	RESERVA	VALOR
88	2981	04.01	04.122.0002	2.007	3.3.90.39.48.00	0	393	R\$ 36.000,00

O valor informado é exclusivo para tal fim, caso frustrar a licitação informar ao Departamento de Contabilidade.



GAIO CLAUDINO DE ANDRADE  
Contador



### Inexigibilidade de Licitação

**Do: Departamento de Compras e Licitação**

**Para: Empresa**

Pérola/PR, 26 de fevereiro de 2025.

Para fins de habilitação, a empresa deverá fornecer os seguintes documentos:

- a) Contrato social ou documento equivalente de constituição da empresa;
- b) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União - (Fazenda Federal);
- d) Certidão Negativa de Débitos Estadual – (Fazenda Estadual);
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipal – (Fazenda Municipal);
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade, tendo sua validade condicionada à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho no Internet (<http://www.tst.jus.br>);
- h) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da Pessoa Jurídica.
- i) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a proponente fornecido objeto compatível com o da presente licitação;

*Atenção: Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.*

*O documento que não constar à data de validade será considerado como válido até 90 dias a partir da data de sua emissão.*

Atenciosamente,

*Yasmim F. R. MARTINS*  
**YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS**

Diretora do Departamento de Compras e Licitações



PORTARIA Nº 007, DE 08 DE JANEIRO DE 2025.

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto Municipal nº 422/2023 e,

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 422/2023, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação;

**RESOLVE:**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Ficam nomeados os servidores abaixo especificados para executarem as atribuições descritas no Decreto nº 422 de 28 de dezembro de 2023.

#### **DA NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 2º** Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como Agente de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o(s) seguinte(s) servidor(es):

- a) Tiago da Silva Canguçu – matrícula n. 2375-2
- b) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matrícula n. 2774-0
- c) Leonardo Cordeiro da Silva - matrícula n. 2513-5
- d) Debora Maia Rodrigues - matrícula n. 2494-5

#### **DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO**

**Art. 3º** Ficam nomeados para comporem a Equipe de Apoio nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

- a) Tiago da Silva Canguçu – matrícula n. 2375-5
- b) Leonardo Cordeiro da Silva - matrícula n. 2513-5

*W*



- c) Debora Maia Rodrigues - matricula n. 2494-5
- d) Paulo Fernando Travain Bento – matricula n. 2455-4
- e) Yasmim de Freitas Marsola – matricula n. 2648-4
- f) Laila Salvadego – matricula n. 2378-8
- g) Pedro Renato Poiares Buosi – n. 2411-2
- h) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matricula n. 2774-0

#### **DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 4º** Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

- a) Tiago da Silva Canguçu – matricula n. 2375-3 – Presidente.
- b) Yasmim Fernanda Rissato Martins – matricula n. 2774-0
- c) Laila Salvadego – matricula n. 2378-7

**Parágrafo único.** Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído, observando-se a ordem acima.

**Art. 5º** As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto nº 422 de 28 de dezembro de 2023.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, **revogando-se as disposições em contrário.**

Pérola, PR, aos 08 dias do mês de janeiro de 2025.

  
**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal.

**MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX****Inexigibilidade nº XX/XXXX**

Por este instrumento de Contrato, que entre si celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE PÉROLA**, pessoa jurídica de direito público interno, portador do CNPJ sob o nº 81.478.133/0001-70, neste ato representada pela Senhora Prefeita Municipal, **VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac nº 870, neste Município de Pérola, Estado do Paraná, portadora do CPF nº 524.098.729-72, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 4.015.357-8 SSP/PR, a seguir denominada **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., nº ....., centro, na cidade de ...../PR, CEP ....., neste ato representada por seu ..... Sr. ...., brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº ..... SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº ....., residente e domiciliado na ....., nº ....., centro, cidade de ....., Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado na melhor forma de direito, o presente contrato, e pelas cláusulas e condições:

O presente contrato é celebrado em decorrência do Procedimento **Inexigibilidade nº \*\*/2025**, autorizada em \*\*/\*\*/2025, por meio da qual a **CONTRATADA** foi declarada vencedora e lhe foi adjudicado o objeto do presente contrato, que integram o presente Termo e na Lei nº 14.133/21.

**PARÁGRAFO ÚNICO (DOCUMENTOS APLICÁVEIS):** Para efeitos obrigacionais, tanto a **Inexigibilidade nº \*\*/2025**, quanto à proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA (DO OBJETO):** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	SERV	06	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	R\$ 6.000,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

**4.1.** O valor global para a prestação dos serviços objeto deste contrato é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.



**4.2.** O pagamento será realizado dentro de 5 (cinco) dias corridos, após a efetiva realização de cada módulo mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.3.** Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade, Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Pérola e conter o número do empenho correspondente e do Procedimento licitatório.

**4.4.** Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do contrato**) os seguintes documentos:

**4.5.** Prova de regularidade com a Previdência Social (CND - Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

**4.6.** Prova de regularidade com o FGTS (CRF - Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

**4.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

**4.8.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**4.9.** CNPJ da PROMITENTE EXECUTORA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**4.10.** Nenhum pagamento será efetuado a PROMITENTE EXECUTORA enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA- VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, caso seja de interesse das partes contratantes e devidamente justificado. Durante este período, a contratada compromete-se a realizar treinamentos contínuos sobre licitações e contratos, com o objetivo de garantir a excelência na elaboração de documentos e o aprimoramento dos processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná. Os treinamentos deverão ser ministrados conforme o cronograma a ser previamente acordado entre as partes, de modo a atender integralmente às necessidades do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**a) Estruturação do Programa de Capacitação:** O programa será estruturado em 6 módulos mensais, cada um com 4 encontros semanais de 8 horas, realizados presencialmente, nos demais dias da semana serão realizados encontros remotos. Os temas serão previamente definidos e alinhados às exigências da Lei nº 14.133/21. Durante cada módulo, serão abordados tópicos relevantes, como planejamento de licitações, elaboração de editais, gestão de contratos administrativos, fiscalização, conformidade legal e melhores práticas na administração pública.

**b) Metodologia de Capacitação:** A capacitação combinará diferentes formatos de aprendizado:

**c) Aulas Expositivas:** Apresentação teórica dos conceitos essenciais, realizada presencialmente ou online;

**d) Workshops Práticos:** Atividades práticas para aplicação direta dos conteúdos em situações simuladas ou reais, baseadas na realidade da Prefeitura. Essas atividades devem incluir aulas expositivas, workshops práticos, estudos de caso baseados em situações reais e encontros presenciais e virtuais. Essa





abordagem deverá equilibrar teoria e prática, proporcionando uma capacitação abrangente e aplicável às demandas da administração pública;

**e) Estudos de Caso:** Análise detalhada de exemplos concretos de processos licitatórios e contratuais, incentivando a solução de problemas e a tomada de decisão informada;

**f) Realização dos Encontros:** Os encontros serão realizados de forma híbrida, com sessões presenciais nas dependências da Prefeitura e encontros online, em horários definidos previamente, para facilitar a participação de todos os servidores envolvidos. A logística será planejada para garantir a maior adesão e aproveitamento possível;

**g) Material Didático e Recursos de Apoio:** A MK Consultoria & Capacitação disponibilizará materiais didáticos completos, incluindo apostilas, manuais, apresentações e recursos digitais, que servirão de suporte tanto durante os treinamentos quanto para consultas posteriores pelos servidores;

**h) Monitoramento e Avaliação:** A cada módulo, será realizado um acompanhamento contínuo dos participantes, com a aplicação de instrumentos de avaliação para medir a absorção dos conteúdos e a aplicação prática das competências adquiridas;

**i) Suporte Técnico e Consultoria:** Durante o período contratual, a MK Consultoria & Capacitação prestará suporte técnico para esclarecer dúvidas ou auxiliar os servidores em situações específicas relacionadas a licitações e contratos, garantindo a aplicação correta das orientações transmitidas;

**CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

DESPESA PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
88	2981	04.01	04.122.0002	2.007	3.3.90.39.48.00	0

**CLÁUSULA NONA:** São as seguintes as obrigações das partes neste contrato:

**Parágrafo Primeiro – São obrigações do Contratado:**

- a) Prestar os serviços no prazo e nas condições estabelecidas;
- b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços prestados;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



g) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Segundo: São obrigações da contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal;
- f) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- g) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**10.1.** Não será exigida a apresentação de garantia para a contratação resultante desta Inexigibilidade de Licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A abstenção por parte do CONTRATANTE da utilização de quaisquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar na aplicação de sanções;

**13.2.** A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:



- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.3.** Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**13.4.** As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO;

**13.4.1.** Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada;

**13.5.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente;

**13.6.** A contratada ficará sujeita, em caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, garantida a defesa prévia, à multa diária de:

- a) 0,70% (zero vírgula setenta por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso. Percentuais que incidirão sobre o valor total dos produtos não entregues na data ajustada.
- b) 1% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso. Percentuais que incidirão sobre o valor total dos produtos não entregues na data ajustada.
- c) A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21. Isso, independente de interpelação judicial ou extrajudicial podendo, a critério do MUNICÍPIO DE PÉROLA, ser descontado de preço previsto no presente instrumento, sem prejuízo da ação de perdas e danos e das responsabilidades decorrentes.

**d)** Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE PÉROLA, a seu exclusivo critério o direito de:

- I) Alterar o presente contrato com base nas normas legais editadas pela União;
- II) Rejeitar os produtos que não estiverem de acordo com as especificações.
- III) O prazo do presente contrato, atendido às exigências da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado para que haja total do fornecimento dos produtos e cumprimento do presente instrumento.

Parágrafo Único: Os valores das multas previstas nesta cláusula serão deduzidos do primeiro pagamento que se seguir a correspondente imposição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**



**15.1.** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços.

**15.2.** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.3.** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**15.4.** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**15.5.** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**15.6.** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**15.7.** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Conforme é disposto no artigo 25 inciso 7º da lei 14.133/2021:

§ 8º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato deverá ser fiscalizado na forma da Lei nº 14.133/21;

§ 1º O responsável pela gestão deste contrato será o servidor ....., ocupante do cargo de ....., ficando desde agora notificada da indicação na qualidade de testemunha contratual.

§ 2º A responsável pela fiscalização deste contrato será a servidora ....., ocupante do cargo de ....., ficando desde agora notificada da indicação na qualidade de testemunha contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO** - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato;
- b) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA;
- c) quando houver desobediência à determinação do CONTRATANTE;
- d) quando a contratada falir.

**Parágrafo Primeiro:** Para apuração das situações acima descritas, que ensejem a rescisão contratual, o CONTRATANTE instaurará o procedimento administrativo cabível, com prévia notificação ao contratado de todos os atos a serem realizados. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

**Parágrafo Segundo:** O CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos dos bens fornecidos e aceitos.



**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:** Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO:** As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Pérola, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor.

Pérola/PR, \*\* de \*\*\*\*\* de 2025.

**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal  
Contratante

**CONTRATADA**



**ATO CONSTITUTIVO DE TRANSFORMAÇÃO DE MICROEMPRESARIO  
INDIVIDUAL EM SOCIEDADE UNIPESSOAL DE RESPONSABILIDADE LTDA**

**48.173.712 KATIA TRIVES**

**CNPJ:48.173.712/0001-39**

folha: 1 de 2

Pelo presente instrumento o microempresário


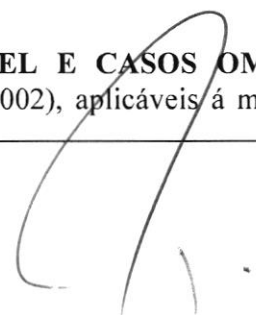
**KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, Casada sob regime de comunhão universal de bens, nascida em 12/02/1985, empresária, inscrita do CPF/MF 327.947.988-63 e portadora da Carteira Identidade (RG): 12.440.931-4, SESP/PR, residente e domiciliado, na Rua Espirito Santo, 1112, centro, CEP 87.565-000, na cidade de Cafezal do Sul – PR., na qualidade de **Sociedade Limitada Unipessoal** que gira sob o nome empresarial de **48.173.712 KATIA SILVA TRIVES**, com sede **Rua Espirito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul – PR., CEP 87.565-000.**; inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE **41815577030** em **04/10/2022** e no CNPJ/MF sob o número **48.173.712/0001-39**; Resolve Alterar seu registro de **MICROEMPRESARIO INDIVIDUAL** em **SOCIEDADE UNIPESSOAL DE RESPONSABILIDADE LTDA** a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, nos termos do Art. 1.052, §1º do Código Civil, com as alterações introduzidas pela Lei 13.874/2019, sob as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – DO NOME EMPRESARIAL E SEDE:** A sociedade passa a girar sob o nome empresarial **MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, terá sede e domicílio na Rua Espirito Santo, 1112, centro em Cafezal do Sul – PR., CEP 87.565-000.

**Clausula Segunda – OBJETO SOCIAL:** SERVICO DE TREINAMENTO E CAPACITACAO GERENCIAL E PROFISSIONAL – INSTRUTOR DE CURSOS GERENCIAIS, INDEPENDENTE. SERVICOS DE DIGITACAO DE DOCUMENTOS - DIGITADOR INDEPENDENTE. SERVICOS DE ESTETICISTA - ESTETICISTA INDEPENDENTE. SERVICO DE TREINAMENTO E PREPARACAO PARA CONCURSOS - INSTRUTOR DE CURSOS PREPARATORIOS, INDEPENDENTE. SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS - PROMOTOR DE EVENTOS, INDEPENDENTE E ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA.

**Clausula Terceira – CAPITAL SOCIAL E COTAS:** O capital social será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) divididos em 30.000 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, integralizadas pela Administradora.

**Clausula Decima Quinta – LEGISLAÇÃO APLICAVEL E CASOS OMISSO:** Serão regidas pelas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aplicáveis à matéria, tanto a



**ATO CONSTITUTIVO DE TRANSFORMAÇÃO DE MICROEMPRESARIO  
INDIVIDUAL EM SOCIEDADE UNIPessoal DE RESPONSABILIDADE LTDA**

**48.173.712 KATIA TRIVES**

**CNPJ:48.173.712/0001-39**

folha: 2 de 2

---

retirada de socio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

**Clausula Decima Sexta – AUSENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS:** A socia, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração de sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1º do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002).

**Clausula Decima Sétima – COMARCA:** Fica eleito o foro da Comarca de Ipora/PR, para qualquer ação fundada neste contrato, com expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim, justos e contratados, datam, lavram e assinam o presente instrumento particular de contrato em via unica, comprometendose a cumpri-lo fielmente, por si seus herderos e sucessores, em todos os seus termos.

Cafezal do Sul - PR, 23 de Fevereiro de 2024.

---

KATIA SILVA TRIVES

---





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32794798863	KATIA SILVA TRIVES



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/02/2024 10:31 SOB Nº 41212321076.  
PROTOCOLO: 241226104 DE 23/02/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12402620260. CNPJ DA SEDE: 48173712000139.  
NIRE: 41212321076. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/02/2024.  
MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL****NIRE: 41212321076****CNPJ: 48.173.712/0001-39****MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

folha: 1 de 4

**KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, Casada sob regime de comunhão universal de bens, nascida em 12/02/1985, empresária, inscrita do CPF/MF 327.947.988-63 e portadora da Carteira Identidade (RG): 12.440.931-4, SESP/PR, residente e domiciliado, na Rua Espirito Santo, 1112, centro, CEP 87.565-000, na cidade de Cafezal do Sul – PR., Socio único da **Sociedade Limitada Unipessoal** que gira sob o nome empresarial de **MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, com sede **Rua Espirito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul – PR.**; inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE **41212321076 em 22/02/2024** e no CNPJ/MF sob o número **48.173.712/0001-39**; Resolve Alterar o Contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira – NOME EMPRESARIAL:** A sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial **MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, girara a partir da data do arquivamento sob nome empresarial de **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

**Clausula Segunda -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

**Clausula Terceira – DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL:** Em razão das modificações contratuais, o socio único resolve consolidar o contrato social, passando a ter seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL****NIRE: 41212321076****CNPJ: 48.173.712/0001-39****MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

**KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, Casada sob regime de comunhão universal de bens, nascida em 12/02/1985, empresária, inscrita do CPF/MF 327.947.988-63 e portadora da Carteira Identidade (RG): 12.440.931-4, SESP/PR, residente e domiciliado, na Rua Espirito Santo, 1112, centro, CEP 87.565-000, na cidade de Cafezal do Sul – PR., Socio único da **Sociedade Limitada Unipessoal** que gira sob o nome empresarial de **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, com sede **Rua Espirito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul – PR.**; inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE **41212321076 em 22/02/2024** e no CNPJ/MF sob o número **48.173.712/0001-39**; RESOLVE por este instrumento, consolidar o contrato social, tomado assim, sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL****NIRE: 41212321076****CNPJ: 48.173.712/0001-39****MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

folha: 2 de 4

adequado as disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

**Cláusula Primeira** – A sociedade limitada unipessoal gira sob o nome empresarial de **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**.

**Cláusula Segunda** – A sociedade limitada unipessoal tem sua sede social na **Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul – PR**.

**Cláusula Terceira:** O Capital social da sociedade limitada unipessoal subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada quota, e fica assim distribuído entre o socio, a saber:

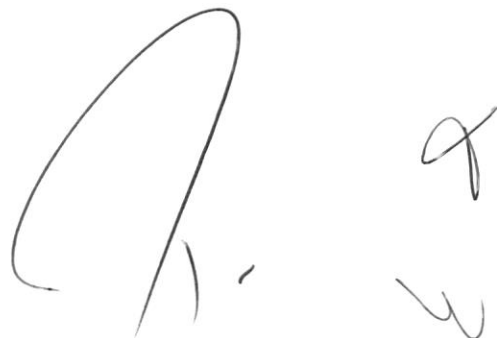
SOCIO	(%)	QUOTAS	VALOR
KATIA SILVA TRIVES	100	30.000	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	30.000	R\$ 30.000,00

**Paragrafo Único:** A responsabilidade do socio único é restrita ao valor de suas quotas, mas respondera solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Quarta:** A sociedade passa a ter como objeto social a exploração do ramo de **SERVICO DE TREINAMENTO E CAPACITACAO GERENCIAL E PROFISSIONAL – INSTRUTOR DE CURSOS GERENCIAIS, INDEPENDENTE. SERVICOS DE DIGITACAO DE DOCUMENTOS - DIGITADOR INDEPENDENTE. SERVICOS DE ESTETICISTA - ESTETICISTA INDEPENDENTE. SERVICO DE TREINAMENTO E PREPARACAO PARA CONCURSOS - INSTRUTOR DE CURSOS PREPARATORIOS, INDEPENDENTE. SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS - PROMOTOR DE EVENTOS, INDEPENDENTE E ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA.**

**Clausula Quinta:** O prazo de duração da sociedade limitada unipessoal é por tempo indeterminado, tendo o inicio de suas atividades em **04/10/2022**.

**Clausula Sexta:** ficam dispensadas reuniões de sócios e a lavratura de ata prestação de contas assim como a publicação e registro da mesma, conforme preceitua o artigo 70 da Lei Complementar nº 123/2006.





**PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL****NIRE: 41212321076****CNPJ: 48.173.712/0001-39****MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

folha: 3 de 4

**Clausula Sétima:** A administração da sociedade será exercida individualmente e por prazo indeterminado pela socia única **KATIA SILVA TRIVES**, ficando dispensando de prestar caução, razão pela qual compete ao administrador a direção dos negócios sociais e a pratica dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo ele receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração publica Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do **capital social** da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias as sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento publico ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que sendo para representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

**Paragrafo Primeiro:** A administradora fixara uma retirada mensal, a titulo de pro-labore, observando as disposições regulamentares pertinentes.

**Paragrafo Segundo:** A administradora respondera solidariamente, perante a sociedade e terceiros.

**Cláusula Oitava:** A administradora declara, sob as penas daLei, de que não está impedido por Lei especial do exercício da administração de sociedade limitada unipessoal e que não se acha condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra as relações do consumo, fé publica, ou a propriedade.

**Cláusula Nona:** O exercicio social sera coincidente com o ano-calendario, terminado em 31 de dezembro de cada ano, quando sera procedido o lenvramento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultado, os quais serao atribuidos ao socio unico proporcionalmente as suas quotas de capital. Podendo os lucros a criterio do mesmo, serem distribuidos ou ficarem em reserva na sociedade.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL****NIRE: 41212321076****CNPJ: 48.173.712/0001-39****MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**

folha: 4 de 4

**Clausula Decima:** A sociedade limitada unipessoal podera levantar demonstrações contabeis intermediarias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada do socio ou ainda, para quaisquer atos julgados necessarios pelo socio.

**Clausula Decima Primeira:** A socia unica sera obrigado a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer titulo ainda que autorizadas pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuirem com prejuizo do capital.

**Clausula Decima Segunda:** A sociedade limitada unipessoal podera a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependencia, mediante alteração contratual assinada pelo socio unico.

**Clausula Decima Terceira:** Em Caso de falecimento do socio unico a sociedade limitada unipessoal podera continuar com suas atividades com os herdeiros e ou sucessores do de-cujus ou incapaz. Não sendo possivel, ou inexistindo interesse desses, a sociedade podera ser dissolvida.

**Clausula Decima Quarta:** A sociedade limitada unipessoal declara, sob as penas da Lei, que a sociedade se enquadra como Microempresa – ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipoteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

**Cláusula Decima Quinta:** Fica eleito o foro de Ipora – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicilio do socio único.

E, por estar assim, justos e contratados, datam, lavram e assinam o presente instrumento particular de contrato em via unica, comprometendose a cumpri-lo fielmente, por si seus herderos e sucessores, em todos os seus termos.

Cafezal do Sul - PR, 13 de Junho de 2024.

---

**KATIA SILVA TRIVES**

---





MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32794798863	KATIA SILVA TRIVES



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2024 12:00 SOB Nº 20244184852.  
PROTOCOLO: 244184852 DE 13/06/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12408277699. CNPJ DA SEDE: 48173712000139.  
NIRE: 41212321076. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/06/2024.  
MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

000062

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 12.440.931-4

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.440.931-4 DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/02/2008

NOME: KATIA SILVA TRIVES

FILIAÇÃO: JOÃO DIAS DA SILVA  
MARILEUZA DOS SANTOS SILVA

NATURALIDADE: UMUARAMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 12/02/1985

DOG. ORIGEM: COMARCA=IPORA/PR, CAPEZAL DO SUL  
C.CAS=1238, LIVRO=88, FOLHA=7

CPF: 327.947.988-63

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
**327.947.988-63**

Nome  
**KATIA SILVA TRIVES**

Nascimento  
**12/02/1985**

*[Handwritten signature]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.173.712/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/10/2022
NOME EMPRESARIAL MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MK CONSULTORIA E CAPACITACAO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos 96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R ESPIRITO SANTO	NÚMERO 1112	COMPLEMENTO *****
CEP 87.565-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAFEZAL DO SUL
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LCKATIA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (44) 8421-1554	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/11/2024 às 16:45:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**  
**CNPJ: 48.173.712/0001-39**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:24:24 do dia 21/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/04/2025.

Código de controle da certidão: **66A6.D155.A738.009B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 036161833-74**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **48.173.712/0001-39**

Nome: **48.173.712 KATIA SILVA TRIVES**

**Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 26/06/2025 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL**  
Estado do Paraná  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

**Certidão Negativa de Débitos Nº 137 / 2025**

**CONTRIBUINTE GLOBAL**

**CERTIFICAMOS**, que para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** **RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data **em nome de M K CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, CPF/CNPJ nº **48.173.712/0001-39**, situado(a) no município de Cafetal do Sul .

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A presente certidão não isenta débitos vincendos a partir desta data.

Certidão Número: **137/2025**

Código de Autenticidade: **313945649AACB1BFCAFBA67E2359D34C**

Emitida em: **26/02/2025** Válida até: **28/03/2025**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão emitida gratuitamente pela internet.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS -  
CRF**

**Inscrição:** 48.173.712/0001-39  
**Razão Social:** MK CONSULTORIA E CAPACITACAO LTDA  
**Endereço:** RUA ESPIRITO SANTO 1112 / CENTRO / CAFEZAL DO SUL / PR / 87565-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/02/2025 a 26/03/2025

**Certificação Número:** 2025022519596166353081

Informação obtida em 27/02/2025 10:33:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 48.173.712/0001-39  
Certidão nº: 11479509/2025  
Expedição: 26/02/2025, às 22:14:24  
Validade: 25/08/2025 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.173.712/0001-39, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de IPORÃ

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA

CNPJ: 48.173.712/0001-39

Local da Sede: Cafezal do Sul - PR

Informações complementares

Certifico ainda que, a presente busca teve como base o Sistema de Distribuição do Paraná.

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).

São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de IPORÃ

Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

IPORÃ, 14 de março de 2025

Marcos Antonio Freitas Zambolim  
Escrevente Designado



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE







**Cafetal do Sul**  
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 -

Cafetal do Sul - Pr.

E-mail: [administracao@cafetaldosul.pr.gov.br](mailto:administracao@cafetaldosul.pr.gov.br)

### **Atestado de Experiência em Licitações**

Atesto que a Sra. Kátia Silva Trives, portadora do CPF: 327.947.988-63, atua na área de licitações desde o ano de 2006 na Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul. Durante esse período, Sra. Kátia Silva Trives vem desempenhando suas funções com elevado profissionalismo, dedicação e competência.

Durante sua trajetória profissional na área de licitações, Sra. Kátia Silva Trives vem demonstrando habilidade técnica e comprometimento em todas as etapas dos processos licitatórios, desde a elaboração dos editais até a conclusão dos procedimentos. Sua conduta pautou-se sempre pela ética, transparência e legalidade, contribuindo significativamente para o cumprimento das normativas vigentes e para a lisura dos certames.

Destaca-se que, ao longo de sua jornada na Prefeitura de Cafetal do Sul, Sra. Kátia Silva Trives nunca esteve envolvido em qualquer situação que comprometesse a lisura ou a legalidade dos processos licitatórios. Sua atuação sempre foi pautada pelos mais altos padrões de integridade e responsabilidade.

Portanto, é com satisfação que atestamos a experiência e a competência da Sra. Kátia Silva Trives na área de licitações, reconhecendo seu importante papel no âmbito da administração pública municipal.

Cafetal do Sul, 27 de Fevereiro de 2024

MARIO JUNIO  
KAZUO DA  
SILVA:00469547910

Assinado de forma digital  
por MARIO JUNIO KAZUO  
DA SILVA:00469547910  
Dados: 2024.03.01  
09:07:59 -03'00'

**MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA**

Prefeito Municipal



Av. Arthur Pereira, 860 - Centro - Braganey - PR - CEP 85.430-000 - (45) 3245-1235  
CNPJ 78.121.902/0001-73 E-mail: pmbraganey2017@outlook.com


## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto que a empresa **MK - ASSESSORIA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.173.712/0001-39, prestou ao Município de Braganey/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 78.121.902/0001-73, Consultoria técnica especializada para auxílio na regulamentação, implantação e execução da Nova Lei de Licitações 14.133/21 e Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa nº 123/2006 atualizado pela nº 147/2014, assim como Lei do Pregão nº 1.0520/2002, conforme contrato nº 78/2023, os serviços de:

**AUXILIO NA ELABORAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PONTOS DA LEI 14133/21 NO MUNICÍPIO DE BRAGANEY,**  
**ASSESSORIA POR AUXILIO REMOTO PELO PERÍODO DE 06 MESES, PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS, ANALISES DE DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO,**  
**TREINAMENTO PRATICO E TEÓRICO, DA RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO, PARA ESTAR ATUANTE COMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO**  
**DISPONIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE ETP, TR, MAPA DE RISCO, PLANILHA DE PREÇOS, EDITAL, JUNTAMENTE COM AULA PRÁTICA PARA FORMULAÇÃO DE CADA UM DESSES DOCUMENTOS.**

Declaro que a empresa cumpri fielmente com suas obrigações e, sendo assim, a mesma detém a capacidade técnica necessária para execução de serviços correlatos.

Braganey, 15 de janeiro de 2024

  
RUBIA MARA DI BERNARDO  
Secretária de Administração e Planejamento

A AC ASSESSORIA TÉCNICA EM ENG. CIVIL LTDA, portadora do CNPJ nº 08.785.713/0001-10, com sede na Avenida Pirapó, 5538, sobreloja, CEP: 87.502,140 na cidade de Umuarama/PR, atesto para os devidos fins que a empresa MK Assessoria & Capacitação, CNPJ: n.º48.173.712/0001-39, prestou serviços de assessoria e consultoria na área de licitações para nossos colaboradores.

Durante o período de colaboração, a MK Assessoria & Capacitação demonstrou competência e comprometimento na prestação dos serviços contratados. Os trabalhos foram realizados com 1 encontro presencial semanal, além de suporte e atividades complementares prestadas de forma remota.

Os serviços de assessoria em licitações incluíram:

Análise de editais e documentos relacionados a licitações.

Elaboração de documentos técnicos e administrativos exigidos em processos licitatórios.

Orientação e suporte na preparação de propostas e participação em sessões públicas.

Capacitação e treinamento da equipe da empresa AC ASSESSORIA TÉCNICA EM ENG. CIVIL LTDA em aspectos teóricos e práticos de licitações.

Assessoria contínua e consultoria para esclarecimento de dúvidas e resolução de questões relacionadas a licitações.

Destaco que os serviços foram realizados de forma eficiente e com alto padrão de qualidade, contribuindo para o aprimoramento dos processos internos da Empresa no que diz respeito à participação em processos licitatórios.

O pagamento pelos serviços prestados ocorreu de forma mensal, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, conforme acordado entre as partes, pelo período de 6 (seis) meses (01/04/2023 a 01/10/2023).

Este atestado é fornecido em conformidade com os registros da nossa empresa e tem por objetivo comprovar a capacidade técnica da MK Assessoria & Capacitação na área de assessoria em licitações.

Umuarama-Pr., 19 de janeiro de 2024.

ADEMAR AMÉRICO  
CAMOSSATO:  
57830576904

Assinado digitalmente por ADEMAR AMÉRICO CAMOSSATO  
57830576904  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, CN=ADEMAR AMÉRICO CAMOSSATO, OU=2520128000102, CN=ADEMAR AMÉRICO CAMOSSATO, OU=57830576904  
Serial: 1234  
Data: 2024.02.19 15:02:12  
Fonte: Assinatura: 9.5.0

AC ASSESSORIA TÉCNICA EM ENG CIVIL LTDA  
ADEMAR AMÉRICO CAMOSSATO  
ENG. CIVIL – CREA Nº 24.080/D-Pr  
RESPONSÁVEL TÉCNICO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná

Rua J. K. de Oliveira, n.º 2394 — Fone/Fax (44) 3675-4300

CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

[adm@cidadegaucha.pr.gov.br](mailto:adm@cidadegaucha.pr.gov.br)

000073

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto que a empresa **MK - ASSESSORIA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.173.712/0001-39, realiza/realizou ao Município de Cidade Gaúcha/PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, Consultoria técnica especializada para regulamentação, implantação e execução da Nova Lei de Licitações 14.133/21, nos termos das Leis de Licitações nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021, e Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa nº 123/2006 atualizado pela nº 147/2014, assim como Lei do Pregão nº 10.520/2002, conforme serviços citados abaixo:

- **regulamentação** dos principais pontos da lei 14133/21 no município de cidade gaúcha.
- **assessoria** pelo período de 06 meses, para elaboração de editais, análises de documentos de licitação.
- **treinamento prático e teórico**, da responsável pelo departamento de compras e licitações do município, para estar atuante como agente de contratação do município
- **disponibilização de modelos de ETP**, TR, mapa de risco, planilha de preços, edital, juntamente com aula prática para formulação de cada um desses documentos.

Declaro que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações e, sendo assim, a mesma detém a capacidade técnica necessária para execução de serviços correlatos.

Cidade Gaúcha, 28 de Novembro de 2023

Thiago Marcato de Paula  
Chefe de Gabinete

**Thiago M. de Paula**  
Chefe de Gabinete



Editora e Papelaria Umuarama Ltda, CNPJ: 03.895.029/0001-77, com sede em Rua Sarandi, nº 5531, Zona III, Umuarama/PR, atesto para os devidos fins que a empresa MK Assessoria & Capacitação, CNPJ: n.º 48.173.712/0001-39, prestou serviços de assessoria e consultoria na área de licitações para nossos colaboradores.

Durante o período de colaboração, a MK Assessoria & Capacitação demonstrou competência e comprometimento na prestação dos serviços contratados. Os trabalhos foram realizados com 1 encontro presencial semanal, além de suporte e atividades complementares prestadas de forma remota.

Os serviços de assessoria em licitações incluíram:

Análise de editais e documentos relacionados a licitações.

Elaboração de documentos técnicos e administrativos exigidos em processos licitatórios.

Orientação e suporte na preparação de propostas e participação em sessões públicas.

Capacitação e treinamento da equipe da Editora & Papelaria Umuarama em aspectos teóricos e práticos de licitações.

Assessoria contínua e consultoria para esclarecimento de dúvidas e resolução de questões relacionadas a licitações.

Destaco que os serviços foram realizados de forma eficiente e com alto padrão de qualidade, contribuindo para o aprimoramento dos processos internos da Editora & Papelaria Umuarama no que diz respeito à participação em processos licitatórios.

O pagamento pelos serviços prestados ocorreu de forma mensal, no valor de

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, conforme acordado entre as partes.

Este atestado é fornecido em conformidade com os registros da nossa empresa e tem por objetivo comprovar a capacidade técnica da MK Assessoria & Capacitação na área de assessoria em licitações.

Umuarama 06 de novembro de 2023

\_\_\_\_\_  
Editora e Papelaria Umuarama Ltda  
CNPJ: 03.895.029/0001-77

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Carlos Spanhol 164, centro na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 77.870.475/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR. JOSE CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado, na cidade de São Jorge do Patrocínio Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.132.712-1-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 409.020.649-91, atesto para os devidos fins que a empresa prestou serviços de revisão da regulamentação da Lei 14133/21 no município de São Jorge do Patrocínio-PR.

O escopo dos serviços incluiu a capacitação de 32 servidores do município, com ênfase na fase preparatória de processos licitatórios. Destaco que foram realizadas aulas práticas para elaboração de Documento de Formulação de Despesa (DFD), Termo de Referência (TR), Estudo Técnico Preliminar (ETP), pesquisa de preços, Mapa de Risco, Projeto Básico (PB), Plano de Contratação Anual (PCA), bem como a disponibilização de modelos de todos os instrumentos mencionados.

Durante a execução dos serviços, a empresa demonstrou conhecimento técnico e expertise na área de licitações, fornecendo capacitação de qualidade aos servidores municipais. Além disso, a abordagem prática adotada durante as aulas contribuiu significativamente para o desenvolvimento das habilidades dos participantes.

Este atestado é fornecido em conformidade com a legislação vigente e tem por objetivo comprovar a capacidade técnica da empresa **MK ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO**, CNPJ n.º 48.173.712/0001-39, na prestação de serviços de revisão da regulamentação da Lei 14133/21 e capacitação em licitações municipais.

São Jorge do Patrocínio, 14 de Fevereiro de 2024

**PAULO SÉRGIO DE SOUZA**

CPF: 648.453.119-68

Dir. Depto. De Licitação







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 70EB-CE49-D5DF-770C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAULO SÉRGIO DE SOUZA (CPF 648.XXX.XXX-68) em 15/02/2024 13:53:54 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sjpatrocinio.1doc.com.br/verificacao/70EB-CE49-D5DF-770C>



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro, para os devidos fins, que a empresa **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.173.712/0001-39**, realizou satisfatoriamente para o **Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio paraná e Áreas de Influência - CORIPA**, serviços especializados de **assessoria e consultoria continuada, de caráter subsidiário e de atividade meio, para o setor de compras e serviços do Consórcio**, conforme o objeto contratado em **Inexigibilidade nº. 001/2024, Processo nº. 002/2024, Contrato nº. 002/2024, assinado em 25/04/2024.**

Os serviços incluíram:

- Assessoria e consultoria de forma contínua, conforme as necessidades do setor de compras, atendendo a demanda do Consórcio;
- Execução dos serviços nas dependências do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA, em acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
- Revisão de regulamentação da Lei 14133/21.

A execução dos serviços foi conduzida com responsabilidade, eficiência e qualidade, atendendo integralmente às exigências contratuais e às necessidades apresentadas pelo consórcio, em conformidade com a legislação vigente.

São Jorge do Patrocínio, aos 13 dias do mês de novembro de 2024

CONSORCIO INTERM P  
CONS REMAN RIO PR E  
ÁREAS  
INFL.00678603000147

José Carlos Baraldi  
Presidente do CORIPA

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto que a empresa **MK - ASSESSORIA**, inscrita no CNPJ sob° 48.173.712/0001-39, inscrito no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, prestou assessoria sobre a Nova Lei de Licitações 14.133/21 e Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa nº 123/2006 atualizado pela nº 147/2014, assim como Lei do Pregão nº 10.520/2002 para os nossos funcionários:

Durante o período de assessoria, a empresa demonstrou profundo conhecimento e expertise na área, fornecendo orientações claras e atualizadas sobre as mudanças e os impactos da nova lei de licitações em nosso setor. Os funcionários que participaram da assessoria puderam adquirir o conhecimento necessário para compreender e aplicar corretamente as diretrizes estabelecidas pela legislação.

A qualidade dos serviços prestados pela empresa foi excelente, cumprindo todos os prazos estabelecidos e atendendo às nossas expectativas. Destacamos ainda a competência da equipe envolvida, que demonstrou profissionalismo e dedicação em todas as etapas do processo.

Dessa forma, recomendamos enfaticamente os serviços da empresa MK- ASSESSORIA a outras organizações que necessitem de assessoria especializada na área de licitações e legislação.

Umuarama, 30 de Novembro de 2023



\_\_\_\_\_  
Editora e Papelaria Umuarama Ltda  
CNPJ: 03.895.029/0001-77



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.173.712/0001-39, realizou satisfatoriamente para a Prefeitura Municipal de Icaraíma - PR serviços especializados de assessoria e consultoria continuada, de caráter subsidiário e de atividade meio, para o setor de compras e serviços da Administração Municipal, conforme o objeto contratado na Inexigibilidade nº 001/2024, processo administrativo nº 002/2024, Contrato nº 040/2024 em 22/02/2024.

Os serviços incluíram:

- Assessoria e consultoria de forma contínua, conforme as necessidades do setor de compras e serviços das Secretarias e Fundos Municipais;
- Execução dos serviços nas dependências da Prefeitura Municipal de Icaraíma - PR, em acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
- Revisão de regulamentação da Lei 14133/21

A execução dos serviços foi conduzida com responsabilidade, eficiência e qualidade, atendendo integralmente às exigências contratuais e às necessidades apresentadas pela Administração Municipal, em conformidade com a legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

**Icaraíma - PR, 12 de novembro de 2024.**

  
**Milton Antonholi**  
Secretário de Administração

*Milton Antonholi*  
Secr. de Administração  
CPF: 606.514.079-15





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ 00.661.865/0001-07  
Rua Roma, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-1818

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.173.712/0001-39**, realizou satisfatoriamente para a **Câmara Municipal de Loanda**, serviços especializados de **assessoria, capacitação e consultoria continuada, de caráter subsidiário e de atividade meio, para o setor de compras do Poder Legislativo do Município de Loanda**, conforme o objeto contratado em **[Edital nº 1 /Contrato nº 1 de 01/03/2024]**.

Os serviços incluíram:

- Assessoria, capacitação e consultoria de forma contínua, conforme as necessidades do setor de compras;
- Execução dos serviços nas dependências da Câmara Municipal de Loanda, em acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
- Revisão de regulamentação da Lei 14133/21.

A execução dos serviços foi conduzida com responsabilidade, eficiência e qualidade, atendendo integralmente às exigências contratuais e às necessidades apresentadas por esta Câmara, em conformidade com a legislação vigente.

Loanda, 12 de novembro de 2024.

*Renato Y. Obana*  
**RENATO YUJI OBANA**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



# Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena,  
Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

000081

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto que a empresa **MK - ASSESSORIA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.173.712/0001-39, prestou ao Município de Maria Helena/PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.386/0001-00, Consultoria técnica especializada para regulamentação, implantação e execução da Nova Lei de Licitações 14.133/21, nos termos das Leis de Licitações nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021, e Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa nº 123/2006 atualizado pela nº 147/2014, assim como Lei do Pregão nº 10.520/2002, conforme serviços citados abaixo:

**REGULAMENTAÇÃO** DOS PRINCIPAIS PONTOS DA LEI 14133/21 NO MUNICÍPIO.

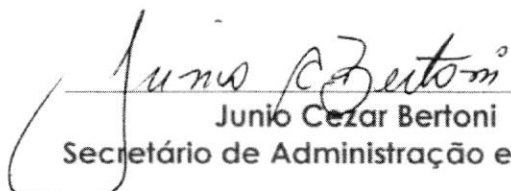
**ASSESSORIA** PELO PERÍODO DE 06 MESES, PARA ELABORAÇÃO DE EDITAIS, ANÁLISES DE DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO.



**TREINAMENTO PRÁTICO E TEÓRICO**, DOS RESPONSÁVEIS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO, PARA ESTAR ATUANTE COMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO

**DISPONIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE ETP**, TR, MAPA DE RISCO, PLANILHA DE PREÇOS, EDITAL, JUNTAMENTE COM AULA PRÁTICA PARA FORMULAÇÃO DE CADA UM DESSES DOCUMENTO .

Declaro que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações e, sendo assim, a mesma detém a capacidade técnica necessária para execução de serviços correlatos.

Maria Helena, 06 de novembro de 2023

  
Junio Cezar Bertoni  
Secretário de Administração e Fazenda



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA**

Estado do Paraná

CNPJ/MF 80.893.555/0001-49

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa **MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.173.712/0001-39**, realizou satisfatoriamente para **Câmara Municipal de Marilena-Pr**, serviços especializados de **assessoria e consultoria continuada, de caráter subsidiário e de atividade meio, para o setor de compras e serviços do Poder Legislativo Municipal**, conforme o objeto contratado no **Edital 01/2024/Contrato nº 01/2024**.

Os serviços incluíram:

- Assessoria e consultoria de forma contínua, conforme as necessidades do setor de compras e serviços do Poder Legislativo Municipal;
- Execução dos serviços nas dependências da Câmara Municipal de Marilena-Pr, em acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
- Revisão de regulamentação da Lei 14133/21

A execução dos serviços foi conduzida com responsabilidade, eficiência e qualidade, atendendo integralmente às exigências contratuais e às necessidades apresentadas pela Administração Municipal, em conformidade com a legislação vigente.

**Marilena-Pr, 12 de novembro de 2024**

**JOSE  
LEONCIO  
DE  
ALMEIDA:  
51157233953**

Assinado digitalmente por JOSE  
LEONCIO DE ALMEIDA:51157233953  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,  
OU=Presencial, OU=40312993000151,  
OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=  
(em branco), CN=JOSE LEONCIO DE  
ALMEIDA:51157233953  
Razão: Eu estou aprovando este  
documento com minha assinatura de  
vinculação legal  
Localização: Marilena-Pr  
Data: 2024.11.12 16:35:34-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

**José Leôncio de Almeida**

**Presidente**

## FORAGIDO

**Polícia procura por suspeito de matar a esposa em Iporã**

Página A5

## PARANÁ

**Sanepar comemorou ontem os 61 anos com mais inovação**

Página A5



## ESPECIAL

**Veja dicas e detalhes da nova Lei de Licitações e de Contratos**

A empresária Kátia Silva trives e a consultora Jhennifer Mariane Romig (foto) assinam artigo na edição de hoje do Ilustrado, no qual abordam a questão da Nova Lei de Licitações e contratos: o marco regulatório para a transparência e eficiência na gestão pública. Através da empresa MK Assessoria e Capacitação, elas prestam serviços especializados em assessoria capacitação para servidores públicos no complexo universo das licitações.

Página A6

## No "fecha e abre" rodovia PR-323 volta a ser liberada até a próxima chuva



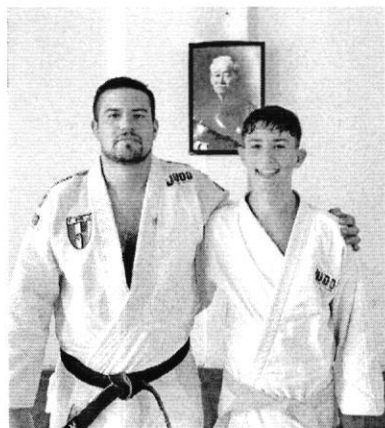
**CUPINS NO CENTRO CULTURAL** - A descoberta de diversas colônias de cupins na estrutura do Centro Cultural Vera Schubert levou a administração municipal a interditar o local no final da tarde desta terça-feira. Uma empresa especialista em descupinização inicia uma verdadeira força-tarefa para resolver o problema da infestação e, para tal, o atendimento ao público terá de ser interrompido nesta quarta, quinta e sexta-feira, voltando à normalidade na segunda-feira. Página A5

A cada chuva forte, o trecho da rodovia PR-323 que está em obras de recuperação em Umuarama, sofre com o risco de a cratera engolir todas as duas pistas. Nos últimos dias foram várias as interdições. A mais recente foi na tarde e noite de segunda-feira, mas ontem a rodovia amanheceu aberta ao tráfego, já que a chuva não apertou em Umuarama nesta terça-feira. O Simepar não prevê chuvas para hoje, mas tem previsão de pancadas de chuva de amanhã até domingo na região de Umuarama. Enquanto isso, operários trabalham para conter o avanço da erosão. Página A3

## GRÁTIS

**Fundação Cultural tem inscrições para canto e teatro**

Página A5



**TREINAMENTO INTENSO DE JUDÔ** - O jovem umuaramense Enzo, ao lado do treinador Juan Jimenez, participa de evento especial de treinamento de Judô nesta semana em Curitiba. Página A8



**CALCÁRIO PARA PRODUTORES RURAIS** - A Secretaria Municipal de Agricultura entregou ontem um lote de 50 toneladas de calcário para pequenos produtores rurais. Cada agricultor retirou uma tonelada do insumo. A ação foi acompanhada pelo prefeito Celso Pozzobom e ainda tem mais 80 toneladas. Página A3

INOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

# Marco Regulatório para a Transparência e Eficiência na Gestão Pública. confira!

Por Jhennifer Mariane Romig e Katia Silva Trives

No cenário político e administrativo brasileiro, a transparência e a eficiência na gestão pública sempre foram temas centrais de discussão. Em 2021, o Congresso Nacional aprovou e promulgou a Lei 14.133/21, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos. Essa legislação revoga a antiga Lei das Licitações (Lei 8.666/93), a Lei do Pregão (Lei 10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462/11), consolidando um novo marco regulatório para as contratações públicas no Brasil.

**Objetivos e Princípios**  
A nova legislação tem como principal objetivo modernizar e simplificar o processo licitatório, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para isso, a Lei 14.133/21 introduz novos princípios, visando estimular a inovação e reduzir a burocracia nos processos licitatórios.

Além disso, a transparência e a competitividade são reforçadas, garantindo a participação de um maior número de empresas, inclusive pequenas e médias, nas concorrências públicas. A ideia é promover uma maior concorrência, o que tende a resultar em preços mais competitivos e na qualidade dos serviços contratados.

## Inovações na Contratação Pública

A Lei 14.133/21 introduz mudanças significativas no modelo de contratação pública. O diálogo competitivo, por exemplo, permite que a administração dialogue com os licitantes para aperfeiçoar propostas antes da fase de lances. Esse mecanismo é especialmente relevante em contratações de grande complexidade e inovação, possibilitando a escolha da solução mais adequada.

Outro destaque é a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), uma plataforma eletrônica que centraliza e disponibiliza informações sobre todas as contratações realizadas pela administração pública. Esse portal promove a transparência e facilita o acompanhamento dos processos pelos cidadãos.

**Sanções Administrativas e Responsabilização**  
A nova lei também estabelece sanções administrativas mais rigorosas para empresas que descumprirem contratos ou praticarem atos lesivos à administração pública. Além disso, fortalece mecanismos de controle interno, visando responsabilizar gestores públicos por condutas inadequadas.

## Impactos e Desafios

A implementação da Lei 14.133/21 representa um avanço significativo na modernização das práticas de contratação pública no Brasil. No entanto, alguns desafios surgem, como a capacitação de servidores públicos para lidar com as novas regras e a necessidade de adaptação de empresas aos novos procedimentos.



Jhennifer Mariane Romig e Katia Silva Trives fazem importantes esclarecimentos sobre as novas leis

## Capacitação dos Servidores Públicos: A Base da Transformação

Um dos principais desafios que se apresentam é a necessidade de capacitar os servidores públicos para lidar com as novas regras e abordagens introduzidas pela Lei 14.133/21. Essa legislação traz uma mudança de paradigma ao incorporar o diálogo competitivo e o projeto básico simplificado, exigindo uma compreensão profunda e atualizada por parte dos agentes públicos envolvidos nos processos licitatórios.

Investir em programas de capacitação é essencial para garantir que os servidores estejam aptos a aplicar a lei, a conduzir diálogos competitivos de forma eficaz, bem como que compreendam os novos requisitos do projeto básico simplificado e estejam alinhados com os princípios de inovação e transparência propostos pela nova legislação. A capacitação não apenas capacitará os funcionários a aplicar corretamente as novas regras, mas também promoverá uma cultura organizacional mais ágil e orientada para resultados.

## Adaptação das Empresas: Novos Procedimentos, Novas Estratégias

Por outro lado, as empresas que participam de licitações públicas enfrentam o desafio de se adaptar aos novos procedimentos introduzidos pela Lei 14.133/21. A implementação da Lei 14.133/21 exige uma abordagem mais dinâmica e participativa por parte das empresas, que devem

estar preparadas para se engajar em um processo mais colaborativo com a administração pública.

Empresas que investirem na compreensão detalhada da nova legislação, bem como na adaptação de suas estratégias e processos internos, terão uma vantagem competitiva. A agilidade na resposta a diálogos competitivos e a capacidade de apresentar propostas inovadoras serão elementos cruciais para o sucesso em um ambiente que busca estimular a criatividade e eficiência nas contratações públicas.

## Perspectivas de Transformação Positiva

Apesar dos desafios, a implementação da Lei 14.133/21 oferece oportunidades significativas para melhorar a eficácia dos processos de contratação pública no Brasil. A capacitação contínua dos servidores públicos e a adaptação proativa das empresas são passos essenciais para garantir que a modernização proposta pela legislação alcance seus objetivos.

A medida que servidores e empresas se adaptam, é possível vislumbrar um futuro onde as contratações públicas se tornem mais ágeis, transparentes e eficientes. A Lei 14.133/21 representa, assim, um marco importante na jornada contínua de transformação do cenário das contratações públicas brasileiras.

## Conclusão

A Nova Lei de Licitações e Contratos é um marco importante na bus-

ca por uma gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada com as demandas da sociedade. A expectativa é que, ao longo do tempo, a implementação dessa legislação contribua para uma maior qualidade nos serviços públicos prestados e para o uso mais responsável dos recursos públicos. Caberá aos gestores, empresas e cidadãos acompanharem de perto a aplicação e os impactos dessa nova legislação, promovendo o aprimoramento contínuo do sistema de contratações públicas no país.

Diante dos desafios empolgantes e das oportunidades transformadoras apresentadas pela implementação da Lei 14.133/21, torna-se claro que a capacitação eficaz dos servidores públicos é a chave para o sucesso dessa transição.

Nesse contexto, destacamos a relevância da parceria com a MK Assessoria e Capacitação, uma empresa especializada que se destaca por sua expertise na área e abordagem didática voltada para a efetiva prática dos servidores.

A complexidade das mudanças trazidas pela nova legislação demanda um entendimento profundo por parte dos servidores envolvidos nos processos licitatórios. A MK Assessoria e Capacitação, com sua equipe, oferece um leque abrangente de programas de capacitação. Esses programas não apenas abordam os aspectos técnicos da Lei 14.133/21, mas também proporcionam uma compreensão prática e aplicada dos no-

vos procedimentos, preparando os servidores para enfrentar os desafios com confiança e habilidade.

A expertise da MK Assessoria e Capacitação não se limita apenas ao conhecimento técnico; ela se estende à compreensão profunda dos nuances do setor público e das demandas específicas de sua implementação. Nossa empresa está comprometida em fornecer orientação personalizada, considerando as peculiaridades de cada órgão público, o que se revela crucial em um cenário de mudanças tão significativas.

Além disso, a didática da MK Assessoria e Capacitação destaca-se por sua abordagem prática, alinhada com a realidade cotidiana dos servidores públicos. Os programas de treinamento são desenhados para ir além da teoria, focando na aplicação prática dos novos conhecimentos no ambiente de trabalho. Isso não apenas acelera o processo de adaptação, mas também maximiza o impacto positivo da capacitação na eficiência dos processos licitatórios.

Assim, ao considerar a contratação de serviços de capacitação, a MK Assessoria e Capacitação se destaca como a escolha ideal, reunindo conhecimento especializado, experiência prática e uma abordagem didática centrada na aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos. Juntos, podemos moldar um futuro de contratações públicas mais ágeis, transparentes e eficientes, impulsionando o progresso do nosso país.

## MK Assessoria e Capacitação

Empresária da empresa Kátia Silva Trives  
Consultora Jhennifer Mariane Romig  
Contato: 44 98421 1554

Empresa MK Assessoria e Capacitação vem se destacando na região, é referência quando se trata de oferecer serviços especializados em assessoria e capacitação para servidores públicos no complexo universo das licitações. Sua missão é proporcionar um suporte abrangente, capacitando equipes e facilitando processos, para garantir que as entidades governamentais atinjam seus objetivos de aquisição de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente.





## EXPLORANDO AS TRANSFORMAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DE LICITAÇÕES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI N. 8.666/93

Jhennifer Mariane Romig<sup>1</sup>; Katia Silva Trives<sup>2</sup>; Menahem David Dansiger de Souza<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Advogada, Pós Graduada em Docência em Licitações e Contratos, Graduanda em Gestão Pública.

<sup>2</sup> Graduada em Gestão Pública e Letras Português/Inglês, Pós-Graduada em Psicopedagogia, Pós-Graduada em Licitações e contrato, Acadêmica de Direito na UniALFA.

<sup>3</sup> Graduação em Direito na Universidade Paranaense – Unipar, de Umuarama/pr, em 2006, Especialização em Direito do Estado – área de concentração em direito constitucional, na Universidade Estadual de Londrina – UEL, em 2010, especialização em Direito Administrativo, na Universidade Anhanguera – Uniderp, em 2014.

### RESUMO

O artigo científico explora as implicações da Lei nº 14.133/2021, que substitui a Lei nº 8.666/93, no contexto das licitações públicas brasileiras. Destaca-se a modernização, flexibilização e alinhamento a padrões internacionais, evoluindo eficiência, transparência e competitividade. Examinar a importância do processo licitatório, abordando concorrência, transparência, economicidade e igualdade de oportunidades. Com base nas análises de Júnior (2018), são identificadas e discutidas as fraudes comuns em licitações, ressaltando a necessidade de transparência e conformidade com a legislação para prevenir tais práticas. As fases do processo licitatório são detalhadamente exploradas, com ênfase na inovação da fase preparatória, priorizando o planejamento. Mudanças significativas entre as leis incluem a inversão de fases, a preferência por licitações eletrônicas e o aumento dos limites para dispensa de licitação. Destaca-se a introdução de crimes em licitações e contratos administrativos, com deliberações mais rigorosas e preferência por licitações eletrônicas. Inovações como procedimentos auxiliares são reconhecidas, ampliando as ferramentas disponíveis para a gestão pública. O artigo conclui ressaltando a importância de compreender as mudanças e desafios da nova legislação, contribuindo para o debate sobre licitações públicas no Brasil, especialmente para gestores públicos e profissionais da área.

**Palavras-chave:** Lei nº 14.133/2021, Licitações Públicas, Modernização, Fraudes em Licitações, Mudanças Legislativas.

### 1. INTRODUÇÃO

A publicação da Lei nº 14.133/2021 representa um marco significativo no cenário das licitações públicas no Brasil. Essa nova legislação substitui a antiga Lei n. 8.666/93 e traz um conjunto de alterações e modernizações que visam promover maior eficiência, transparência e competitividade nas contratações governamentais.

O objetivo deste artigo científico é explorar as principais novidades e mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021 em comparação com a Lei n. 8.666/93, destacando seus impactos e desafios para o ambiente das licitações públicas no Brasil.

Sabe-se que, ao longo dos anos, a antiga Lei de Licitações, apesar de ser fundamental para garantir a transparência e a legalidade nas contratações públicas,



revelou-se suscetível a práticas acomodadas e entraves burocráticos. Com a entrada em vigor da nova legislação, espera-se simplificar os procedimentos licitatórios e promover uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

A Lei nº 14.133/2021 traz uma série de mudanças e inovações em relação à legislação anterior. A modernização e flexibilização são pontos-chave dessa nova lei, que busca se alinhar com as práticas contemporâneas de contratação pública. Ela visa superar as deficiências da legislação anterior, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

Além disso, a nova legislação busca harmonizar as normas brasileiras com os padrões internacionais de contratações públicas, promovendo a competitividade e a atração de investimentos. Também aborda questões ambientais, sociais e de governança, que são cada vez mais relevantes na agenda pública e empresarial, promovendo a sustentabilidade nas contratações públicas.

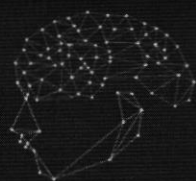
Neste artigo científico, analisaremos de forma detalhada as principais mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021, bem como os desafios e impactos que essas alterações podem gerar no ambiente das licitações públicas no Brasil. Serão considerados aspectos como a simplificação dos procedimentos licitatórios, o aumento da eficiência, o fortalecimento do controle e da transparência, e a gestão mais responsável e sustentável dos recursos públicos.

Para embasar a análise, serão utilizadas fontes confiáveis e atualizadas, como a própria legislação, estudos acadêmicos e relatórios governamentais.

Espera-se que este artigo científico contribua para o debate sobre as licitações públicas no Brasil, forneça uma análise abrangente e atualizada das mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021. Além disso, espera-se que o artigo possa auxiliar gestores públicos, pesquisadores e profissionais da área a compreender melhor as implicações dessa nova legislação e a se adaptarem às novas exigências e desafios do ambiente das licitações públicas.

## **2. DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O processo licitatório na administração pública é um conjunto de procedimentos formais e transparentes utilizados para a contratação de bens, serviços ou obras, visando garantir a seleção objetiva e competitiva dos fornecedores e a



eficiente aplicação dos recursos públicos. Sua importância é vasta e multifacetada, refletindo os princípios fundamentais que regem a administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

A Licitação é um processo administrativo no qual a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa para a celebração de contratos de seu interesse. Neste sentido Justen Filho (2014, p.495) entende que:

“A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos visando a seleção da proposta de contratação mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.”

A Lei nº 14.133/2021, que institui novas normas de licitações e contratos administrativos, estabelece no seu Art. 5º os seguintes princípios específicos de licitações:

**Princípio do Planejamento:** Exige que todas as contratações sejam precedidas de planejamento detalhado, com o objetivo de assegurar a adequada definição do objeto, a previsão de recursos orçamentários e a efetiva necessidade da contratação.

**Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável:** Promove o desenvolvimento econômico e social do país, garantindo que as contratações públicas incentivem práticas sustentáveis e de responsabilidade social.

**Princípio da Inovação:** Incentiva a adoção de novas tecnologias e soluções inovadoras que possam trazer mais eficiência e eficácia para os processos de contratação pública.

**Princípio da Transparência:** Garante que todas as etapas do processo licitatório sejam conduzidas de forma aberta e acessível ao público, facilitando o controle social e a fiscalização.

**Princípio da Segregação de Funções:** Assegura que as atividades de planejamento, execução e fiscalização dos contratos públicos sejam desempenhadas por diferentes agentes, evitando conflitos de interesse e aumentando a eficiência do controle interno.

**Princípio da Motivação:** Obriga que todas as decisões no processo licitatório sejam justificadas, com a devida fundamentação técnica, econômica e jurídica.

Esses princípios específicos se somam aos princípios gerais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, para





orientar a condução das licitações e contratações públicas de acordo com a nova legislação.

Em primeiro lugar, a licitação é essencial para promover a concorrência entre os fornecedores, o que leva à obtenção de melhores preços, condições e qualidade nos produtos e serviços contratados. Ao abrir espaço para a participação de diversos concorrentes, o processo licitatório estimula a inovação e a busca por soluções mais eficientes, beneficiando não apenas a administração pública, mas também a sociedade como um todo.

Além disso, a transparência é um dos pilares do processo licitatório. Ao seguir uma série de regras e critérios estabelecidos em editais e legislações específicas, a administração pública assegura que as contratações sejam realizadas de forma clara, justa e acessível a todos os interessados. Isso contribui para a prevenção da corrupção e o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.

Outro aspecto relevante é a economicidade. Por meio da licitação, busca-se obter o melhor custo-benefício possível, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável. A competição entre os fornecedores permite que sejam negociadas condições mais favoráveis para a administração, resultando em contratos mais vantajosos e sustentáveis a longo prazo.

O processo licitatório também promove a igualdade de oportunidades e o acesso democrático aos contratos públicos. Qualquer empresa ou pessoa interessada em participar de uma licitação pode fazê-lo, desde que cumpra os requisitos estabelecidos no edital, o que contribui para a diversificação e a democratização dos fornecedores do setor público.

No Brasil, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) é a norma geral para as contratações públicas, Di Pietro (2020) afirma que quando uma legislação é considerada norma geral, deve ser seguida por Estados e Municípios.

Contudo, Nester (2020, p. 01) afirma que a nova legislação “não contém mecanismos efetivamente inovadores para combater os principais problemas do processo de contratação pública e da execução dos contratos públicos”, especialmente por ser um copia e cola das legislações anteriores. Junior (2018) afirma



que um dos problemas efetivamente existentes é a utilização do procedimento licitatório como plataforma de práticas corruptas.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define corrupção como o abuso de poder por agentes públicos e privados em busca de ganhos pessoais, abrangendo práticas como propina, nepotismo, fraude e captura estatal (Fortini e Motta, 2016). No Brasil, a corrupção é criminalizada pelos artigos 317 e 333 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40), abordando corrupção ativa e passiva. Além disso, a Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) e a Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021) visam combater práticas corruptas, fraude incluindo em processos licitatórios por agentes públicos.

Ao analisar a obra de Júnior (2018), podemos observar uma análise detalhada sobre as principais fraudes presentes no processo de licitação. O autor apresenta casos reais em que essas práticas corruptas ocorreram devido a falhas no próprio procedimento licitatório. Entre as fraudes mais comuns de responsabilidade governamental, podemos destacar a Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, onde o autor aponta que a inclusão de expressões genéricas ou detalhes excessivos compromete a lisura da competição, abrindo margem para práticas ilícitas.

Segundo Di Pietro (2020) O Termo de Referência (no caso de bens ou serviços) ou Projeto Básico (no caso de obras) devem conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com a precisão adequada, que caracterizem os bens, o serviço ou a obra a serem contratados ou fornecidos.

Na Pesquisa de Preços, Júnior (2018) ressalta a ocorrência de coleta de preços superfaturados e orçamentos fraudulentos, prejudicando os interesses da administração pública. Di Pietro (2020) afirma que a Pesquisa de Preços é uma etapa existente para levantar o valor estimado da contratação, calculado com base nos valores praticados pelo mercado, valores pagos pela Administração em serviços, bens ou obras similares ou na avaliação de custo global da obra, a partir de predições.

Já com relação as restrições de editais, o autor aduz que a adição de restrições no edital é apontada como uma prática que compromete o caráter competitivo da licitação, favorecendo a ocorrência de atos corruptos. Meirelles (2015) desta que o Edital é o instrumento utilizado pela Administração para levar ao conhecimento público a abertura da licitação, que possui as condições da realização do procedimento e convoca os interessados a apresentarem suas propostas.



A falta de publicidade adequada também é considerada pelo autor um grande problema, este destaca que a ausência ou a divulgação insuficiente prejudicam a transparência e a participação de potenciais interessados, facilitando a prática de atos ilícitos.

Diante dos apontamentos pontuais feitos pelo autor, conclui-se que é importante garantir a transparência, a competição justa e o cumprimento da legislação nos processos licitatórios, a fim de evitar as fraudes em licitações.

Em resumo, o processo licitatório desempenha um papel crucial na administração pública, garantindo a transparência, a competitividade, a economicidade e a legalidade nas contratações governamentais. Ao seguir princípios éticos e jurídicos, a licitação não apenas assegura a eficiência na gestão dos recursos públicos, mas também fortalece os pilares da democracia e do Estado de Direito.

### **3. FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO**

A licitação é um processo administrativo composto por uma série de atos com o objetivo de realizar contratações públicas. Durante esse processo, destacam-se diversas fases que fazem parte do procedimento licitatório. Essas etapas são essenciais para garantir a transparência e a competitividade na contratação, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos.

É cediço que as licitações possuem duas fases, quais sejam, fase interna e fase externa. Isto não é novidade, as fases interna e externa já veem de forma desenhada desde a lei nº 8666/93 e suas alterações.

A fase interna refere-se ao planejamento da licitação, que deve ser realizado de forma cuidadosa e detalhada. A fase interna da licitação pela lei nº 14.133/21 inicia-se na etapa de planejamento, com o Plano de Contratações Anual. Durante esta etapa, é fundamental definir de maneira clara o objeto da contratação, apresentando uma justificativa consistente para a necessidade da contratação. Além disso, é necessário indicar a previsão de orçamento disponível e elaborar um projeto básico ou termo de referência que servirá como base para o instrumento convocatório e para a contratação como um todo.

Na fase interna, também é realizada uma pesquisa de mercado para obter informações sobre preços praticados e condições de fornecimento, bem como deverá



ser realizada um levantamento de mercado, indicando as melhores soluções para o problema que temos. Essa pesquisa tem o objetivo de embasar a análise e o julgamento das propostas que serão apresentadas na fase externa da licitação

Já na fase externa, são definidos os critérios e os procedimentos que serão adotados para a seleção do fornecedor ou prestador de serviço. É necessário indicar uma modalidade de licitação mais adequada, considerando as características do objeto a ser contratado. Além disso, deve-se elaborar a minuta do edital e a minuta contratual, que deverão após a devida publicação ser disponibilizada aos licitantes interessados.

Durante a fase externa, é importante garantir a transparência e a imparcialidade do processo. Os detalhes devem ser informados sobre a publicação do edital nos meios definidos pela legislação vigente, a fim de que tenham ciência das condições e possam apresentar suas ofertas. Nessa etapa, serão realizadas análises de critérios para verificar a idoneidade jurídica, econômico-financeira e técnica dos proponentes. Após deverá ser realizada a análise das propostas apresentadas, com o devido julgamento, seja por parte do Agente de Contratação ou Pregoeiro, seja por parte da Comissão de Contratação, esse julgamento deve ser objetivo e imparcial, e deve levar em consideração sempre o disposto no Edital daquela licitação.

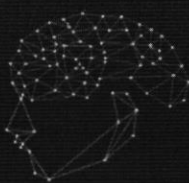
Após estes atos, o procedimento será encaminhado a autoridade competente, que será responsável pela adjudicação e homologação dos atos praticados pela comissão ou agente de contratação. Posterior a isto os vencedores serão convocados para a assinatura do contrato.

A licitação, enquanto processo administrativo destinado à contratação pública, abrange uma sequência de atos administrativos que conduzem a um objetivo singular: a contratação.

A Lei n. 14.133/2021 trouxe bastantes inovações em comparação com a Lei n. 8.666/93, incorporando elementos de outras normativas, como a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações – RDC (Lei nº 12.462/11).

Uma das inovações que merece ser destacada é a implementação da fase preparatória no processo licitatório, fundamentada no princípio do planejamento, representando a fase interna do procedimento. Essa fase tem como objetivo garantir





a condução eficiente do procedimento, abordando considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam influenciar na contratação.

A NLL, Lei nº 14.133/21, traz consigo em seu artigo 17, as fases que o processo de licitação deverá seguir, vejamos:

I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI – Fase recursal; VII - de homologação.

Desta forma a Lei busca, modernizar e aprimorar o processo licitatório, integrando práticas consolidadas e reforçando a importância do planejamento como elemento fundamental para o sucesso da contratação pública.

#### **4. MUDANÇAS EFETIVAS ENTRE A LEI N. 8.666/93 E A LEI Nº 14.133/2021:**

Nos últimos dois anos e meio, tem sido expressivo o número de artigos e obras dedicados à Lei nº 14.133/21, conhecida como a nova Lei de Licitações. Juristas de todo o país têm se debruçado sobre uma diversidade de temas abordados por essa norma, demonstrando um admirável esforço para subsidiar os operadores do Direito na desafiadora tarefa de interpretar e implementar as diretrizes introduzidas por esse novo diploma. Nesse contexto, é oportuno apresentar um breve rol das mais significativas alterações em relação à disciplina anterior.

Isso é feito com o objetivo de oferecer uma síntese das principais mudanças que a Lei 14133/21 trouxe para a administração pública. Deve-se ficar claro que o tema aqui abordado não será de forma alguma esgotado, uma vez que esta legislação ainda está em sua fase inicial, requerendo cuidado e atenção em seus mínimos detalhes.

Este resumo não apenas serve como um lembrete para aqueles que já estão familiarizados com o novo regramento, mas também proporciona uma breve introdução para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de explorá-lo de uma maneira mais ampla.

Dentre tantas e significativas mudanças, trataremos de algumas, que consideramos as principais. Começaremos pela criação do capítulo II-B \_ dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos, artigos 337-E a 337-P no Código Penal Brasileiro.



O novo conjunto de artigos abrange diversas condutas ilícitas. Em casos de contratação direta ilegal, admitir, possibilitar ou causar contratação fora das situações previstas em lei é penalizado com reclusão de 4 a 8 anos, além de multa. A frustração do caráter competitivo de licitação, ao buscar vantagens decorrentes da adjudicação do objeto, acarreta pena semelhante

Outros crimes incluem patrocínio de contratação indevida, modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, perturbação do processo licitatório, violação de sigilo em licitação, afastamento de licitante, fraude em licitação ou contrato, contratação inidônea, impedimento indevido e omissão grave de dados por projetista. As penas variam, mas geralmente envolvem reclusão de 6 meses a 8 anos, multas e, em alguns casos, a aplicação de penalidades em dobro se o crime visar benefício próprio ou de terceiros

Além disso, a nova legislação estabelece que a pena de multa seguirá uma metodologia específica de cálculo, não podendo ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Essas mudanças reforçam a importância da ética e conformidade nos procedimentos licitatórios, visando a proteção dos interesses públicos e a promoção de um ambiente transparente e justo nas relações entre a Administração Pública e os contratantes

A Lei 14133/21 trouxe como implícita é a preferência pela realização de licitações de forma eletrônica, sendo a modalidade presencial uma exceção admitida somente com justificativa específica. Além disso, é exigido que, quando ocorrer a opção pela forma presencial, a sessão pública seja registrada em áudio e vídeo, conforme indicado no artigo 12, VI, em conjunto com o artigo 17, § 2º. Trataremos deste assunto no tópico 4, onde falaremos mais sobre o pregão tanto eletrônico como presencial.

Ao analisar os dois artigos em conjunto, percebemos uma integração coesa entre as diretrizes gerais para o processo licitatório e as fases específicas que o compõem, destacando a preferência pelo uso de meios eletrônicos.

O **Art. 12** estabelece, de maneira ampla, a preferência por atos digitais em todo o processo licitatório. Ele define que a produção, comunicação, armazenamento e validação de documentos devem ser realizados preferencialmente por meios eletrônicos. Isso alinha-se com uma abordagem mais moderna e eficiente, visando à agilidade e à praticidade na condução do processo.





O Art. 17, § 2º, complementa essa diretriz ao especificar que as licitações, como parte do processo licitatório, devem ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. Aqui, reforça-se a ênfase na utilização de meios digitais. No entanto, é introduzida a possibilidade de forma presencial, desde que devidamente motivada. Nesse caso, é exigido o registro em ata e a gravação em áudio e vídeo da sessão pública.

Essas disposições em conjunto indicam uma clara intenção de modernização e digitalização do processo licitatório, priorizando a eficiência proporcionada pelo meio eletrônico. A exceção para licitações presenciais, quando motivada, é acompanhada de medidas rigorosas de registro, garantindo transparência e documentação adequada mesmo em situações menos comuns de realização presencial. Essa abordagem visa conciliar a modernização com a flexibilidade necessária para lidar com diferentes contextos de licitação.

Outra mudança necessária foi a inversão de fases no processo licitatório, como regra, onde agora com a nova lei, o julgamento ocorre antes da análise dos documentos de habilitação da proposta mais bem classificada. Essa ordem só pode ser modificada mediante justificativa fundamentada, que deve explicitar os benefícios resultantes, conforme disposto no artigo 17, § 1º.

O § 1º do Artigo 17 da Lei nº 14.133/2021 permite, mediante ato motivado e explicitação dos benefícios, que a fase de habilitação em processos licitatórios anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, assim como o julgamento, desde que expressamente previsto no edital. Essa flexibilidade na sequência das fases possibilita uma inversão do fluxo tradicional, permitindo, por exemplo, a análise preliminar da capacidade dos licitantes antes do julgamento das propostas, resultando em maior eficiência e adequação aos casos específicos. Essa alternativa visa otimizar o processo, desde que devidamente justificada e incluída nas condições estabelecidas no edital de licitação.

Outro ponto que merece destaque frente a Lei nº 14.133/21 é que esta deixa de vincular a definição das modalidades de licitação ao valor estimado da contratação, passando a orientar-se pela natureza intrínseca do objeto a ser adquirido ou contratado.



A mudança mencionada envolve uma transformação significativa na abordagem das licitações no Brasil, especificamente no que diz respeito à escolha das modalidades.

Tradicionalmente, a legislação anterior baseava-se principalmente no valor estimado da contratação para determinar se a licitação seria do tipo concorrência, tomada de preços, convite, entre outras.

A alteração proposta indica uma transição para uma lógica mais orientada pela natureza do objeto a ser contratado. Isso significa que, ao invés de se concentrar exclusivamente no valor financeiro, a escolha da modalidade levará em consideração as características específicas do que está sendo adquirido ou contratado.

Essa mudança pode trazer maior flexibilidade ao processo, permitindo uma adaptação mais precisa aos diferentes tipos de contratações, sejam elas de bens, serviços ou obras.

Presume-se que a intenção por trás dessa modificação é alinhar mais de perto o procedimento licitatório com as particularidades do objeto, buscando uma maior eficiência, agilidade e adequação às demandas específicas de cada contratação.

Dessa forma, a administração pública terá mais liberdade para escolher a modalidade que melhor se adequa à complexidade e natureza do objeto, resultando em processos licitatórios mais eficazes e ajustados às necessidades específicas de cada situação. Essa abordagem, portanto, representa uma evolução na flexibilidade e adequação dos procedimentos licitatórios no país.

Introduzida pela Lei 14.133/21, a legislação agora abarca, além das modalidades de licitação, diversos procedimentos auxiliares de relevância expressiva para a administração pública. Estes incluem credenciamento, pré-qualificação, manifestação de interesse, sistema de registro de preços e registro cadastral, conforme delineado no artigo 28, § 1º. Essa inclusão destaca-se como uma inovação significativa, ampliando as ferramentas disponíveis para a gestão pública, proporcionando maior flexibilidade e eficiência nos processos licitatórios.

Outra mudança significativa, e acreditamos que a mais aguardada pelos gestores públicos foi a elevação dos limites para dispensa de licitação em razão do valor, estabelecendo até R\$100.000,00 (cem mil) reais para obras e serviços de engenharia, e até R\$50.000,00 (cinquenta mil) reais para compras e outros serviços.



Notavelmente, esses valores representam um significativo aumento em comparação com os estabelecidos pela Lei 8.666/93, sendo considerados excelentes para proporcionar maior agilidade e flexibilidade nos processos licitatórios.

Esta mudança, delineada no artigo 75, incisos I e II, reflete um ajuste importante, alinhando-se às demandas atuais e simplificando procedimentos para benefício da administração pública.

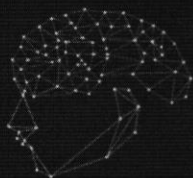
Estes valores serão atualizados anualmente, e desde a publicação da lei até a presente data, os valores atuais correspondem a R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), para obras e serviços de engenharia, e R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) para compras e outros serviços.

Diante de todo o exposto, fica evidente que a Nova Lei de Licitações e Contratos, nos trouxe mudanças significativas, e que os órgãos públicos e os fornecedores, deverão estar empenhados a aprender cada dia mais sobre este assunto, uma vez que a cada dia sai um julgado diferente, um entendimento diferente, e até termos no mínimo meia década de julgados, ficará tecnicamente difícil aplicar a legislação como um todo.

## 5. METODOLOGIA

A metodologia empregada na elaboração do artigo científico sobre a Lei nº 14.133/2021 e suas implicações nas licitações públicas brasileiras baseia-se em uma abordagem analítica e descritiva. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica extensiva, abrangendo a nova legislação, obras relacionadas às licitações públicas, estudos acadêmicos relevantes, e relatórios governamentais. Fontes confiáveis e atualizadas, como a própria Lei nº 14.133/2021, foram consultadas para embasar a análise.

A pesquisa abordou as principais mudanças introduzidas pela nova lei em comparação com a legislação anterior (Lei nº 8.666/93), com foco na modernização, flexibilização e alinhamento a padrões internacionais. Foram destacadas as fases do processo licitatório, com ênfase na inovação da fase preparatória, destacando o planejamento como elemento crucial. A análise foi fundamentada em autores



renomados, como Júnior (2018), para identificar e discutir fraudes comuns em licitações e enfatizar a importância da transparência.

Além disso, uma metodologia explorou as mudanças nos crimes em licitações e contratos administrativos, com uma análise detalhada das deliberações e preferência por licitações eletrônicas. Inovações como a inversão de fases, a preferência por licitações eletrônicas e a introdução de procedimentos auxiliares foram discutidas e evidenciadas.

O artigo também considera a elevação dos limites para dispensa de licitação e como essa mudança impacta a agilidade e flexibilidade nos processos licitatórios. Ao abordar temas como a preferência por licitações eletrônicas, a pesquisa discutiu a integração coesa das diretrizes gerais para o processo licitatório e as fases específicas que o compõem.

A abordagem metodológica foi orientada para compreender as implicações práticas da nova legislação, contribuindo para o debate sobre licitações públicas no Brasil. A análise foi concluída ressaltando a importância dos gestores públicos e profissionais da área compreenderem as mudanças e desafios apresentados pela Lei nº 14.133/2021.

## 6 CONCLUSÃO

Em síntese, a análise detalhada das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.133/2021, em contraposição à legislação anterior representada pela Lei n. 8.666/93, revela um panorama rico em transformações e inovações no contexto das licitações públicas no Brasil. A nova legislação não apenas busca modernizar e flexibilizar os procedimentos licitatórios, mas também alinha as normas brasileiras com padrões internacionais, promovendo a competitividade, a transparência e a sustentabilidade nas contratações governamentais.

Destaca-se que, embora a nova Lei de Licitações traga avanços recentes, ainda persistem desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à prevenção e combate às práticas corruptas. É crucial que os gestores públicos, pesquisadores e profissionais da área estejam atentos às nuances da legislação e empenhados em sua aplicação correta, a fim de garantir a supervisão e eficiência dos processos licitatórios.





Nesse sentido, é fundamental promover uma cultura de ética e conformidade, garantindo a observância dos princípios fundamentais que regem a administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A transparência, a competitividade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos devem permanecer como pilares essenciais na condução das contratações governamentais.

Portanto, este estudo contribui para o debate e compreensão das implicações da nova legislação de licitações, fornecendo uma análise abrangente e atualizada das mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021. Espera-se que, por meio do conhecimento e aplicação adequada dessas normativas, seja possível promover uma gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada com as melhores práticas internacionais, em benefício da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de Oliveira. **Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019**. 4. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

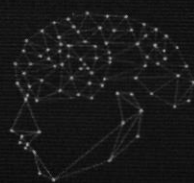
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em 28 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências**. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8429compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429compilada.htm)>. Acesso em 01 março. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. **Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras exceções**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm)>. Acesso em 28 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2024.



DI PIETRO, MSZ. **Direito Administrativo. 33ª edição.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 2020.

FORTINI, C.; MOTTA, F. **Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a Transparência Internacional.** A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 16, n. 64, pág. 83-113, 2016.

FURTADO, Madeline Rocha, et al. **A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** 1 edição. Vila Velha: CONSULTRE, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** 10 edições. Revista, atualizada e ampliada- SÃO PAULO. Revista dos tribunais, 2014.

MACHADO, Gabriela de Ávila. **Considerações sobre a nova lei de licitações.** CONJUR – Consultor Jurídico, 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-abr-25/gabriela-machado-consideracoes-lei-licitacoes/>> .

MEIRELLES, HL. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42ª edição. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro. 42 edições. / atual. Até a Emenda Constitucional 90, de 15.09.2015,** São Paulo: Malheiros, 2016.

NESTER, AW. **Uma nova Lei de Licitações: muita expectativa, pouca evolução, muito trabalho pela frente.** Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini. Curitiba, n. 166, dez. 2020.

NIEBUHR, Joel de Menezes et al. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021.

RODRIGUES, Rodrigo Bordalo. **Nova Lei de licitações e contratos administrativos: principais mudanças.** São Paulo: Expressa, 2021.

ROCHA, J. **Derrubado veto à Nova Lei de Licitações.** Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<https://www.ioepa.com.br/portal/noticias.aspx?id=38654>> . Acesso em 01 março. 2024.

SANTOS, LC; SILVA, HV. **Nova Lei de Licitações e suas principais alterações: um norte ao administrador público.** Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar, v.



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA

TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

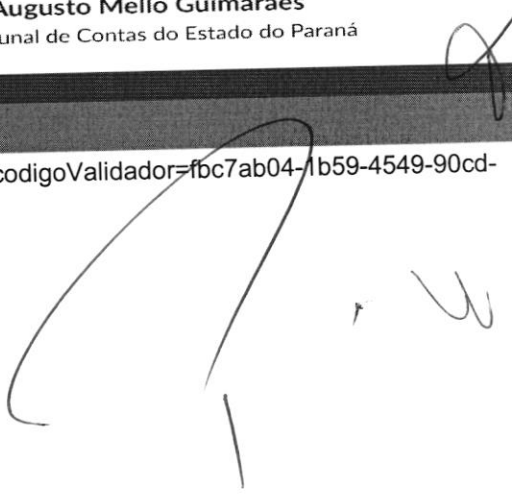
Conferido à: **KATIA SILVA TRIVES**CPF: **327.947.988-63** Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**Entidade: **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**Evento: **NOVA LEI DE LICITAÇÕES - PONTOS POLÊMICOS -  
TELÊMACO BORBA**Data/Período: **8 À 9 DE NOVEMBRO DE 2022**Local: **TEATRO MAESTRO SÍRIO DE CASTRO RIBAS JUNIOR - CASA  
DA CULTURA**Município/UF: **TELÊMACO BORBA-PR**Carga Horária: **18 horas****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

**Vivian Feldens Cetenareshi**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=fbc7ab04-1b59-4549-90cd-14d1ac532a30&nrCPF=32794798863>





## Certificado de Participação

**Ata de registro de preços; Planejamento das contratações e segregação de função; As modalidades de licitação e os critérios de julgamento; Os critérios de aferição da inexequibilidade; O regime sancionatório na nova lei de licitações; Fiscalização dos contratos; Responsabilização dos agentes envolvidos no procedimento licitatório irregular e os impactos da nova lei de licitações no código penal; Contratações diretas: dispensa e inexigibilidade de licitação; Controle externo das licitações e transparência dos processos licitatórios.**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=1bc7ab04-1b59-4549-90cd-14d1ac532a30&nrCPF=32794798863>

# Certificado

Certificamos que **Kátia Silva Trives** participou do Evento Presencial do **Programa de Fortalecimento da Gestão Pública**, realizado no município de Iporã, no período de 27 a 29 de abril de 2010.

Carga Horária: 8 horas – Licitações e Contratos

FORTALECIMENTO  
DA GESTÃO PÚBLICA

  
Adimar Gregorini.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná



  
Controladoria-Geral  
da União



000102



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000103

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **COMO REALIZAR REGISTRO DE PREÇOS? - ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS**

Data/Período: **6 DE JUNHO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **1 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=6957698e-ed1-426f-b21f-7d5f4db2baf3&nrCPF=6389256906>



## Certificado de Participação

- Ata do Registro de Preços. Natureza jurídica.
- Principais características. Requisitos de validade. Conteúdo.
- Alterações.
- Hipóteses de cancelamento.
- Análise da legislação estadual e jurisprudência do TCEPR.

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000105

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **COMO REALIZAR REGISTRO DE PREÇOS? - EDITAL DO  
REGISTRO DE PREÇOS**

Data/Período: **26 DE ABRIL DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **1 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=24bf9c69-cdc2-4800-9c55-e87795872168&nrCPF=6389256906>



**EGP**ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA**TCEPR**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000106

## Certificado de Participação

- Modalidades e tipos de licitação aplicáveis. Base legal.
- Possibilidade de regulamentação.
- Estimativas de quantidade do objeto. Possibilidades.
- Condições de execução do objeto.
- Comentários à jurisprudência do STJ, TCU e TCE-PR acerca do tema.

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=24bf9c69-cdc2-4800-9c55-e87795872168&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000107

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **NOVA LEI DE LICITAÇÕES - PONTOS POLÊMICOS -  
UMUARAMA**

Data/Período: **28 À 29 DE SETEMBRO DE 2022**

Local: **CENTRO CULTURAL VERA SCHUBERT**

Município/UF: **UMUARAMA-PR**

Carga Horária: **16.5 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=d7f9a262-5aac-41f1-9767-6bee9c4d0a68&nrCPF=6389256906>

ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA

TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

Ata de registro de preços; Planejamento das contratações e segregação de função; As modalidades de licitação e os critérios de julgamento; Os critérios de aferição da inexequibilidade; O regime sancionatório na nova lei de licitações; Fiscalização dos contratos; Responsabilização dos agentes envolvidos no procedimento licitatório irregular e os impactos da nova lei de licitações no código penal; Contratações diretas: dispensa e inexigibilidade de licitação; Controle externo das licitações e transparência dos processos licitatórios.

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

Vivian Feldens Cetenaeski  
Diretora da Escola de Gestão Pública

Fernando Augusto Mello Guimarães  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=d7f9a262-5aac-41f1-9767-6bee9c4d0a68&nrCPF=6389256906>

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **NOVA PCA - REESTRUTURANDO AS CONTAS DO PREFEITO  
( PARTE I - MANHÃ ) - YOUTUBE**

Data/Período: **23 À 25 DE MAIO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **4 horas**

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Curitiba, 23 de Outubro de 2023



**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública



**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000110

## Certificado de Participação

**Avaliação de Políticas Públicas e a Estrutura da PCA**

**Cadastros referentes Avaliação Políticas Públicas**

**Explicação das áreas temáticas**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=5384fabe-a8c0-4548-8822-4c2bb3ed45c2&nrCPF=6389256906>





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000111

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **NOVA PCA - REESTRUTURANDO AS CONTAS DO PREFEITO  
( PARTE II - TARDE ) - YOUTUBE**

Data/Período: **23 À 25 DE MAIO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **4 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

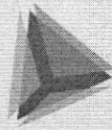
**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=1d33201f-8cd3-4d4a-a164-0ec4bc0c2765&nrCPF=6389256906>





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000112

## Certificado de Participação

**Avaliação de Políticas Públicas e a Estrutura da PCA**

**Cadastros referentes Avaliação Políticas Públicas**

**Explicação das áreas temáticas**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=1d33201f-8cd3-4d4a-a164-0ec4bc0c2765&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000113

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DE LICITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS**

Data/Período: **12 À 13 DE SETEMBRO DE 2018**

Local: **FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE UMUARAMA**

Município/UF: **UMUARAMA-PR**

Carga Horária: **14 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Helio Gilberto Amaral**  
Diretor da Escola de Gestão Pública

**Nestor Baptista**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=921b665b-9408-44ef-bc32-e0fdb1aa06ab&nrCPF=6389256906>

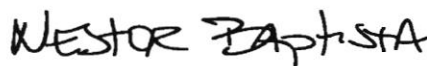
# Certificado de Participação

Projeto Básico com foco em Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária;  
Referenciais de Preço: SINAPI, TCPO e Composições Próprias; Leis Sociais;  
BDI; Qualificação Técnica e Comprovação de Acervo Técnico; Regimes de  
Execução de obras e serviços; Análise das Propostas;

Curitiba, 23 de Outubro de 2023



**Helio Gilberto Amaral**  
Diretor da Escola de Gestão Pública



**Nestor Baptista**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=921b665b-9408-44ef-bc32-e0fdb1aa06ab&nrCPF=6389256906>





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.17 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Data/Período: **12 DE MAIO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=2c1eec37-ef9f-426b-8add-b9bd5be28508&nrCPF=6389256906>

**EGP**ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA**TCEPR**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000116

## Certificado de Participação

# Ata de Registro de Preços

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=2c1eec37-ef9f-426b-8add-b9bd5be28508&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000117

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.18**  
**EQUILÍBRIO FINANCEIRO NOS CONTRATOS**

Data/Período: **24 DE MAIO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=0b8ae53b-a0db-41a9-abc8-125c57070537&nrCPF=6389256906>



**EGP**ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA**TCEPR**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000118

## Certificado de Participação

# Equilíbrio Financeiro nos Contratos

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=0b8ae53b-a0db-41a9-abc8-125c57070537&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000119

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.22  
FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Data/Período: **21 DE JULHO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=f5bec956-b4e0-43d7-894d-780d62072261&nrCPF=6389256906>



## Certificado de Participação

# Formação de Preços

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=f5bec956-b4e0-43d7-894d-780d62072261&nrCPF=6389256906>



## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.23  
FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

Data/Período: **11 DE AGOSTO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000122

## Certificado de Participação

# Fiscalização dos Contratos

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=f37c3621-68e9-4a7b-91e0-e659a846b022&nrCPF=6389256906>

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.25  
IMPEDIMENTOS E SANÇÕES**

Data/Período: **15 DE SETEMBRO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

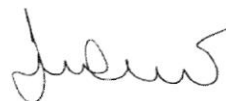
Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023



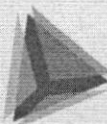
**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública



**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=fe9928a6-5cd9-452e-bf0a-304bb9d757a8&nrCPF=6389256906>



**EGP**ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA**TCEPR**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000124

## Certificado de Participação

# Impedimentos e Sanções

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

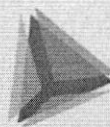
**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=fe9928a6-5cd9-452e-bf0a-304bb9d757a8&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **WEBSÉRIE NOVA LEI DE LICITAÇÕES 2022 - EP.28 - ORDEM  
CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Data/Período: **27 DE OUTUBRO DE 2022**

Local: **YOUTUBE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **2 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=ff20ffb9-742f-438c-b9e9-085a9e3320df&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

### Ordem Cronológica de Pagamento

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=ff20ffb9-742f-438c-b9e9-085a9e3320df&nrCPF=6389256906>

**Katia Silva Trives**Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/1925039075372924>

Última atualização do currículo em 10/09/2024

Acadêmica de Direito. Graduada em Gestão Pública e Letras. Pós Graduada Educação Especial e Neuropsicopedagogia e em Compras Públicas Sustentáveis, cursando Pós-graduação em licitações e contratos - amp 4.0. Oficial de compras e licitações públicas desde 2006 na prefeitura municipal de cafezal do sul. Servidora capacitada na lei 14133/21, atuante no departamento de licitações do município de cafezal do sul desde 2006, pregoeira e membro de comissão de licitação, com vasta experiência na administração pública, especificamente no setor de compras, licitações e contratos com mais de 3.000 processos de licitações realizados sob sua responsabilidade. (Texto informado pelo autor)

**Identificação**

Nome Kata Silva Trives  
Nascimento 12/02/1985 - Brasil  
Nome em citações bibliográficas TRIVES, K. S.

**Formação acadêmica/titulação**

- 2016 - 2019 Graduação em letras, Universidade Anhanguera - Uniderp, UNIDERP, Campo Grande, Brasil, Ano de obtenção: 2019  
Orientador: Kata Silva Trives
- 2023 Graduação em direito, Faculdade ALFA Umuarama, UniALFA, Umuarama, Brasil

**Formação complementar**

- 2020 - 2021 EDUCAÇÃO ESPECIAL E NEUROPSICOPEDAGOGIA, (Carga horária: 720h), FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, IESX\_PPROV, Venda Nova Do Imigrante, Brasil
- 2024 - 2024 LICITAÇÕES E COMPRAS SUSTENTÁVEIS, (Carga horária: 750h), FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, IESX\_PPROV, Venda Nova Do Imigrante, Brasil

**Produção****Produção bibliográfica****Artigos em jornal de notícias**

1. TRIVES, K. S., Marco Regulatório para a Transparência e Eficiência na Gestão Pública, Nova Lei de Licitações e Contratos, Marco Regulatório para a Transparência e Eficiência na Gestão Pública, Nova Lei de Licitações e Contratos, Jornal Umuarama Ilustrado, p.p.A6 - A6, 2024.

**Produção técnica****Produtos tecnológicos**

1. TRIVES, K. S.; ROMIG, J. M. Cursos e treinamentos na área de licitações e contratos, 2024

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 10/09/2024 às 14:53:52.

Em anexo

R.

g

u


**Espanhol** Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente

**Português** Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem


## Produção

### Produção bibliográfica

#### Artigos em jornal de notícias


1.  ROMIG, J. M.; TRIVES, K. S.. Marco Regulatório para a Transparência e Eficiência na Gestão Pública. Nova Lei de Licitações e Contratos. Umuarama, p. A6 - A8, 2024.  
Palavras-chave: Licitações, Lei 14133/21  
Áreas do conhecimento: Direito Administrativo Licitações e Contratos administrativos  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://ilustrado.com.br/>  
A Lei 14 133/21 trouxe mudanças importantes nas contratações públicas, como o diálogo competitivo, que permite à administração aprimorar propostas com os licitantes em contratações complexas e inovadoras. Também criou o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que centraliza informações sobre contratações, promovendo transparência. Além disso, a lei impõe sanções mais rigorosas para empresas que descumprirem contratos e reforça os mecanismos de controle interno para responsabilizar gestores públicos por condutas inadequadas.

#### Apresentação de trabalho e palestra

1.  ROMIG, J. M.; TRIVES, K. S.. Lei de Licitações, 2024. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)  
Palavras-chave: Licitação  
Áreas do conhecimento: Administração Pública  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. Home page: <https://ilustrado.com.br/>, Local: Umuarama, Cidade: Umuarama-Pr. Evento: Jornal Umuarama Ilustrado. Inst.promotora/financiadora: Jornal Umuarama Ilustrado
2. ROMIG, J. M.; MANTOVANI, P. P.; MACIEL, C. C. Homofobia no âmbito Escolar, 2012. (Seminário, Apresentação de Trabalho)  
Referências adicionais: Brasil/Português; Local: SEDE; Cidade: Umuarama, Evento: IX Encontro Científico de Direito. Inst.promotora/financiadora: UNIPAR

### Produção técnica

#### Assessoria e consultoria

1.  ROMIG, J. M.; TRIVES, K. S.. Cursos e Treinamentos na área e Licitações, 2024  
Palavras-chave: administração pública, Licitações, Lei 14133/21  
Áreas do conhecimento: Administração Pública, Licitações e Contratos administrativos  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

## Eventos

### Eventos

#### Participação em eventos

1. IX Encontro Científico de Direito, 2012. (Encontro) Homofobia no âmbito Escolar.

## Totais de produção

### Produção bibliográfica

Jornais de Notícias	1
Apresentações de trabalhos (Comunicação)	1
Apresentações de trabalhos (Seminário)	1

### Produção técnica

Trabalhos técnicos (consultoria)	1
----------------------------------	---

### Eventos

Participações em eventos (encontro)	1
-------------------------------------	---





# Certificado

Conferido à: **KATIA SILVA TRIVES**

CPF: **327.947.988-63** Município/UF: **-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **Londrina - X Fórum de Licitações Segundo o Tribunal  
de Contas do Paraná**

Data/Período: **26 e 27 de setembro de 2017 - Externo**

Local: **Teatro mãe de Deus**

Carga Horária: **13 hora(s)**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Introdução e Enquadramento LC 147

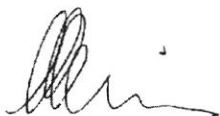
LC 147: Licitações Exclusivas

Gestão e Fiscalização de Contratos

LC 147: Prioridade de Contratação

LC 147 e o Sistema de Registro de Preços

Curitiba, 26 de Outubro de 2020.



Mady Cristine Leschkau de Lemos Marchini  
Diretora da Escola de Gestão Pública



Conselheiro José Durval Mattos do Amaral  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

# Certificado

Conferido a Kátia Silva Trives - MK Assessoria & Capacitação  
foi palestrante do Encontro de Acessos a Mercados - Comitê Territorial Arenito Caiuá ,  
com o tema Etp e termo de referência ,  
realizado no período de 2 de fevereiro , carga horária 2 horas .

Umuarama, dia 2 de fevereiro de 2024.



*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR

000132



# CERTIFICADO



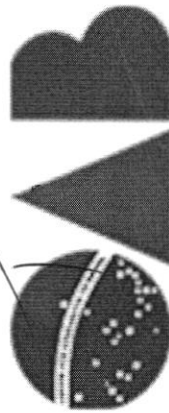
A Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Umuarama, Estado do Paraná,  
certifica que

*Katia Silva Trives*

Inscrita no CPF sob nº 327.947.988-63, participou da Palestra com o Tema "**Valorização da Advocacia - Novas fronteiras**", ministradas pelos palestrantes a seguir, **Lara Selem e Rafaela Strobel** (Gestão de escritórios); **Rafael Aggens, Marcos Vinicius Castelan Vilas Boas e George Lucas Vignoto** (Direito digital); **Alceu Eilert Nascimento, Paulo Cesar de Souza e Anna Carla Ruiz Francolin** (Direito imobiliário- Tributação em Imóveis Rurais e Loteamentos); **André Portugal** (Marketing jurídico e publicidade no Instagram); com carga horária total de 10 (dez) horas.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Umuarama - Paraná, 26 de julho de 2023.



*Christhian Rodrigo Pelleacani*

CHRISTHIAN RODRIGO PELLEACANI

Presidente

Ordem dos Advogados do Brasil - 6ª Subseção de Umuarama - Paraná



UMUARAMA

000133





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000134

## Certificado de Participação

Conferido à: **KATIA SILVA TRIVES**

CPF: **327.947.988-63** Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **COMPRAS PÚBLICAS DE MEDICAMENTOS - LONDRINA**

Data/Período: **19 DE MAIO DE 2022**

Local: **ANFITEATRO DO CESA - PROF. GENÉSIO FERREIRA CRUZ**

Município/UF: **LONDRINA-PR**

Carga Horária: **9 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=3f6f39e0-f61f-4857-b30f-df565cf0b67d&nrCPF=32794798863>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000135

## Certificado de Participação

Contextualização das compras públicas de medicamentos no Paraná;  
Parâmetros para o planejamento da licitação e precificação dos medicamentos;

Achados de Auditoria e possibilidades de maior racionalização do sistema de compras públicas de medicamentos;

Painel 1: Cálculo do desconto da isenção de ICMS;

Painel 2: O impacto da pesquisa de preços e da plataforma de Pregão Eletrônico para o sucesso da licitação;

Painel 3: Plataformas digitais para realização dos pregões eletrônicos.

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

Vivian Feldens Cetenaeski  
Diretora da Escola de Gestão Pública

Fernando Augusto Mello Guimarães  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=3f6f39e0-f61f-4857-b30f-df565cf0b67d&nrCPF=32794798863>





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000136

## Certificado de Participação

Conferido à: **KATIA SILVA TRIVES**

CPF: **327.947.988-63** Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **LICITAÇÕES PARA ME E EPP**

Data/Período: **3 DE MARÇO DE 2020**

Local: **TEATRO MÃE DE DEUS**

Município/UF: **LONDRINA-PR**

Carga Horária: **8 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

**Helio Gilberto Amaral**  
Diretor da Escola de Gestão Pública

**Nestor Baptista**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=c2c0fd9a-2918-4134-84b7-04ead9113eb0&nrCPF=32794798863>

# Certificado de Participação

Empate Ficto

Benefícios das ME EPP no acesso ao mercado público

Responsabilização dos agentes

Fiscalização de contrato

Acórdão 877/2016

Pesquisa de preços

Prioridade de contratação de empresas sediadas local ou regionalmente

Subcontratação

Acórdão 2122/2016

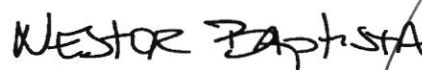
Artigo 49 da LC123/06

Regularidade Fiscal Tardia

Curitiba, 28 de Novembro de 2023



**Helio Gilberto Amaral**  
Diretor da Escola de Gestão Pública



**Nestor Baptista**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000138

## Certificado de Participação

Conferido à: **KATIA SILVA TRIVES**

CPF: **327.947.988-63** Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **NOVA LEI DE LICITAÇÕES - PONTOS POLÊMICOS -  
UMUARAMA**

Data/Período: **28 À 29 DE SETEMBRO DE 2022**

Local: **CENTRO CULTURAL VERA SCHUBERT**

Município/UF: **UMUARAMA-PR**

Carga Horária: **16.5 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=2a632cf6-b1cc-4379-805a-cb2179b1be67&nrCPF=32794798863>



## Certificado de Participação



**Ata de registro de preços; Planejamento das contratações e segregação de função; As modalidades de licitação e os critérios de julgamento; Os critérios de aferição da inexequibilidade; O regime sancionatório na nova lei de licitações; Fiscalização dos contratos; Responsabilização dos agentes envolvidos no procedimento licitatório irregular e os impactos da nova lei de licitações no código penal; Contratações diretas: dispensa e inexigibilidade de licitação; Controle externo das licitações e transparência dos processos licitatórios.**

Curitiba, 28 de Novembro de 2023

Vivian Feldens Cetenaeski  
Diretora da Escola de Gestão Pública

Fernando Augusto Mello Guimarães  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=2a632cf6-b1cc-4379-805a-cb2179b1be67&nrCPF=32794798863>







Um Brasil  
mais simples  
que fomenta o  
desenvolvimento.

transformar  
**JUNTOS**

Declaramos que

**KÁTIA SILVA TRIVES**

Participou do evento Transformar Juntos,  
realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às  
Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE,  
nos dias 02, 03 e 04 de agosto de 2023,  
com carga horária total do evento de 24 horas.



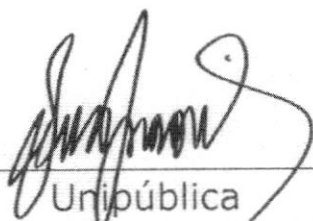
# Certificado



Certifico que KATIA SILVA TRIVES  
do município de CAFEZAL DO SUL  
participou do curso 3º LICITAÇÕES MUNICIPAIS (1º Módulo)  
realizado em CURITIBA , nos dias 03 e 04 /07/2013  
com a seguinte programação:

Temas	Períodos	Carga horária
Regras da Tomada de Preços	09:00h às 12:00h	3h
Como aplicar o Leilão da Lei 8.666/93	14:00h às 18:00h	4h
Concorrência Púb. e suas Peculiaridades	09:00h às 12:00h	3h

Número do protocolo: 040720135

  
Unipública

CNPJ: 11.227.107/0001-93

  
**UNIPÚBLICA**  
Educação Continuada

Educação Continuada


# Certificado

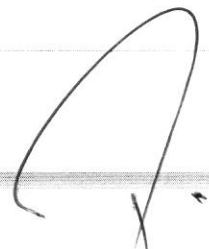



Certifico que KATIA SILVA TRIVES  
do município de CAFEZAL DO SUL  
participou do curso 3º LICITAÇÕES MUNICIPAIS (2º Módulo)  
realizado em CURITIBA , nos dias 04 e 05 /07/2013  
com a seguinte programação:

Temas	Períodos	Carga horária
Credenciamento de Profissionais	14:00h às 18:00h	4h
Preparação do Edital Licitação	09:00h às 12:00h	3h
Contratos Administrativos	14:00h às 17:00h	3h

Número do protocolo: 050720132

  
Unipública  
CNPJ: 11.227.107/0001-93

  
  
**UNIPÚBLICA**  
Educação Continuada  
Educação Continuada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

# Diploma de Tecnóloga em Gestão Pública

O Reitor do Instituto Federal do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em 22 de novembro de 2012, confere o título de TECNÓLOGA EM GESTÃO PÚBLICA a

**KATIA SILVA TRIVES**

Nacionalidade brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida em 12/02/1985, Cédula de Identidade nº 124409314, Órgão Expedidor SES/PR, CPF/MF nº 327947988-63, e outorga-lhe o presente DIPLOMA, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 24 de junho de 2014

Prof. Dr. Irineu Mario Colombo  
Reitor do Instituto Federal do Paraná

Diplomada



000143



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
COORDENADORIA GERAL DE SECRETARIA ACADÊMICA

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 226, de 10 de abril de 2014, publicado no D.O.U. nº 70, seção 01, folha nº 030, de 11/04/2014.

**PROF. DR. IRINEU MARIO COLOMBO**

Reitor do Instituto Federal do Paraná, nomeado pelo Decreto da Presidência da República, de 13 de junho de 2011, publicado no D.O.U. em 14 de junho de 2011.



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
COORDENADORIA GERAL DE SECRETARIA ACADÊMICA

Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 48, e Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, art. 2º, § 3º, sob o nº 23348, Livro nº 017, às folhas nº 174, conforme processo **23411.002657/2014-89**

Curitiba, 06 de junho de 2014.

**Ricardo Alexandre Pereira**  
Coordenador Geral de Secretaria Acadêmica  
Port. 151/2013  
Matrícula SIAPE 1657121

IF000031220PR

000144



# CERTIFICADO

nº 000017625

Certificamos que **KATIA SILVA TRIVES** participou do curso sobre *Habilitação e Formação de Pregoeiro e Equipe de Apoio na Modalidade Presencial e Eletrônico*, realizado na cidade de Maringá - PR, no dia seis de maio de dois mil e dezesseis, perfazendo a carga horária de oito horas aula.

Maringá - PR, 06 de maio de 2016.

Marcos William Araújo Demétrio  
Consultor

Organização Paulista em Gestão Pública  
Coordenadoria de Eventos

REGISTRO CRA-SP E-17.453

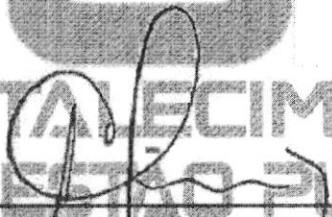
Endereço: Rua José Bonifácio, 494 - Centro - Araçatuba - SP.



# Certificado

Certificamos que **Kátia Silva Trives** participou do Evento Presencial do **Programa de Fortalecimento da Gestão Pública**, realizado no município de Iporã, no período de 27 a 29 de abril de 2010.

Carga Horária: 8 horas – Licitações e Contratos

  
FORTALECIMENTO  
DA GESTÃO PÚBLICA

**Adilmar Gregorini.**

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná



Controladoria-Geral  
da União



000146



# Certificado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Nome: KÁTIA DOS SANTOS SILVA

CPF: 327.947.988-63

Evento: UMUARAMA- Prefeituras e Câmaras - SEMINÁRIO: AS INOVAÇÕES  
PARA O SIM-AM 2007; A IMPLANTAÇÃO DO FUNDEB; AS ALTERAÇÕES  
NA LEI DE LICITAÇÕES PARA O ESTADO DO PARANÁ - AMERIOS - COMCAM

Data / Período: 24 e 25 de abril de 2007.

Carga Horária: 14 horas

*Nestor Baptista*  
Presidente





IGC - INSTITUTO GLOBAL DE COACHING

機関 全体的な 国際コーチング

Association  
for Coaching

Behavioral  
Coaching  
INSTITUTE



## CERTIFICADO

Certificação Internacional, por este documento que,

**KATIA SILVA TRIVES**

Completo o treinamento de 16 horas da Metodologia

**MAESTRIA EM LIDERANÇA "E" E ALTA PERFORMANCE EM GESTÃO PÚBLICA**

**LIDERANÇA E - uma nova Cultura em Gestão**

Tendo demonstrado o mais alto grau de competência e habilidade.

O IGC - INSTITUTO GLOBAL DE COACHING confere ao nominatário o direito e o título de

**LÍDER E** e em testemunho do qual, afixa sua assinatura neste.



*[Handwritten signature]*

Maringá, 25 de Fevereiro de 2023

*[Handwritten signature]*  
**PROF. PAULO TAKAHASHI**  
INSTITUTO GLOBAL DE COACHING

高橋

Reg. MEC - 46070

000148

## Conteúdo:

Autoconsciência e Autenticidade

Sistema IMX

Testes de Perfis de Temperamentos

Atributos

Dobro de performance pela metade do esforço

Estilo Natural e Adaptável

Inversões

Perfis dicotômicos

Inteligência emocional

Tomadas de decisões

Delegação

Influência

Pontos de melhorias

Ideias para ser mais eficaz

Motivação

Pontos fortes

Kaizen

Valores

Balanco dimensional e aplicabilidades

Por que agimos como agimos

Como processamos internamente os eventos  
externos

Submodalidades

Crenças limitantes e Crenças Fortalecedoras

Mudando minha maneira de comunicação intra  
e interpessoal

Níveis Neurológicos

Perguntas Poderosas

Entender o que é Psicologia positiva

Identificar e dominar seus principais  
sabotadores mentais

Aumentar o equilíbrio e a harmonia interior

Melhorar o foco, o planejamento e a  
administração do tempo

Melhorar os relacionamentos e a comunicação

Elevação da autoestima

Aumento da autoconfiança

Descobrir e focar no que é realmente  
importante

Liderança de Alto desempenho

Liderança E & Espiritualidade Organizacional

Ferramentas de Gestão de qualidade

Princípios de relações humanas

Valor das virtudes

Roda do Self empowerment

Roda da Liderança

Ótuplo Espiritual

Característica do Líder E

Virtudes de uma Liderança Espiritualizada

Roda dos Níveis Neurológicos

07 níveis de Consciência

O Líder guia

O Líder treinador

O Líder consultor

O Líder mentor

O Líder aglutinador

O Líder Self Empowerment

O Líder E

O caminho para a Maestria com propósito

IGC - Instituto Global de Coaching  
Este Certificado está registrado à folha 017  
do Livro nº 5 de Registro de Certificados.

CPF 327.947.988-63

Maringá, 25 de Fevereiro de 2023

  
Prof. Paulo Takahashi  
WWW.IGCCOACHING.COM.BR  
CNPJ nº 23.733.490/0001-30

000149





**N.A.D.** Consultoria &  
Capacitação

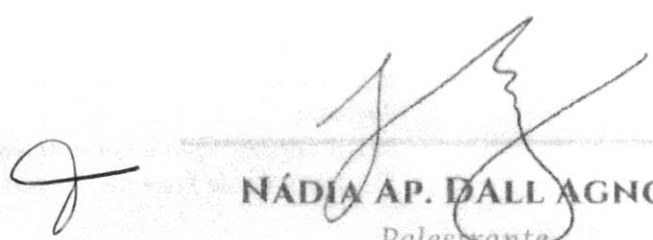
# CERTIFICADO

Confere o presente certificado a

**KATIA SILVA TRIVES**

por sua participação e conclusão no  
**Curso teórico-prático de Capacitação de Pregão Eletrônico pela  
Plataforma de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, de  
acordo com o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, online,  
com carga horária total de 10 horas.**

Francisco Beltrão, 09 de dezembro de 2020

  
**NÁDIA AP. DALL AGNOL**  
Palestrante

000150

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. Introdução

- 1.1. Conceitos Fundamentais;
- 1.2. Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019;
- 1.3. Instrução Normativa nº 206/2019;
- 1.4. Legislação Aplicável;
- 1.5. Fase interna e o planejamento no pregão eletrônico;
- 1.6. Prerrogativas do ME/EPP no pregão eletrônico;
- 1.7. Impugnação e pedido de esclarecimento;
- 1.8. Modos de disputa (aberto e aberto e fechado);
- 1.9. Possibilidades de diligências e documentos complementares;

### 2. Adesão

- 2.1. Adesão de órgão público ao Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET;
- 2.2. Habilitação dos servidores no sistema SIASG;
- 2.3. SIASG - requisitos, cadastramento de usuários e certificação digital.

3. Pesquisa de materiais e serviços nos catálogos - CATMAT e CATSER;
- 3.1. Consultas em geral;

### 4. Verificação de habilitação no Sistema de Cadastramento (SICAF)

- 4.1. Consulta situação do fornecedor
- 4.2. Busca parametrizada
- 4.3. Relatório e lançamento de ocorrências.

### 5. Lançamento de Licitações;

- 5.1. Impulsão de licitações Tradicionais e pelo Sistema de Registro de Preços - SRP
- 5.2. Telas de Trabalho do pregoeiro - opções do menu.

- 5.3. Divulgação de Avisos, Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações ao Edital, conforme o Decreto nº 10.024/2019.

### 6. Realização dos Eventos de Licitação;

- 6.1. Evento de adiamento;
- 6.2. Evento de alteração;
- 6.3. Evento de retificação;
- 6.4. Evento de suspensão; e
- 6.5. Evento de reabertura (com e sem prazo)

### 7. Realização do Pregão;

- 7.1. Realização do Pregão eletrônico (com simulação pregoeiro x fornecedor);
- 7.2. Sessão Pública - abertura, condução e boas práticas.
- 7.1.1. Simulação dos modos de disputa Aberto e Aberto/Fechado, conforme o Decreto nº 10.024/2019.
- 7.1.2. Demonstração do Desempate dos lances finais de empresas ME/EPP, de acordo com a Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.
- 7.3. Negociação e habilitação - análise documental e diligências

### 8. Finalizando o Pregão Eletrônico;

- 8.1. Ata do Pregão e demais documentos do sistema;
- 8.2. Recursos - pressupostos, prazos, análise e decisão;
- 8.3. A adjudicação e Homologação
- 8.4. Retorno de Fase do Pregão Eletrônico







UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Protocolo/UEL n. 7712/2010

# CERTIFICADO

n. 112

Certificamos que

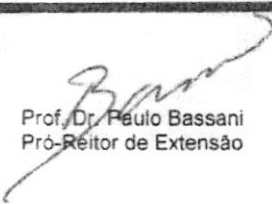
**KÁTIA SILVA TRIVES**

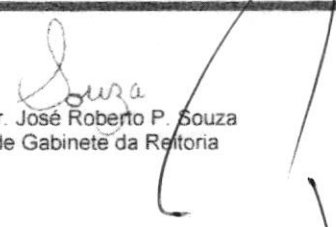
participou do Evento de Extensão – Palestra Técnica:

**A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NO  
PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE  
PREÇOS**

promovido pela Universidade Estadual de Londrina, realizado no dia 29 de março de 2010, com 04 (quatro) horas de duração, obtendo (100%) de frequência.

Londrina, 29 de março de 2010

  
Prof. Dr. Paulo Bassani  
Pró-Reitor de Extensão

  
Prof. Dr. José Roberto P. Souza  
Chefe de Gabinete da Reitoria



## PROGRAMA

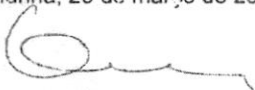
**A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO NO  
PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE  
PREÇOS****08h30min - ABERTURA****09h00 às 11h00 - PALESTRA TÉCNICA****Tema: "A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS"****11h00 às 11h30min - DEBATE, QUESTIONAMENTOS****11h30min - ENCERRAMENTO****PALESTRANTE:**




- Dr. Edgar Antonio Chiuratto Guimarães  
Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE

**COORDENADOR:**

- Prof. Dr. José Roberto P. Souza  
Chefe de Gabinete da Reitoria – Universidade Estadual de Londrina

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
DIVISÃO DE EVENTOS  
Londrina, 29 de março de 2010

  
Vicentina Candido  
Encarregada da Seção de Produção



# Certificado de Capacitação

**IBRAP - Instituto Brasileiro de  
Administração Pública,**

Confere este certificado a

*Kátia dos Santos Silva*

Pela participação no Curso de Capacitação de Pregoeiro  
Realizado em Curitiba

Com carga horária de 08 (oito) horas - aula

Ministrado por *Benedicto de Tolosa Filho*

Curitiba, 07 de março de 2006

*[Assinatura]*  
Coordenação

*[Assinatura]*  
Participante

*[Assinatura]*

# CERTIFICADO

A N.A.D Consultoria e Capacitação certifica que

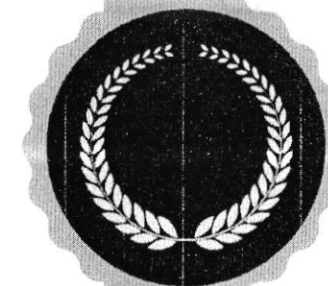
*Katia Silvia Trives*

Participou do Curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021", com formação de agentes de contratação e prática na Plataforma do Compras.gov, realizado nos dias 01, 02 e 03 de Fevereiro de 2023, cumprindo a grade curricular de 24 (vinte e quatro) horas.

  
NÁDIA APARECIDA DALL AGNOL

Coordenadora  
Pedagógica

Nádia Aparecida Dall Agnol - Consultoria | CNPJ 12.095.355/0001-90



000155

# Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### MÓDULO I – ÂMBITO DE ABRANGÊNCIA DA LEI Nº 14.133/21

Abrangência aos órgãos e entidades;  
Exceção das Empresas Estatais;  
Objetos contratuais abrangidos e não abrangidos. A  
Regime de transição

### MÓDULO II – AGENTES PÚBLICOS E GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Gestão por Competências: definição e aplicação;  
Agentes Públicos: Requisitos Mínimos;  
Agente de Contratação: Atribuições e responsabilidades  
Responsabilidades; Substituição por Comissão de Contratação;  
Pregoeiro: o Agente de Contratação no Pregão.  
Vedações aos agentes designados para atuar na área de licitações e contratos;

### MÓDULO III – NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Objetivos: selecionar a proposta mais vantajosa; isonomia, Evitar sobrepreço,  
preço manifestamente inexequível e superfaturamento; Incentivar a inovação  
e o desenvolvimento nacional sustentável;

### MÓDULO IV – FASE PREPARATÓRIA

Plano de Contratação Anual  
Estudos Técnicos Preliminares – ETP;  
Análise de Risco  
Termo de Referência – TR;  
Orçamento Sigiloso.  
Meios de Prova da Qualidade do Produto;

### MÓDULO V – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Modalidades: – Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão, Diálogo Competitivo;

### MÓDULO VI – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço; Maior Desconto; Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico; Técnica e Preço;  
Maior Lance (Leilão); Maior Retorno Econômico.

### MÓDULO VII – EDITAL

Hipóteses de dispensa;  
Parecer Jurídico: Diretrizes para elaboração: critérios objetivos; linguagem simples e  
conclusão apartada da fundamentação; Possibilidade de rejeição pela autoridade  
máxima  
do órgão ou entidade;  
Publicidade do Edital: Sítio Eletrônico Oficial; Portal Nacional de Compras  
Públicas (PNCP).

### MÓDULO VIII – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES

Prazos Mínimos: Aquisição de bens; Serviços e Obras;  
Modo de Disputa: Aberto; Fechado; Aberto e Fechado e Aberto e Aberto;  
Lances Intermediários e Intervalo Mínimo entre lances;  
Garantia de proposta: requisito de pré-habilitação.  
Parametrização de proposta  
Possibilidade de exclusão de proposta e lances

### MÓDULO IX – JULGAMENTO

Hipóteses de desclassificação das propostas;  
Diligência para avaliação de exequibilidade;  
Desempate: Critérios; Preferência;  
Negociação com o primeiro colocado (ou com os demais licitantes).

### MÓDULO X – HABILITAÇÃO

Classificação: Jurídica, Técnica, Fiscal, Social e Trabalhista, Econômico-financeira;

### MÓDULO XI – ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

Saneamento de irregularidades; Revogação da licitação por oportunidade e conveniência; Anulação da licitação  
por ilegalidade insanável;  
Adjudicação e Homologação.

### MÓDULO XII – FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Cláusulas e Preceitos de Direito Público;  
Aplicação Supletiva de Princípios da Teoria Geral dos Contratos;  
Convocação para Assinatura do Termo de Contrato;  
Termo Contratual e seus Aditamentos;  
Cláusulas Necessárias;  
Critérios de reajustamento de preços;  
Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;  
Exceções à Obrigatoriedade do Instrumento de Contrato.

### MÓDULO XIII – CONTRATAÇÃO DIRETA

Procedimento para contratação direta: dispensa e inexigibilidade;  
Dispensa de licitação por valor;  
Dispensa de licitação emergencial;  
Dispensa Eletrônica;  
Hipóteses de inexigibilidade de licitação.

### MÓDULO XIV – INSTRUMENTOS AUXILIARES

Credenciamento; Pré-qualificação; Sistema de Registro de Preços e Registro Cadastral Unificado.

### MÓDULO VX – CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS NO COMPRAS.GOV

Demonstração das modalidades pregão e concorrência eletrônica no compras.gov  
Dispensa Eletrônica no compras.gov

### MÓDULO XV – BÔNUS – MODELOS DE REGULAMENTO

Minuta Decreto Agentes de Contratação, Equipe de apoio e Comissão de Contratação  
Minuta Decreto Pesquisa de Preços  
Minuta Decreto Contratação Eletrônica  
Minuta Decreto Bens de Luxo  
Minuta Decreto Leilão  
Obs. As minutas disponibilizadas devem ser adaptadas pelo órgão ou entidade.



NAD CONSULTORIA  
& CAPACITAÇÃO





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado

Conferido à: **KÁTIA DOS SANTOS SILVA**

CPF: **327.947.988-63**

Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **UMUARAMA- Prefeituras e Câmaras - SEMINÁRIO: AS INOVAÇÕES  
PARA P SIM-AM 2007 - A IMPLANTAÇÃO DO FUNDEB - AS ALTERERAÇÕES  
NA LEI DE LICITAÇÕES PARA O ESTADO DO PARANÁ - COMCAM  
- AMERIOS**

Data/Período: **24 e 25 de abril de 2007. - Externo**

Local: **Centro Cultural Schubert - Umuarama**

Carga Horária: **14 hora(s)**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 26 de Outubro de 2020.

Mady Cristine Leschkau de Lemos Marchini  
Diretora da Escola de Gestão Pública

Conselheiro José Durval Mattos do Amaral  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

# Certificado


Conferido à: **KÁTIA DOS SANTOS SILVA**CPF: **327.947.988-63**Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**Evento: **UMUARAMA- SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
MUNICIPAIS AM 2013**Data/Período: **16 e 17 de outubro 2012 - Externo**Local: **CENTRO DE EVENTOS CAMPUS III - UNIPAR**Carga Horária: **16 hora(s)****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PRIMEIRO DIA**

MANHÃ		TARDE	
8h30	Credenciamento	13h30	MÓDULO
9h00	MÓDULOS		CONTÁBIL
	ATOTECA	15h30	INTERVALO
	TABELAS CADASTRAIS	15h50	MÓDULO
10h30	INTERVALO		TESOURARIA
10h50	MÓDULO	17h00	ENCERRAMENTO - PRIMEIRO DIA
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		
12h00	INTERVALO		

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – SEGUNDO DIA**

MANHÃ		TARDE	
8h30	Credenciamento	13h30	MÓDULOS
9h00	MÓDULOS		CONTROLE INTERNO
	LICITAÇÕES		FOLHA DE PAGAMENTO
	CONTRATOS	15h30	INTERVALO
10h30	INTERVALO	15h50	MÓDULO
10h50	MÓDULO		TRIBUTÁRIO
	PATRIMÔNIO	17h00	ENCERRAMENTO
	OBRAS PÚBLICAS		
12h00	INTERVALO		

Curitiba, 26 de Outubro de 2020.

Mady Cristine Leschkau de Lemos Marchini  
Diretora da Escola de Gestão PúblicaConselheiro José Durval Mattos do Amaral  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

# Certificado

Conferido à: **KÁTIA SILVA TRIVES**

CPF: **327.947.988-63**

Município/UF: **CAFEZAL DO SUL-PR**

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**

Evento: **VII Fórum de Licitações**

Data/Período: **18 e 19 de abril de 2017 - Externo**

Local: **Teatro Municipal de Toledo**

Carga Horária: **14 hora(s)**

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### *1. Lei Complementar 147*

- 1.1. Introdução
- 1.2. Enquadramento das MPE's
- 1.3. Licitações exclusivas e com cotas
- 1.4. Prioridade de contratação de MPE local/regional

### *2. Benefícios ME/EPP*

- 2.1. A Lei Complementar 123/06
- 2.2. Da regularidade
- 2.3. Do empate ficto

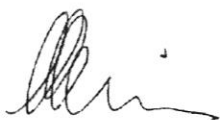
### *3. Gestão e Fiscalização de Contrato*

- 3.1. Aspectos gerais da gestão e fiscalização de contratos
- 3.2. Fiscalização dos débitos previdenciários e trabalhistas da contratada
- 3.3. Responsabilização do fiscal de contratos
- 3.4. Posicionamento jurisprudencial

### *4. Registro de Preços*

- 4.1. Lei 147/14 e o Registro de Preços
- 4.2. Aspectos gerais e procedimentos
- 4.3. Condições de mutabilidade de ata e contrato
- 4.4. Adesão à ata de Registro de Preços (carona)

Curitiba, 26 de Outubro de 2020.



Mady Cristine Leschkau de Lemos Marchini  
Diretora da Escola de Gestão Pública



Conselheiro José Durval Mattos do Amaral  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná







# Certificado

Conferido a

KATIA SILVA TRIVES

pela participação no

RODADA DE NEGÓCIOS - COMPRAS PÚBLICAS SALA DO EMPREENDEDOR

ministrado por

VANESSA MASCARENHAS BOSCAROLI

realizado no período de

18/05/2023

a

18/05/2023

Carga horária

4 h

CAFEZAL DO SUL

01

de

Junho

de

2023

**SEBRAE**

*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR

000160





# Certificado

Conferido a

JHENIFFER MARIANE ROMIG

pela participação no

Fortalece Mulher - Empreendedorismo com Propósito: Atitudes que Fazem a Diferença

ministrado por

SIRLEY FÁTIMA DE SOUZA

realizado no período de

21/09/2023

a

21/09/2023

Carga horária

3 h

UMUARAMA

21

de

Setembro

de

2023

**SEBRAE**

*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR



# Certificado

Conferido a

JHENIFFER MARIANE ROMIG

pela participação no

Workshop - Nova Lei de Licitação

ministrado por

THIAGO MEDEIROS PINTO

realizado no período de

25/08/2023

a

25/08/2023

Carga horária

3 h

UMUARAMA

25

de

Agosto

de

2023

**SEBRAE**

*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR

000163





# Certificado

Conferido a JHENIFFER MARIANE ROMIG

pela participação no Palestra - Empreendedorismo e Empoderamento Feminino

ministrado por SIRLEY FÁTIMA DE SOUZA

realizado no período de 17/03/2023

a 17/03/2023

Carga horária 2 h

MARIA HELENA

17

de

Março

2023

de

**SEBRAE**

*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR

000163



# CERTIFICADO

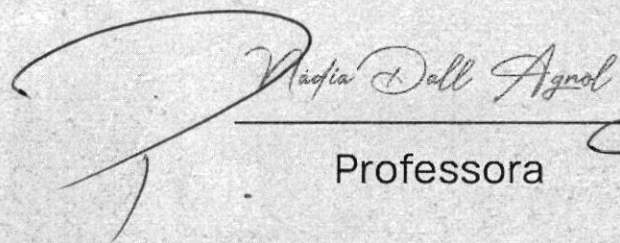


A N.A.D CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO  
CERTIFICA QUE:

**JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

Participou do Curso "Formação e Atualização de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, de Acordo com a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, com Prática no Sistema do Compras.gov do Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica", realizado no formato on-line (EAD), cumprindo a grade curricular de 20 (vinte) horas.



  
\_\_\_\_\_  
Professora

\_\_\_\_\_  
26/11/2021

\_\_\_\_\_  
Data

000164



# Certificado

Conferido a

JHENIFFER MARIANE ROMIG

pela participação no

Compras Governamentais - Comprador

ministrado por

JOSÉ ALBERTO SALVADORI

realizado no período de

21/07/2015

a

23/07/2015

Carga horária

24 h

UMUARAMA

23

de

Julho

de

2015

**SEBRAE**

*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR

000165





# Certificado

Conferido a Jhenniffer Mariane Romig - MK Assessoria & Capacitação  
foi palestrante do Encontro de Acesso a Mercados - Comitê Territorial Arenito Caiuá ,  
com o tema Etp e termo de referência ,  
realizado no período de 2 de fevereiro , carga horária 2 horas .

Umuarama, dia 2 de fevereiro de 2024.



*Vitor R. Tioqueta*

**Vitor Roberto Tioqueta**  
Diretor Superintendente  
SEBRAE/PR





## Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

JHENNIFFER MARIANE ROMIG

O **IGAM Paraná** confere este certificado a **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**, representando o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA**, por ter participado do curso **Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)** no período de **14/03/2022** a **15/03/2022**, na cidade de **Cascavel**.

### Programa do Curso

- 1.1. Aplicação da nova Lei de Licitações: passos necessários
  - 1.1 Governança e a implantação da Lei
  - 1.2 Regulamentos necessários
  2. Plano Anual de Contratações Públicas
  - 2.1 Objetivos
  - 2.2 Regulamentação
  - 2.3 Áreas envolvidas na elaboração do Plano
  - 2.4 Elaboração, aprovação e divulgação
  3. Planejamento das compras, serviços e obras na Lei nº 14.133
  4. Fase preparatória da contratação e aspectos práticos da elaboração dos instrumentos de planejamento para contratação direta e por licitação:
    - 4.1 Estudos técnicos preliminares: conteúdo, como elaborar e responsabilidade pela elaboração.
    - 4.2 Termo de referência: conteúdo, como elaborar e responsabilidade pela elaboração.
    - 4.3 Projetos básico.
    - 4.4 Orçamento estimado.
    - 4.4 Gestão e matriz de riscos: orientações gerais.
- Obs: Serão fornecidos modelos das seguintes regulamentações: Atuação do Agente de Contratação, Gestor e Fiscais; Dispensa Eletrônica; Enquadramento de Bens de Consumo; Estimativa de Valor; Estudos Técnicos Preliminares e Plano Anual de Contratações.**

### Horários do curso e Presenças

Data	Hora Início	Hora Fim	Presença Início	Presença Fim
14/03/2022	13:30	17:00	13:30	17:00
15/03/2022	08:30	12:00	08:30	12:00
15/03/2022	13:30	17:00	13:30	17:00

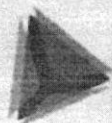
Total de horas aula: 10:30  
Percentual Concluído: 100%

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85  
Rua Minas Gerais nº 1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida - Francisco Beltrão-PR

Código de autenticação -  
30636239727904

000167

**EGP**ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA**TCEPR**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**Evento: **CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS**Data/Período: **22 DE NOVEMBRO DE 2020**Local: **EGP ONLINE**Carga Horária: **10 horas**

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

**1) Planejamento e Termo de Referência:**

- Licitações exclusivas e com cotas às MPE

**2) Publicidade, Impugnação e Pedido de Esclarecimentos.****3) Sessão Pública do Pregão:**

- Credenciamento
- Credenciamento nas Licitações Exclusivas ou com Cotas Exclusivas às MPE.
- Fases de Lances
- Julgamento de Propostas.
- Preferência às MPE em caso de empate ficto
- Amostras
- Habilitação
- Habilitação Fiscal e Trabalhista Tardia
- Recursos.

**4) Adjudicação e Homologação.****5) Anulação e Revogação.****6) Sanções.**

Curitiba, 28 de Dezembro de 2020

**Helio Gilberto Amaral**  
Diretor da Escola de Gestão Pública

**Nestor Baptista**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



ORGANIZAÇÃO PAULISTA®  
EM GESTÃO PÚBLICA



# CERTIFICADO

nº 000032688

Certificamos que **JHENNIFFER MARIANE ROMIG** participou do curso sobre Licitações e Contratos Administrativos de Acordo a Nova Lei de Licitações nº 14.133 de 2021, realizado no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, perfazendo a carga horária de oito horas aula.

Marcos William Araújo Demétrio  
Consultor

Organização Paulista em Gestão Pública  
Coordenadoria de Eventos

REGISTRO CRA-SP E-17.453

Endereço: Rua José Bonifácio, 494 - Centro - Araçatuba - SP.

CONFERE O PRESENTE

# CERTIFICADO



ANO DE CONCLUSÃO

**2021**

**JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

## JORNADA DO PREGÃO ELETRÔNICO

POR SUA PARTICIPAÇÃO E CONCLUSÃO NO **CURSO DE  
FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO, NO PREGÃO ELETRÔNICO, COM PRÁTICA  
NAS PLATAFORMAS COMPRASNET E BLL COMPRAS**, DURAÇÃO DE  
20 HORAS, ONLINE, 100% DE APROVEITAMENTO.

  
\_\_\_\_\_  
PROFESSORA:  
**NÁDIA APARECIDA DALL AGNOL**



**N.A.D.** Consultoria &  
Capacitação

000170



## Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

JHENNIFFER MARIANE ROMIG

O **IGAM Paraná** confere este certificado a **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**, representando o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA**, por ter participado do curso **Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)** no período de **14/03/2022 a 15/03/2022**, na cidade de **Cascavel**.

### Programa do Curso

- 1.1. Aplicação da nova Lei de Licitações: passos necessários
- 1.1. Governança e a implantação da Lei
- 1.2 Regulamentos necessários
2. Plano Anual de Contratações Públicas
- 2.1 Objetivos
- 2.2 Regulamentação
- 2.3 Áreas envolvidas na elaboração do Plano
- 2.4 Elaboração, aprovação e divulgação
3. Planejamento das compras, serviços e obras na Lei nº 14.133
4. Fase preparatória da contratação e aspectos práticos da elaboração dos instrumentos de planejamento para contratação direta e por licitação:
  - 4.1 Estudos técnicos preliminares: conteúdo, como elaborar e responsabilidade pela elaboração.
  - 4.2 Termo de referência: conteúdo, como elaborar e responsabilidade pela elaboração.
  - 4.3 Projetos básico.
  - 4.4 Orçamento estimado.
  - 4.4 Gestão e matriz de riscos: orientações gerais.

**Obs: Serão fornecidos modelos das seguintes regulamentações: Atuação do Agente de Contratação, Gestor e Fiscais; Dispensa Eletrônica; Enquadramento de Bens de Consumo; Estimativa de Valor; Estudos Técnicos Preliminares e Plano Anual de Contratações.**

### Horários do curso e Presenças

Data	Hora Início	Hora Fim	Presença Início	Presença Fim
14/03/2022	13:30	17:00	13:30	17:00
15/03/2022	08:30	12:00	08:30	12:00
15/03/2022	13:30	17:00	13:30	17:00

Total de horas aula: 10:30

Percentual Concluído: 100%

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85  
Rua Minas Gerais nº 1391, Ed. Elton, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida - Francisco Beltrão-PR

Código de autenticação - 30636239727904

000171



UNYFLEX



# CERTIFICADO

## CONCLUSÃO DE CURSO

### JHENNIFFER MARIANE ROMG

CERTIFICO QUE **JHENNIFFER MARIANE ROMG** DO CPF: **063.892.569-06**,  
CONCLUIU O CURSO DE **CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO NA LEI 14.133/21**  
COM CARGA HORÁRIA DE 15 HORAS E NO PERÍODO DE 18/10/2021 A 01/01/2022  
COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Diretrizes para Pregoeiro e Comissão de Licitações  
Termo de Referência e Cotação de Preços  
Procedimentos do Registro de Preços  
Pregão Eletrônico na Prática  
Nova Lei de Licitações  
Novo Pregão e suas Regras



UNYPÚBLICA CNPJ 11.227.107/0001-05 | CNPJ 34.751.728/0001-30

NÚMERO DE PROTOCOLO: 361120220121295

UNYFLEX



# CERTIFICADO

## CONCLUSÃO DE CURSO

### JHENNIFFER MARIANE ROMG

CERTIFICO QUE **JHENNIFFER MARIANE ROMG** DO CPF: **063.892.569-06**,  
CONCLUIU O CURSO DE **NOVA LEI DE LICITAÇÃO O MODELOS PARA IMPLANTAÇÃO**  
COM CARGA HORÁRIA DE 18 HORAS E NO PERÍODO DE 18/10/2021 A 01/01/2022  
COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

O Papel dos Agentes Licitadores da Lei 14.133/2021  
Pontos em Destaque na Lei 14.133/2021  
Papel do Setor Jurídico na Nova Licitação  
Pontos Estruturantes na Implantação da Nova Licitação  
O Controle nas Licitações  
Regimentação e Modelos



UNYPÚBLICA CNPJ 11.227.197/0001-95 | CNPJ 36.731.728/0001-38

NÚMERO DE PROTOCOLO: 361126220121218

# CERTIFICADO

O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

**JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

por sua participação no

**ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS NAS  
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

realizado em formato on-line, no período de 23/02/2022 até 24/02/2022



**Rudimar Reis**

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS  
PÚBLICOS**



000174  
25614

CURSO ONLINE AO VIVO

## ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

### Termo de Declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do curso online com transmissão ao vivo sobre o tema e conteúdo aqui discriminados.

**NEGÓCIOS PÚBLICOS**  
Treinamentos

NP Treinamentos

R. Izabel A. Resentora, 2356 - Centro

São José dos Pinhais / PR | CEP: 83005-010

Fone: (41) 3786-1610 - WhatsApp: (41) 99586-6532

curso@negociospublicos.com.br

negociospublicos.com.br/cursos

CURSO

## ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PROFESSORES

José Roberto Tiossi Jr.

CARGA HORÁRIA

08 HORAS

CONTEÚDO

- ASPECTOS GERAIS DA LEI 14.133/2021;
- ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA;
- PESQUISA DE PREÇOS PARA ESTIMATIVA DE VALOR;
- RELAÇÃO OBJETO X PREÇO;
- ALCANCE E DIFERENÇAS ENTRE A IN 73/2000 E IN 65/2021;
- CONTRATAÇÕES DIRETAS E A ESTIMATIVA DE DESPESA;
- AGENTES DE CONTRATAÇÃO - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES;
- SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.

000175

# CERTIFICADO

A N.A.D Consultoria e Capacitação certifica que

**JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

Participou do Curso "Aplicação do regime licitatório da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 01 de abril de 2021", realizado nos dias 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2022, cumprindo a grade curricular de 18 (dezoito) horas.



**Prof. Nádia Aparecida Dall Agnol**  
Coordenadora Pedagógica



**N.A.D** Consultoria  
& Capacitação

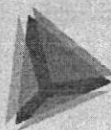
Nádia Aparecida Dall Agnol - Consultoria | CNPJ 12.095.355/0001-90

000176





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000177

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **COMO REALIZAR REGISTRO DE PREÇOS? - NOÇÕES BÁSICAS**

Data/Período: **26 DE ABRIL DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **1 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

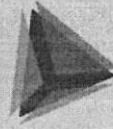
**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=55f819e8-27ab-4df8-bad8-70897c58255a&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000178

## Certificado de Participação

- Registro de preços - Contexto.
- Ferramenta de planejamento de contratações.
- Legislação base.
- Requisitos de existência.
- Observações da jurisprudência do TCU e do TCE-PR.

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

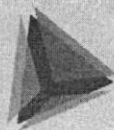
**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=55f819e8-27ab-4df8-bad8-70897c58255a&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS**

Data/Período: **22 DE NOVEMBRO DE 2020**

Local: **EGP ONLINE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **10 horas**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

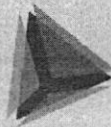
**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=590b2f5c-4bd2-4ae5-b338-0ab0ec7133fb&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000180

## Certificado de Participação

**1) Planejamento e Termo de Referência:**

- Licitações exclusivas e com cotas às MPE.

**2) Publicidade, Impugnação e Pedido de Esclarecimentos.**

**3) Sessão Pública do Pregão:**

- Credenciamento.
- Credenciamento nas Licitações Exclusivas ou com Cotas Exclusivas às MPE.
- Fases de Lances.
- Julgamento de Propostas.
- Preferência às MPE em caso de empate ficto.
- Amostras.
- Habilitação.
- Habilitação Fiscal e Trabalhista Tardia.
- Recursos.

**4) Adjudicação e Homologação.**

**5) Anulação e Revogação.**

**6) Sanções.**

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=590b2f5c-4bd2-4ae5-b338-0ab0ec7133fb&nrCPF=6389256906>



ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000181

## Certificado de Participação

Conferido à: **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**

CPF: **063.892.569-06** Município/UF: **MARIA HELENA-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**

Evento: **PFPCP02: PESQUISAS DE PREÇOS DE SERVIÇOS**

Data/Período: **8 DE FEVEREIRO DE 2023**

Local: **EGP ONLINE**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **4 horas**

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

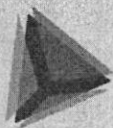
**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=675d45b5-5abe-4531-84c1-2287311232ab&nrCPF=6389256906>





ESCOLA DE  
GESTÃO PÚBLICA



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

000182

## Certificado de Participação

- O cenário da terceirização de serviços. Possibilidades. Novidades da Lei 14133/2021.
- A questão do menor preço e a qualidade.
- A pesquisa de mercado.
- Inexequibilidade de preços em serviços.
- Análise da Demanda.
- Pesquisa de Fontes.
- Definição de metodologia.

Curitiba, 23 de Outubro de 2023

**Vivian Feldens Cetenaeski**  
Diretora da Escola de Gestão Pública

**Fernando Augusto Mello Guimarães**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/SISEGP/SISEGPValidarCertificado?codigoValidador=675d45b5-5abe-4531-84c1-2287311232ab&nrCPF=6389256906>



# Certificado



## FACULDADE FACUMINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

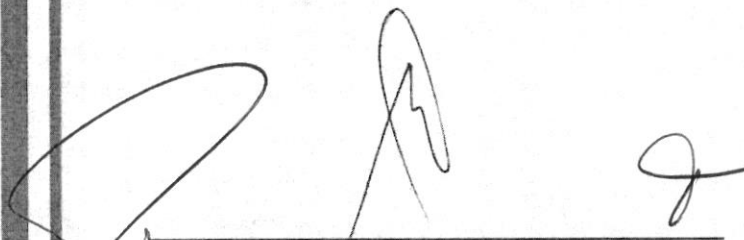
Portaria de credenciamento nº 148, de 08 de março de 2022.

O Diretor Geral em exercício da **FACULDADE FACUMINAS**, no uso de suas atribuições legais, confere o título de Especialista a

*Jhenniffer Mariane Romig*

nacionalidade **brasileira**, portador(a) do RG nº **98108793** e do CPF nº **063.892.569-06**, tendo em vista a conclusão do curso de **Pós-graduação Lato Sensu** em **DIREITO ADMINISTRATIVO E LICITAÇÕES**, integralizado no período de **4 de dezembro de 2023 a 4 de junho de 2024**, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Guarulhos, 5 de junho de 2024

  
Rian Adriano Duarte de Souza  
Vice Diretor

  
\_\_\_\_\_  
Aluno(a)

  
Margarete Faria  
Secretária Acadêmica

**FACULDADE FACUMINAS**

PORTARIA DE CREDENCIAMENTO  
Nº 148, DE 08/03/2022  
PUBLICADA  
NO D.O.U. DE 10/03/2022

REGISTRO Nº FC 35194

LIVRO: 358 FOLHA: 584

GUARULHOS,

05 DE Junho DE 20 24



37037d20-dc56-4d46-9942-07488cceb87c

**HISTÓRICO  
ESCOLAR**

Pós-graduação Lato Sensu

CURSO: DIREITO ADMINISTRATIVO E LICITAÇÕES

ALUNO: Jhenniffer Mariane Romig

ÁREA DE CONHECIMENTO: NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 720 H/A

DISCIPLINA	CH (H/A)	FREQ	NOTA PROFESSOR	TITULAÇÃO
ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	40	100%	90 FÁBIO CARDOSO DOS SANTOS	DOUTOR
METODOLOGIA CIENTÍFICA	40	100%	90 VINICIUS RAMOS PAES DE LIMA	MESTRE
DIREITOS HUMANOS	40	100%	90 JOVELINA NOÊMIA JÔ DE CARVALHO	DOUTORA
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	40	100%	100 MARCOS SILVEIRA PEREIRA	ESPECIALISTA
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	40	100%	90 CARPEGIERI TOREZANI	MESTRE
TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	40	100%	90 JOVELINA NOÊMIA JÔ DE CARVALHO	DOUTORA
DIREITO ADMINISTRATIVO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	60	100%	70 JOAO ALFREDO CARRARA	DOUTOR
PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS	60	100%	90 LÍVEA FRANCO SOARES	MESTRE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA	60	100%	80 LETÍCIA SOARES FRAGA	MESTRE
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	60	100%	80 JOSEANE ALVES VIEIRA	MESTRE
GESTÃO PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	60	100%	70 NICLAÚDIA BARROS	MESTRE
HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	60	100%	100 NIVEA MARIA DIAS DA SILVA	MESTRE
CONTRATOS E LICITAÇÕES	60	100%	70 MARGARET MARIA DE SOUZA SILVA	ESPECIALISTA
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	60	100%	100 ROSANA SILVA LANA	DOUTORA



ALUNO(A) DISPENSADO(A) DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018, EMITIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE/CES).

**DECLARAÇÃO**

A IES declara que o curso de especialização cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES Nº 1 de 06/04/2018.

000184





# Certificado



## FACULDADE FACUMINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Portaria de credenciamento nº 148, de 08 de março de 2022.

O Diretor Geral em exercício da **FACULDADE FACUMINAS**, no uso de suas atribuições legais, confere o título de Especialista a

*Jhenniffer Mariane Romig*

nacionalidade **brasileira**, portador(a) do RG nº **98108793** e do CPF nº **063.892.569-06**, tendo em vista a conclusão do curso de **Pós-graduação Lato Sensu em DOCÊNCIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, integralizado no período de **12 de outubro de 2023 a 12 de abril de 2024**, outorgando-lhe o presente **CERTIFICADO**, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Guarulhos, 24 de abril de 2024

  
**Rian Adriano Duarte de Souza**  
Vice Diretor

\_\_\_\_\_  
Aluno(a)

  
**Margarete Faria**  
Secretária Acadêmica

000185

**FACULDADE FACUMINAS**

PORTARIA DE CREDENCIAMENTO  
Nº 148, DE 08/03/2022  
PUBLICADA  
NO D.O.U. DE 10/03/2022

REGISTRO Nº FC 32983

LIVRO: 333 FOLHA: 528

GUARULHOS,

24 DE Abri DE 20 24



fbdf0348-3aa5-4b39-98be-c310604745d7

**HISTÓRICO  
ESCOLAR**

Pós-graduação Lato Sensu

CURSO: **DOCÊNCIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

ALUNO: Jhennifer Mariane Romig

ÁREA DE CONHECIMENTO: NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 700 H/A

DISCIPLINA	CH (H/A)	FREQ	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	40	100%	90	FÁBIO CARDOSO DOS SANTOS	DOUTOR
METODOLOGIA CIENTÍFICA	50	100%	90	PAULO HENRIQUE DE SOUZA	DOUTOR
DIREITOS HUMANOS	50	100%	90	JOVELINA NOÊMIA JÓ DE CARVALHO	DOUTORA
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	50	100%	100	MIRIAM FIORE RODRIGUES	MESTRE
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	50	100%	90	CARPEGIERI TOREZANI	MESTRE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DIRETA E INDIRETA	60	100%	80	LETÍCIA SOARES FRAGA	MESTRE
ENSINO E PESQUISA	60	100%	70	ALEXSANDRO MARCIO DA SILVA	MESTRE
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	60	100%	80	VINICIUS RAMOS PAES DE LIMA	MESTRE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	60	100%	80	HUDSON WILLIAM DA SILVA	MESTRE
AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES ESTATAIS	60	100%	100	NICLAUDIA BARROS	MESTRE
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	60	100%	100	CÉLIA MAGALHÃES	MESTRE
REGIMES PREVIDENCIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	60	100%	100	ANTÔNIO ROQUE BONFIM	ESPECIALISTA
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	40	100%	100	MARGARET MARIA DE SOUZA SILVA	ESPECIALISTA

ALUNO(A) DISPENSADO(A) DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018, EMITIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE/CES).

**DECLARAÇÃO:**

A IES declara que o curso de especialização cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES Nº 1 de 06/04/2018.



000186





# Certificado



## FACULDADE FACUMINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Portaria de credenciamento nº 148, de 08 de março de 2022.

O Diretor Geral em exercício da **FACULDADE FACUMINAS**, no uso de suas atribuições legais, confere o título de Especialista a

*Jhenniffer Mariane Romig*

nacionalidade **brasileira**, portador(a) do RG nº **98108793** e do CPF nº **063.892.569-06**, tendo em vista a conclusão do curso de **Pós-graduação Lato Sensu em LICITAÇÕES E COMPRAS SUSTENTÁVEIS**, integralizado no período de **7 de novembro de 2023 a 7 de maio de 2024**, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Guarulhos, 8 de maio de 2024

  
Rian Adriano Duarte de Souza

Vice Diretor

  
Aluno(a)

  
Margarete Faria  
Secretaria Acadêmica

000187

**FACULDADE FACUMINAS**

PORTARIA DE CREDENCIAMENTO  
Nº 148, DE 08/03/2022  
PUBLICADA  
NO D.O.U. DE 10/03/2022

REGISTRO Nº FC 33907

LIVRO: 344 FOLHA: 551

GUARULHOS,

08 DE maio DE 2024



d5724ff5-7b1a-46a3-aa12-05e69896749c

**HISTÓRICO  
ESCOLAR**

Pós-graduação Lato Sensu

CURSO: **LICITAÇÕES E COMPRAS SUSTENTÁVEIS**

ALUNO: Jhennifer Mariane Romig

ÁREA DE CONHECIMENTO: NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 700 H/A

DISCIPLINA	CH (H/A)	FREQ	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	50	100%	90	FÁBIO CARDOSO DOS SANTOS	DOUTOR
METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	100%	90	VINICIUS RAMOS PAES DE LIMA	MESTRE
DIREITOS HUMANOS	60	100%	90	JOVELINA NOÊMIA JÓ DE CARVALHO	DOUTORA
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	60	100%	100	MARCOS SILVEIRA PEREIRA	ESPECIALISTA
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	60	100%	90	CARPEGIERI TOREZANI	MESTRE
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	60	100%	80	VINICIUS RAMOS PAES DE LIMA	MESTRE
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI Nº 14.113/21)	60	100%	80	LÍVEA FRANCO SOARES	MESTRE
DIREITO ADMINISTRATIVO E ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	60	100%	80	TATTIANE DESLANDES MAFRA DE AVILA CARVALHO	MESTRE
DIREITO ADMINISTRATIVO: ATO E PROCESSO	60	100%	80	MÔNICA ROGRIGUES COELHO HERINGER	MESTRE
REALIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	60	100%	100	ROSIMEIRE LOPES	ESPECIALISTA
SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE	60	100%	100	CRISTIANE RIBEIRO	ESPECIALISTA
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	50	100%	100	ROSANA SILVA LANA	DOUTORA

ALUNO(A) DISPENSADO(A) DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018, EMITIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE/CES).

**DECLARAÇÃO:**

A IES declara que o curso de especialização cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES Nº 1 de 06/04/2018.

000188

# CERTIFICADO

A Escola de Gestão do Paraná certifica que:

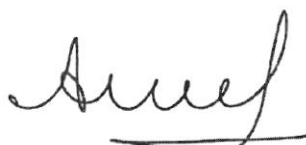
**Jhenniffer Mariane Romig**

portador(a) do RG n.º 98108793 , participou do curso:

**Nova Lei de Licitações a partir de casos concretos,**

no período de 23 a 24/04/2024, com carga horária de 16 horas, realizado em parceria com a Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGE.

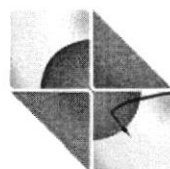
Curitiba, 25 de abril de 2024



**Aline Albano Justus**

**Diretora**

Escola de Gestão  
do Paraná



**ESCOLA**  
DE GESTÃO DO PARANÁ



**Elisandro Pires Frigo**

**Secretário de Estado**

Secretaria da Administração  
e da Previdência



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO



000189

# "Nova Lei de Licitações a partir de casos concretos"

## Conteúdo Programático:

Pesquisa de preço  
Contratos administrativos  
ETP de obras  
Aditivos de obras  
Contratação direta  
Direito financeiro das contratações públicas  
Responsabilidade do gestor nos tribunais de compras  
Fiscalização dos contratos  
Estimativas de Quantitativos

## Docentes:

Igor Gomes da Costa – Coordenador do Consultivo da PGE  
Everson Biazon – PGE  
Diogo Cordeiro – PGE  
Kunibert Kolb – PGE  
Rafael Costa – PGE  
Filipe Augusto – Inspetor do TCE

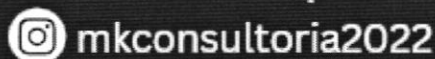
Frequência: 100,00





**MK CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA.,**  
**CNPJ/ME nº 48.173.712/0001-39.**

Consultoria e Capacitação



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:**

**MK CONSULTORIA & CAPACITAÇÃO**, CNPJ 48.173.712/0001-39, neste ato representada por Kátia Silva Trives, portadora do RG: 12.440.931-4, CPR: 327.947.988-63, residente e domiciliada a Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, Cafezal do Sul/PR, doravante denominado **CONTRATANTE** e **JHENNIFFER MARIANE ROMIG**, advogada, inscrita na OAB/PR sob o número 89.618, portadora do CPF 063.892.569-06, solteira, residente e domiciliada a Avenida Paraná, 109, centro, Maria Helena/PR, doravante denominada **CONTRATADA**

**1) OBJETO**

**1.1** A CONTRATADA prestará serviços de assessoria jurídica à empresa MK Consultoria & Capacitação, representada pela CONTRATANTE, nos termos e condições estabelecidos neste contrato.

**1.2** Os serviços incluem, mas não se limitam a:

- 1.2.1.** Assessoria jurídica em todos os aspectos legais relacionados às atividades da empresa;
- 1.2.2.** Participação como palestrante em todas as capacitações promovidas pela MK Consultoria & Capacitação, em conjunto com a proprietária da empresa;
- 1.2.3.** Realização de todos os serviços pertinentes à responsabilidade de um advogado e assessor para a empresa.

**2) REMUNERAÇÃO**

**2.1.** Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula 1, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**2.1.1.** Além da remuneração mensal estipulada na Cláusula 2.1, a CONTRATADA receberá 50% (cinquenta por cento) do valor contratual de cada capacitação em que for palestrante, promovida ou intermediada pela CONTRATANTE

**2.2.** A CONTRATANTE compromete-se a:

- 2.2.1.** Pagar pontualmente a remuneração acordada pelos serviços prestados;
- 2.2.2.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários para a realização dos serviços.

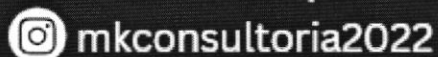






**MK CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA.,**  
**CNPJ/ME nº 48.173.712/0001-39.**

Consultoria e Capacitação



### 3. VIGENCIA

3.1. Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor por pelo período de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

### 4. RESCISÃO

4.1. Este contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 3 (três) meses.

### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Qualquer alteração ou modificação deste contrato somente terá validade se efetuada por escrito e assinada por ambas as partes.

5.2. Fica eleito o foro da comarca de Iporã/PR para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Cafezal do Sul, 26 de Novembro de 2024



Documento assinado digitalmente  
**KATIA SILVA TRIVES**  
Data: 26/11/2024 10:26:39-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Katia Silva Trives**  
**Socia**



Documento assinado digitalmente  
**JHENNIFFER MARIANE ROMIG**  
Data: 26/11/2024 10:23:20-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Jhennifer Mariane Romig**  
**Contratada**



44 98421-1554



mkassessoria8@gmail.com



**ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025.**

**OBJETO:** Contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

Às 15:45 horas do dia 14 de março de 2025, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná, com a presença dos integrantes da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 007, de 08 de janeiro de 2025, para proceder ao julgamento dos documentos apresentados pela(s) interessada(s) para a contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola. Antes da análise dos documentos relativos à habilitação, o Agente de Contratação e Membros da Equipe de Apoio constataram que a empresa apresentou notas fiscais contendo valores iguais ao pleiteado em sua proposta, bem como elementos que comprovam a propriedade da tecnologia para fabricação do equipamento. Aberta a sessão pelo Agente de Contratação, foram analisados os documentos apresentado(s) pelas(s) seguinte(s) empresa(s):

Razão social	Nº do CNPJ
<b>MK CONSULTORIA &amp; CAPACITACAO LTDA</b>	<b>48.173.713/0001-39</b>

Em ato contínuo, procedeu-se à análise da seguinte documentação para habilitação conforme abaixo:

- Contrato social ou documento equivalente de constituição da empresa;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União - (Fazenda Federal);
- Certidão Negativa de Débitos Estadual – (Fazenda Estadual);
- Certidão Negativa de Débitos Municipal – (Fazenda Municipal);
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade, tendo sua validade condicionada à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho no Internet (<http://www.tst.jus.br>);
- Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da Pessoa Jurídica.
- Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a proponente fornecido objeto compatível com o da presente licitação;

Após a conferência da documentação, o Agente de Contratação e Membros da Equipe de Apoio decidiram habilitar a proponente por ter apresentado a documentação exigida em consonância do comunicado interno expedido pela Diretora do Departamento de Compras e Licitação. Nada mais havendo a tratar, o Agente de Contratação deu por encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que lida, e achada conforme, vai assinada pelo Agente e Membros da Equipe de Apoio.

**TIAGO DA SILVA CANGUÇU (Agente de Contratações)**

**YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS**

**PAULO FERNANDO TRAVAIN BENTO**

**COMUNICADO INTERNO**

**Do:**

**Departamento de Compras e Licitação.**

**Para:**

**Procuradoria Jurídica.**

Pérola/PR, 14 de março de 2025.

Prezado Senhor:

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria, o devido parecer prévio, concernente para realização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando a contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

Informamos ainda que a referida contratação fora estimada em um valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Atenciosamente,

*Yasmim F. R. MARTINS*  
**YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS**

Diretora do Departamento de Compras e Licitações

**PARECER JURÍDICO**

**Modalidade: Inexigibilidade licitação**

**DO RELATÓRIO**

Foi remetido a este setor consultivo pedido de análise jurídica acerca da legalidade da contratação direta por inexigibilidade para contratação de empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola.

A solicitação foi fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021 (Inexigibilidade de Licitação), com proposta no valor total de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Justificou-se que o Município reconhece a importância de aprimorar continuamente a gestão dos processos licitatórios e contratos, promovendo eficiência, transparência e o cumprimento da legislação vigente, com objeto de desenvolver e capacitar os servidores responsáveis pela elaboração dos respectivos documentos, garantindo excelência na análise e execução desses procedimentos.

Para a consecução de seus fins a pasta responsável pelo evento instruiu o processo com os seguintes documentos:

- Termo de autuação;
- Documento de formalização de demanda – DFD n. 001/2025;
- Estudo técnico preliminar;
- Proposta da empresa M K Assessoria e Capacitação;
- Indicação de contratações similares firmadas com outros municípios;
- Termo de referência;
- Autorização de abertura do procedimento;
- Declaração de disponibilidade orçamentária/financeira e fonte recursos;
- Minuta do contrato para revisão.
- Documentos de constituição da empresa;
- Documentos visando à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;
- Atestados de capacidade técnica;
- Certificados de participação em cursos técnicos;

É o que havia para relatar.

**DOS APONTAMENTOS GERAIS**

**QUANTO À FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO.**





A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade para contratação direta, conforme estabelece o artigo 72, III, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

**Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

Importa asseverar que compete a este setor da Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, muito menos às questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

As manifestações desta Procuradoria são de natureza opinativa e, desta forma, não vinculantes para o gestor público, podendo este adotar orientação diversa daquela emanada do parecer jurídico desde que apresentadas as devidas justificativas e fundamentações.

Feitas as considerações iniciais, passo à análise.

**QUANTO AO CABIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74 DA LEI 14.133/2021.**

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas também assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva “os casos especificados na legislação”, ou seja, o próprio texto Constitucional abre a possibilidade de a lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pelas disposições dos artigos 74 e 75 da Lei 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação.

No caso em análise, em que se pretende a contratação direta da empresa “M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO”, via inexigibilidade de licitação, importa transcrever o texto do art. 74, III, da Lei nº 14.133/21:

Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.





No caso em exame, os Interessados consideraram concorrer em favor da contratação da empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO", levando em consideração a relevância, extensão e peculiaridades dos assuntos tratados no programa do curso, folder, conteúdo programático, certificados e qualidade das palestrantes.

Importante, esclarecer que a Administração Pública fica impossibilitada de realizar Licitação para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, considerando que não há viabilidade na competição já que uma licitação em outra modalidade poderia conduzir a uma contratação de qualidade inadequada.

Válido citar o argumento de Renato Geraldo Mendes no mesmo sentido:

"Não se pode exigir a realização de licitação sob o argumento de que é necessário assegurar tratamento isonômico se não há como definir um critério objetivo para a escolha do terceiro. Dessa forma, sempre que houver possibilidade real de disputa e não for possível definir um critério objetivo de julgamento para selecionar a melhor relação benefício-custo em razão das peculiaridades especiais que caracterizam o objeto e tornam inviável a competição, a licitação não será exigível, ou seja, ela não deve ser realizada. O que justifica e impõe a licitação não é apenas a ideia de igualdade, mas também a obrigatoriedade de seleção objetiva dos competidores." (MENDES, 2012, p. 232.)

Partindo, então, da premissa lógica de que em todo e qualquer caso de contratação de curso *in company* há inviabilidade de competição por impossibilidade de definição de critérios objetivos para julgamento da proposta, afastado está o dever de licitar da Administração nessas hipóteses.

Uma vez fulminada a realização do certame por inviabilidade de competição, entendemos que a contratação deve se fundamentar na inexigibilidade de licitação, exceção permitida na Lei 14.133/2021.

Importa ressaltar, contudo, que deverá haver pertinência temática entre o curso que será custeado pelo erário e a especialidade da empresa ou do profissional a ser contratado.

#### **QUANTO AOS REQUISITOS DO PROCESSO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA E A JUSTIFICATIVA DO PREÇO.**

Não obstante a simplificação do procedimento em questão, o administrador não poderá deixar de se atentar para a aplicação dos princípios gerais da licitação, e deverá atender às formalidades adequadas impostas pela Lei 14.133/2021, buscando-se sempre a contratação em condições mais favoráveis para a Administração e ao interesse público.

Para tanto, o art. 72 da Lei 14.133/21 elenca quais os requisitos objetivos necessários à formalização do Processo de Contratação Direta:

**Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no ---p

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;



VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Assim, a considerar que a contratação direta não deve ser traduzida como meio hábil para dispensar procedimentos costumeiros com vistas a conferir segurança jurídica aos atos praticados pela Administração Pública, a contratada deverá possuir todos os requisitos mínimos exigidos em lei, tal como se fosse concorrente em uma licitação, sob pena de privilegiar pessoas físicas ou jurídicas sem a devida competência para a execução do objeto contratado, ou até mesmo prestá-lo sem que examinadas as garantias básicas de adimplemento contratual, o que pode gerar insegurança jurídica e prejuízos irreversíveis ao erário e à sociedade como um todo.

Passo então à análise do caso concreto.

Primeiramente, conforme o Estudo Técnico Preliminar da contratação, que compreende a solicitação e o termo de referência, o procedimento foi autorizado pela autoridade competente e a escolha da empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO" restou justificada pela pasta demandante, que, a par da documentação anexa, comprovou que a empresa a ser contratada possui a documentação necessária.

É possível constatar também que, o preço a ser pago pelos serviços ofertados pela empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO", restou justificado mediante a juntada de empenhos, referentes a contratos firmados com outros Municípios (Maria Helena/PR, Cidade Gaúcha/PR, Xambrê/PR), bem como atestado de capacidade técnica, estando a pesquisa de preços, portanto, em consonância com a legislação pertinente e entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Especificamente com relação ao preço pago, muito embora, de fato, não seria exigível ao parecerista avaliar sua conformidade com o mercado, era lhe exigível, em face de expressa previsão legal, verificar se constam dos autos demonstrativos indicativos dessa adequação. A omissão dessa formalidade, essencial para a regularidade jurídica da contratação, conforme sobejamente indicado no item "c" desse voto, não lhe pode ser escusada. (ACÓRDÃO Nº 1526/16 - Primeira Câmara)

Destaca-se, por derradeiro que há previsão orçamentária e que a empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO" a ser contratada é uma Sociedade Limitada Unipessoal, onde a representante legal e administradora é Katia Silva Trives, preenchendo, assim, os requisitos de habilitação e qualificação necessários.

Diante disso, conclui que os requisitos legais imprescindíveis à contratação por inexigibilidade de licitação da empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO", foram satisfeitos.

#### **QUANTO ÀS CLÁUSULAS ESSENCIAIS DO CONTRATO:**

O responsável pela formalização do processo a minutar o contrato conforme a NLLC, de forma a atender os requisitos essenciais elencados no artigo 92, que assim dispõe:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;



- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação/reajuste de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

Dessa forma, tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, vigência do contrato, prorrogação, reajuste, valor e forma de pagamento, da prestação dos serviços, recursos orçamentários, obrigações do contratante e contratada, garantia e assistência técnica, infrações e sanções administrativas, reajustamento preços, gestão e fiscalização contrato, rescisão contratual, alterações e eleição de foro.

Diante do contido no processo em questão em especial a minuta do contrato, foram observadas as cláusulas necessárias previstas no artigo 92 da Lei n. 14.133/2021.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, **OPINO**, desde que atendidas todas as orientações deste parecer, possibilidade da contratação direta por Inexigibilidade de Licitação da empresa "M. K. ASSESSORIA & CAPACITAÇÃO", para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Pérola, com fundamento no art. 74, III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, uma vez que atende a necessidade do órgão, ficando assim APROVADA a inexigibilidade de licitação.



Remeta-se à autoridade competente para a ratificação da inexigibilidade e a publicação na imprensa oficial do Município, como condição de eficácia dos atos, nos termos do parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021.

Por derradeiro, ressalto que todo o processo de contratação direta deverá ser devidamente publicado no sítio eletrônico do município, em aba própria junto ao portal da transparência, possibilitando o melhor controle interno e externo do ato administrativo final, bem como, dos gastos públicos dele decorrentes.

É o parecer. S.M.J.

Pérola, PR, 14 de março de 2025.



RODRIGO CALIANI  
Procurador

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais de autoridade máxima do município,

**AUTORIZA:**

**Art. 1º.** Fica autorizada, nos termos das razões constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025, contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, com fulcro no artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, em favor da empresa abaixo:

EMPRESA	VALOR TOTAL R\$
MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA	36.000,00

**Art. 2º.** Publique-se.

Pérola/PR, 14 de março de 2025.

  
**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal.



## Prefeitura Municipal de Pérola

### Licitações e Contratos

#### Termo de Autorização



#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025

A **PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais de autoridade máxima do município,

#### AUTORIZA:

**Art. 1º.** Fica autorizada, nos termos das razões constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025, contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, com fulcro no artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, em favor da empresa abaixo:

EMPRESA	VALOR TOTAL R\$
MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA	36.000,00

**Art. 2º.** Publique-se.

Pérola/PR, 14 de março de 2025.

**VALDETE CUNHA**  
Prefeita Municipal.

PUBLICADO NO JORNAL  
UMUARAMA ILUSTRADO

Edição N.º: 13266

Data: 18 / 03 / 2025

ASSINATURA



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2025

##### Inexigibilidade nº 04/2025

Por este instrumento de Contrato, que entre si celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE PÉROLA**, pessoa jurídica de direito público interno, portador do CNPJ sob o nº 81.478.133/0001-70, neste ato representada pela Senhora Prefeita Municipal, **VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac nº 870, neste Município de Pérola, Estado do Paraná, portadora do CPF nº 524.098.729-72, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 4.015.357-8 SSP/PR, a seguir denominada **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.173.712/0001-39, com sede na Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, na cidade de Cafezal Do Sul/PR, CEP 87.565-000, neste ato representada por sua representante legal a Sra. **KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 12.440.931-4 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 327.947.988-63, residente e domiciliada na Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, cidade de Cafezal Do Sul, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado na melhor forma de direito, o presente contrato, e pelas cláusulas e condições:

O presente contrato é celebrado em decorrência do Procedimento **Inexigibilidade nº 04/2025**, autorizada em 14/03/2025, por meio da qual a **CONTRATADA** foi declarada vencedora e lhe foi adjudicado o objeto do presente contrato, que integram o presente Termo e na Lei nº 14.133/21.

**PARÁGRAFO UNICO (DOCUMENTOS APLICÁVEIS):** Para efeitos obrigacionais, tanto a **Inexigibilidade nº 04/2025**, quanto à proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA (DO OBJETO):** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	SERV	06	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	R\$ 6.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

**4.1.** O valor global para a prestação dos serviços objeto deste contrato é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.



4.2. O pagamento será realizado dentro de 5 (cinco) dias corridos, após a efetiva realização de cada módulo mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade, Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Pérola e conter o número do empenho correspondente e do Procedimento licitatório.

4.4. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do contrato**) os seguintes documentos:

4.5. Prova de regularidade com a Previdência Social (CND - Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

4.6. Prova de regularidade com o FGTS (CRF - Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

4.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.9. CNPJ da PROMITENTE EXECUTORA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.10. Nenhum pagamento será efetuado a PROMITENTE EXECUTORA enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA- VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, caso seja de interesse das partes contratantes e devidamente justificado. Durante este período, a contratada compromete-se a realizar treinamentos contínuos sobre licitações e contratos, com o objetivo de garantir a excelência na elaboração de documentos e o aprimoramento dos processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná. Os treinamentos deverão ser ministrados conforme o cronograma a ser previamente acordado entre as partes, de modo a atender integralmente às necessidades do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**a) Estruturação do Programa de Capacitação:** O programa será estruturado em 6 módulos mensais, cada um com 4 encontros semanais de 8 horas, realizados presencialmente, nos demais dias da semana serão realizados encontros remotos. Os temas serão previamente definidos e alinhados às exigências da Lei nº 14.133/21. Durante cada módulo, serão abordados tópicos relevantes, como planejamento de licitações, elaboração de editais, gestão de contratos administrativos, fiscalização, conformidade legal e melhores práticas na administração pública.

**b) Metodologia de Capacitação:** A capacitação combinará diferentes formatos de aprendizado:

**c) Aulas Expositivas:** Apresentação teórica dos conceitos essenciais, realizada presencialmente ou online;

**d) Workshops Práticos:** Atividades práticas para aplicação direta dos conteúdos em situações simuladas ou reais, baseadas na realidade da Prefeitura. Essas atividades devem incluir aulas expositivas, workshops práticos, estudos de caso baseados em situações reais e encontros presenciais e virtuais. Essa



abordagem deverá equilibrar teoria e prática, proporcionando uma capacitação abrangente e aplicável às demandas da administração pública;

**e) Estudos de Caso:** Análise detalhada de exemplos concretos de processos licitatórios e contratuais, incentivando a solução de problemas e a tomada de decisão informada;

**f) Realização dos Encontros:** Os encontros serão realizados de forma híbrida, com sessões presenciais nas dependências da Prefeitura e encontros online, em horários definidos previamente, para facilitar a participação de todos os servidores envolvidos. A logística será planejada para garantir a maior adesão e aproveitamento possível;

**g) Material Didático e Recursos de Apoio:** A MK Consultoria & Capacitação disponibilizará materiais didáticos completos, incluindo apostilas, manuais, apresentações e recursos digitais, que servirão de suporte tanto durante os treinamentos quanto para consultas posteriores pelos servidores;

**h) Monitoramento e Avaliação:** A cada módulo, será realizado um acompanhamento contínuo dos participantes, com a aplicação de instrumentos de avaliação para medir a absorção dos conteúdos e a aplicação prática das competências adquiridas;

**i) Suporte Técnico e Consultoria:** Durante o período contratual, a MK Consultoria & Capacitação prestará suporte técnico para esclarecer dúvidas ou auxiliar os servidores em situações específicas relacionadas a licitações e contratos, garantindo a aplicação correta das orientações transmitidas;

**CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

DESPESA PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
88	2981	04.01	04.122.0002	2.007	3.3.90.39.48.00	0

**CLÁUSULA NONA:** São as seguintes as obrigações das partes neste contrato:

**Parágrafo Primeiro – São obrigações do Contratado:**

**a)** Prestar os serviços no prazo e nas condições estabelecidas;

**b)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**c)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços prestados;

**d)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**e)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**f)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



g) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Segundo: São obrigações da contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal;
- f) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- g) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**10.1.** Não será exigida a apresentação de garantia para a contratação resultante desta Inexigibilidade de Licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A abstenção por parte do CONTRATANTE da utilização de quaisquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar na aplicação de sanções;

**13.2.** A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:





- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.3.** Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**13.4.** As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO;

**13.4.1.** Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada;

**13.5.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente;

**13.6.** A contratada ficará sujeita, em caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, garantida a defesa prévia, à multa diária de:

- a) 0,70% (zero vírgula setenta por cento) – até o 10º (décimo) dia de atraso. Percentuais que incidirão sobre o valor total dos produtos não entregues na data ajustada.
- b) 1% (um por cento) – a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso. Percentuais que incidirão sobre o valor total dos produtos não entregues na data ajustada.
- c) A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21. Isso, independente de interpelação judicial ou extrajudicial podendo, a critério do MUNICÍPIO DE PÉROLA, ser descontado de preço previsto no presente instrumento, sem prejuízo da ação de perdas e danos e das responsabilidades decorrentes.

**d)** Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE PÉROLA, a seu exclusivo critério o direito de:

- I) Alterar o presente contrato com base nas normas legais editadas pela União;
- II) Rejeitar os produtos que não estiverem de acordo com as especificações.
- III) O prazo do presente contrato, atendido às exigências da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado para que haja total do fornecimento dos produtos e cumprimento do presente instrumento.

**Parágrafo Único:** Os valores das multas previstas nesta cláusula serão deduzidos do primeiro pagamento que se seguir a correspondente imposição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**



**15.1.** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços.

**15.2.** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.3.** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**15.4.** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**15.5.** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**15.6.** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**15.7.** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Conforme é disposto no artigo 25 inciso 7º da lei 14.133/2021:

§ 8º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato deverá ser fiscalizado na forma da Lei nº 14.133/21;

§ 1º O responsável pela gestão deste contrato será o servidor José Carlos Pestana da Cunha, ocupante do cargo de Secretário Geral, ficando desde agora notificada da indicação na qualidade de testemunha contratual.

§ 2º A responsável pela fiscalização deste contrato será a servidora Yasmim de Freitas Marsola, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Licitações e Transporte Escolar, ficando desde agora notificada da indicação na qualidade de testemunha contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO** - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato;
- b) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA;
- c) quando houver desobediência à determinação do CONTRATANTE;
- d) quando a contratada falir.

**Parágrafo Primeiro:** Para apuração das situações acima descritas, que ensejem a rescisão contratual, o CONTRATANTE instaurará o procedimento administrativo cabível, com prévia notificação ao contratado de todos os atos a serem realizados. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.



**Parágrafo Segundo:** O CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos dos bens fornecidos e aceitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:** Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO:** As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Pérola, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor.

Pérola/PR, 14 de março de 2025.

VALDETE CARLOS  
OLIVEIRA  
GONCALVES DA  
CUNHA:52409872972

Assinado de forma digital  
por VALDETE CARLOS  
OLIVEIRA GONCALVES DA  
CUNHA:52409872972  
Dados: 2025.03.18  
16:41:21 -03'00'

**VALDETE CUNHA**  
**Prefeita Municipal**  
**Contratante**

KATIA SILVA  
TRIVES:32794798  
863

Assinado de forma digital por  
KATIA SILVA  
TRIVES:32794798863  
Dados: 2025.03.18 08:12:18  
-03'00'

**MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**  
**KATIA SILVA TRIVES**  
**Contratada**

EXTRATO DE CONTRATO

**Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025**

**Inexigibilidade nº 04/2025**

**Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA**

**Contratada: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.**

**Objeto:** Contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

**Valor Total:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

**Vigência:** 13/03/2025 à 12/09/2025.

**Autorização:** 13/03/2025.

**Data de Assinatura:** 13/03/2025.

**Prefeitura Municipal de Pérola****Licitações e Contratos****Extrato de Contrato****PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO****Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025****Inexigibilidade nº 04/2025****Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA****Contratada: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.****Objeto:** Contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.**Valor Total:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**Vigência:** 13/03/2025 à 12/09/2025.**Autorização:** 13/03/2025.**Data de Assinatura:** 13/03/2025.





**EXTRATO DE CONTRATO**

**Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025**

**Inexigibilidade nº 04/2025**

**Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA**

**Contratada: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.**

**Objeto:** Contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

**Valor Total:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

**Vigência:** 14/03/2025 à 13/09/2025.

**Autorização:** 14/03/2025.

**Data de Assinatura:** 14/03/2025.

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

## Prefeitura Municipal de Pérola

### Licitações e Contratos

#### Extrato de Contrato



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025**

**Inexigibilidade nº 04/2025**

**Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA**

**Contratada: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.**

**Objeto:** Contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola, Estado do Paraná.

**Valor Total:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

**Vigência:** 14/03/2025 à 13/09/2025.

**Autorização:** 14/03/2025.

**Data de Assinatura:** 14/03/2025.

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)





## Proc. Administrativo 226/2025

---

**De:** Vando J. - SEG-DLC

**Para:** SEG - SECRETARIA GERAL

**Data:** 20/08/2025 às 13:10:56

**Setores (CC):**

SEG, DOÇ

**Setores envolvidos:**

SEG-DLC, SEG, DOÇ

### Prorrogação de Prazo de Vigência do Contrato nº 18/2025 - Inexigibilidade nº 04/2025

Boa tarde, segue anexo solicitação de prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 18/2025.

—  
Vando Sebastião Silva Júnior  
*Chefe da Divisão de Apoio Administrativo*

**Anexos:**

01\_PEDIDO\_ADITIVO.pdf

**PÉROLA**

GOVERNO MUNICIPAL

Ofício nº 005/2025

Através do presente venho **SOLICITAR** a autoridade superior para que seja feito:

- (X) PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.  
( ) TRANSFORMAÇÃO DE SALDO DA ATA EM CONTRATO.  
( ) ADITIVO DE VALOR.

**Dados da empresa: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA****Nº da Ata ou contrato: Contrato de Prestação de Serviços Nº 18/2025****Nº e modalidade da licitação: Inexigibilidade nº 04/2025****Prazo: 14/09/2025 á 14/03/2026.****Valor numérico e por extenso: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).****Objeto da Contratação:**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

**Justificativa:**

- Os treinamentos realizados até o momento têm demonstrado resultados positivos na capacitação dos servidores públicos, refletindo diretamente na melhoria da qualidade técnica e jurídica dos processos licitatórios.
- A natureza contínua e evolutiva dos conteúdos abordados exige tempo adequado para consolidação do conhecimento e aplicação prática por parte dos servidores, sendo essencial a manutenção da empresa contratada para garantir a uniformidade e consistência pedagógica.
- A capacitação constante contribui para a mitigação de riscos administrativos e jurídicos, promovendo maior segurança nos procedimentos e conformidade com a legislação vigente.
- A prorrogação atende ao interesse público, ao assegurar que os recursos municipais sejam aplicados com maior eficiência, transparência e responsabilidade, fortalecendo a governança e a credibilidade institucional.

Dessa forma, a prorrogação contratual é medida necessária e estratégica para dar continuidade ao processo de capacitação dos servidores, consolidando os avanços já obtidos e promovendo a excelência na gestão das contratações públicas municipais.

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	SERV	06	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	R\$ 6.000,00





**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

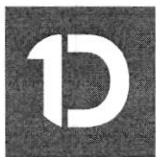
Pérola/PR, 20 de agosto de 2025.

**JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA**  
Secretário Geral

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://perola.1doc.com.br/verificacao/88C8-07D0-D5EA-C18B> e informe o código 88C8-07D0-D5EA-C18B







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 88C8-07D0-D5EA-C18B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS PESTANA DA CUNHA (CPF 036.XXX.XXX-27) em 20/08/2025 14:18:28 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/88C8-07D0-D5EA-C18B>



## Proc. Administrativo 3- 226/2025

**De:** Caio A. - DOÇ

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 11/09/2025 às 13:10:30

**Setores envolvidos:**

SEG-DLC, SEG, DOÇ

### Prorrogação de Prazo de Vigência do Contrato nº 18/2025 - Inexigibilidade nº 04/2025

Boa tarde,

Pelo presente informamos a funcional programática orçamentária para o **Processo de Inexigibilidade 04/2025 e Contrato de Prestação de Serviços 18/2025**, visando à contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

Informando ainda que o Aditivo de Prazo é para 06 meses e com o valor total de R\$ 36.000,00, o valor indicado nesse comunicado é reservado para o orçamento desse ano de 2025, restando 4 meses o valor é de R\$ 24.000,00.

Caio Claudino de Andrade

Contador

**Anexos:**

140\_Comunicado\_Interno\_Treinamento\_Continuo\_R\_24\_000\_00\_Inexigibilidade\_11\_09\_25\_1DOC\_226\_2025.pdf

Pérola, 11 de setembro de 2025.

**COMUNICADO INTERNO – CI 140/2025**

De: Divisão de Contabilidade  
Para: Departamento de Compras e Licitações

Prezado Senhor

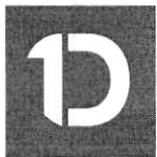
Pelo presente informamos a funcional programática orçamentária para o **Processo de Inexigibilidade 04/2025 e Contrato de Prestação de Serviços 18/2025**, visando à contratação da empresa especializada para promover treinamento contínuo em licitações e contratos para garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná.

Informando ainda que o Aditivo de Prazo é para 06 meses e com o valor total de R\$ 36.000,00, o valor indicado nesse comunicado é reservado para o orçamento desse ano de 2025, restando 4 meses o valor é de R\$ 24.000,00.

DESPESA PRINCIPAL	DESDOBRAMENTO	ORGÃO UNIDADE	FUNCIONAL	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	RESERVA	VALOR
4843	4847	04.01	04.122.0002	2.007	3.3.90.39.48.00	1060	1579	R\$ 24.000,00

O valor informado é exclusivo para tal fim, caso frustrar a licitação informar ao Departamento de Contabilidade.

CAIO CLAUDINO DE ANDRADE  
Contador



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EACD-5CDB-C7B7-62DE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAIO CLAUDINO DE ANDRADE (CPF 057.XXX.XXX-88) em 11/09/2025 13:11:16 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/EACD-5CDB-C7B7-62DE>

**PARECER JURÍDICO**

**Contrato de Prestação de Serviços n. 18/2025**

**Inexigibilidade n. 04/2025**

**Termo Aditivo**

A presente solicitação chegou ao departamento jurídico, para apresentar manifestação em razão do pedido de aditivo para prorrogação do prazo de vigência, com término previsto para 14-03-2026, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato supramencionado.

Inicialmente, consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame deste departamento jurídico, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

As manifestações desta Procuradoria são de natureza opinativa e, desta forma, não vinculantes para o gestor público, podendo este adotar orientação diversa daquela emanada do parecer jurídico desde que apresentadas as devidas justificativas e fundamentações.

A prorrogação se faz necessário, visando o atendimento da administração municipal, justificando que a continuidade do contrato para treinamento em licitações e contratos para os servidores é essencial, devido a natureza contínua e evolutiva dos conteúdos abordados, que exigem tempo adequado para consolidação, bem como a capacitação constante contribui para a mitigação de riscos administrativos e jurídicos, dando maior segurança nos procedimentos.

O contrato administrativo reza:

**CLÁUSULA QUINTA- VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, caso seja de interesse das partes contratantes e devidamente justificado. Durante este período, a contratada compromete-se a realizar treinamentos contínuos sobre licitações e contratos, com o objetivo de garantir a excelência na elaboração de documentos e o aprimoramento dos processos licitatórios do Município de Pérola, Estado do Paraná. Os treinamentos deverão ser ministrados conforme o cronograma a ser previamente acordado entre as partes, de modo a atender integralmente às necessidades do objeto contratado.

A Lei n. 14.133/2021, estabelece acerca dos aditamentos de contratos administrativos:

**Art. 91.** Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**§ 1º** Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

**§ 2º** Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**§ 3º** Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.





§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Como se vê, é crucial observar se a empresa encontra-se regular perante órgãos estaduais até a data da celebração do Aditivo ora almejado. Este acompanhamento cabe ao gestor do contrato e, alertado por seu fiscal, caso não se observe a verificação.

No caso em tela, como dito, a prorrogação da referida contratação, fará com que seja preservada a qualidade dos serviços prestados, mormente para garantia de cumprimento dos termos do contrato e prazos necessários à conclusão do objeto.

Verifica-se que não há descaracterização do objeto contrato, mas meros aperfeiçoamentos e adequações para atender aos interesses e necessidades das partes, não há óbice a que se promova a alteração pretendida.

No tocante aos aspectos jurídico e formal da minuta de Termo Aditivo ao Contrato, constata-se que sua elaboração é feita com observância da legislação que rege a matéria.

Diante do exposto e, adotadas as cautelas legais, opina-se favoravelmente pela possibilidade de aditamento do prazo de vigência, haja vista o preenchimento dos requisitos elencados nos artigos citados, respeitados os limites e princípios administrativos.

É o Parecer. S. M. J.

Pérola, PR, 11 de setembro de 2025.

RODRIGO CALIANI  
Procurador

Assinado por 1 pessoa: RODRIGO CALIANI  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://perola.1doc.com.br/verificacao/4DE0-6265-86D3-27A4> e informe o código 4DE0-6265-86D3-27A4



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4DE0-6265-86D3-27A4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RODRIGO CALIANI (CPF 023.XXX.XXX-02) em 11/09/2025 14:03:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://perola.1doc.com.br/verificacao/4DE0-6265-86D3-27A4>



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2025**  
**Inexigibilidade nº 04/2025**  
**1º Termo Aditivo**

Termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PÉROLA** e a empresa **MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**, na forma abaixo:

**PUBLICADO NO JORNAL**  
**UMUARAMA ILUSTRADO**  
**Edição N.º:** 13413  
**Data:** 12 / 09 / 2025  
✓  
ASSINATURA

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 81.478.133/0001-70, com sede na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1731, em Pérola/PR, neste ato representado pela Prefeita **VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac nº 870, neste Município de Pérola, Estado do Paraná, portadora do CPF nº 524.098.729-72, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 4.015.357-8 SSP/PR.

**CONTRATADA: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.173.712/0001-39, com sede na Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, na cidade de Cafezal Do Sul/PR, CEP 87.565-000, neste ato representada por sua representante legal a Sra. **KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 12.440.931-4 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 327.947.988-63, residente e domiciliada na Rua Espírito Santo, nº 1112, centro, cidade de Cafezal Do Sul, Estado do Paraná.

Os signatários do presente instrumento, partes legítimas do termo em epígrafe, tem justo e acertado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), referente a prorrogação dos serviços estabelecido ANEXO I, conforme solicitação e parecer jurídico.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula Quinta, de 14/09/2025 à 14/03/2026.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

E por estarem justos certos e contratados firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas constantes.

Pérola/PR, 11 de setembro de 2025.

VALDETE CARLOS  
OLIVEIRA  
GONÇALVES DA  
CUNHA:52409872972

Assinado digitalmente por VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA:52409872972  
ID: C=BR, OU=Prefeitura, OU=31904918000199, OU=AC Sincronizado Múltipla, O=ICP-Brasil, CN=VALDETE CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA:52409872972  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização  
Data: 2025.09.12 16:55:09-03'00'  
Font: PDF Reader Versão: 2024.2.2

**VALDETE CUNHA**  
**Prefeita Municipal**  
**Contratante**

KATIA SILVA  
TRIVES:32794798863

Assinado de forma digital por KATIA SILVA TRIVES:32794798863  
Dados: 2025.09.12 13:51:05 -03'00'

**MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**  
**KATIA SILVA TRIVES**  
**Contratada**

**ANEXO I**



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2025**  
**Inexigibilidade nº 04/2025**  
**1º Termo Aditivo**

ITEM	UND	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	SERV	06	Contratação de empresa especializada para promover um programa de treinamento contínuo em licitações e contratos, com capacitação estruturada em módulos mensais, incluindo encontros presenciais e virtuais, aulas expositivas, workshops práticos e análise de estudos de caso. A iniciativa visa desenvolver habilidades, garantir a excelência na elaboração de documentos e aprimorar os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pérola-PR, com fundamento no artigo 74, inciso III, cláusula f, da Lei nº 14.133/21, e conforme disposto no Decreto nº 422/2023.	<b>R\$ 6.000,00</b>

Pérola/PR, 11 de setembro de 2025.

VALDETE CARLOS  
OLIVEIRA  
GONCALVES DA  
CUNHA:52409872972

Assinado digitalmente por: VALDETE CARLOS  
OLIVEIRA GONCALVES DA  
CUNHA:52409872972  
ID: C=BR, OU=Presencial, OU=31504918000159, OU=AC-SingularID Múltipla  
C=BR, OU=Presencial, OU=VALDETE CARLOS OLIVEIRA  
GONCALVES DA CUNHA:52409872972  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.12 16:55:44-03'00'  
Fonte: PDF (viewer) Versão: 2024.2.2

**VALDETE CUNHA**  
**Prefeita Municipal**  
**Contratante**

**KATIA SILVA**  
**TRIVES:32794**  
**798863**

Assinado de forma  
digital por KATIA SILVA  
TRIVES:32794798863  
Dados: 2025.09.12  
14:05:21 -03'00'

**MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA**  
**KATIA SILVA TRIVES**  
**Contratada**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025**

**Fundamentação: Inexigibilidade nº 04/2025.**

**Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA**

**Contratada: MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.**

**Cláusula Primeira:** Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), referente a prorrogação dos serviços estabelecido ANEXO I, conforme solicitação e parecer jurídico.

**Cláusula Segunda:** Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula Quinta, de 14/09/2025 à 14/03/2026.

**Cláusula Terceira:** As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

**Data: 11/09/2025.**



## Prefeitura Municipal de Pérola

### Licitações e Contratos

#### Extrato de Contrato



**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

**1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2025**

**Fundamentação:** Inexigibilidade nº 04/2025.

**Contratante:** MUNICÍPIO DE PÉROLA

**Contratada:** MK CONSULTORIA & CAPACITACAO LTDA.

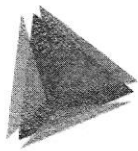
**Cláusula Primeira:** Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), referente a prorrogação dos serviços estabelecido ANEXO I, conforme solicitação e parecer jurídico.

**Cláusula Segunda:** Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula Quinta, de 14/09/2025 à 14/03/2026.

**Cláusula Terceira:** As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

**Data:** 11/09/2025.





## Detalhes processo licitatório

### Informações Gerais

Entidade Executora

Ano\*

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade\*

Modalidade\*

Número edital/processo\*

### Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Descrição Resumida do Objeto\*

Dotação Orçamentária\*

Preço máximo/Referência de preço - R\$\*

Data Publicação Termo ratificação

Data de Lançamento do Edital

Data da Abertura das Propostas

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Percentual de participação:

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

Data Cancelamento